

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ÉLIDA CRISTINA SILVA FERREIRA

**AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE CACHOEIRA DOURADA DE GOIÁS: A
INTERSEÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO (1960–1971)**

Uberlândia, MG
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ÉLIDA CRISTINA SILVA FERREIRA

**AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE CACHOEIRA DOURADA DE GOIÁS: A
INTERSEÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO (1960–1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção de Mestra em Educação.

Linha de pesquisa: história e historiografia da educação
Orientador: prof. dr. Sauloéber Társio de Souza.

Uberlândia, MG
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F383 Ferreira, Élide Cristina Silva, 1978-
2017 As instituições escolares de Cachoeira Dourada de Goiás : a
interseção entre o público e o privado (1960–1971) / Élide Cristina
Silva Ferreira. - 2017.
145 f. : il.

Orientador: Sauloéber Társio de Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2017.30>

Inclui bibliografia.

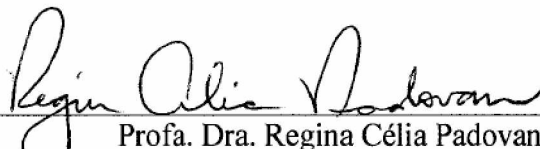
1. Educação - Teses. 2. Educação - Goiás (Estado) - História - 1960–
1971 - Teses. 3. Escolas - Cachoeira Dourada (GO) - Teses. 4. Escolas -
Arquitetura - Cachoeira Dourada (GO) - Teses. I. Souza, Sauloéber
Társio de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Profa. Dra. Regina Célia Padovan
Universidade Federal do Tocantins – UFT



Prof. Dr. José Carlos Araújo
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter consentido a minha chegada até aqui, e por toda a força cedida na consolidação desse sonho. Além disso, agradeço a Ele por todas as pessoas que cruzaram meu caminho durante a pesquisa, me ajudando e participando de alguma forma.

Ao meu esposo e companheiro de todos os momentos, Everson Antônio, com quem divido todas minhas angústias e conquistas. Sempre me apoiando e acreditando em mim. Obrigada pelo carinho e atenção.

Aos meus queridos filhos, Gustavo e Davi, pelo carinho e compreensão que tiveram durante esse tempo desta pesquisa, mesmo com pouca idade souberam entender os períodos de ausência.

Aos meus pais pelo apoio e amor incondicional. Obrigada pelo cuidado e atenção que prestaram à minha família em minha ausência. A presença de vocês foi muito importante em todo esse processo.

A todos meus familiares tios, tias, irmãos, primos, cunhados, cunhadas, sobrinhos, sogro, sogra e concunhadas. Obrigada pela torcida e apoio, e principalmente pela compreensão quando precisei ter meus momentos de reclusão. Obrigada a minha prima Leila Cristina pela ajuda e incentivos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Sauloéber, pela orientação segura e por ter me auxiliado nos momentos de incertezas, discernindo qual o melhor caminho a ser seguido. Agradeço principalmente a compreensão de minhas limitações.

Aos colegas do mestrado e doutorado turma 2015 e 2016: Josy, Leonardo, James Madsom, Daniela, Geracilda, Monique, Genes, Talita, Isabel, Tânia, Mariana, Vanessa Carniello, Sílvia Caixeta, Maria Aparecida, Nelsimar, Carla Cristina, Isabel e Juliano Guerra. Pelas angústias, alegrias, e conhecimentos vivenciados e divididos. Todos de uma forma ou de outra foram muito importantes durante o período dessa pesquisa. Agradeço a vocês queridas: Cláudia, Clarissa, Márcia Cabrera e Gabriella Marques meu carinho e agradecimento pelo apoio, pela cumplicidade e ajuda em vários momentos de dúvidas nesta Universidade.

Aos professores e às professoras do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED), pela atenção e carisma e ensinamentos partilhados. Minha estima especial aos professores: Geraldo Inácio Filho e Sandra Cristina Fagundes de Lima. Com vocês aprendi que a docência vai além do conteúdo a ser ensinado, e suas práticas me servirão sempre de inspiração. Aos professores José Carlos Araújo e Sergio Paulo de Moraes pelas contribuições

na qualificação deste trabalho e também a professora Regina Célia Padovan pelas valiosas considerações a este texto.

A Secretaria Municipal de Cachoeira Dourada e também à Secretaria Estadual de Goiás pela licença a mim concedida.

As diretoras, coordenadoras e professores, enfim todos os funcionários das escolas de Cachoeira Dourada: Colégio Estadual Inácio Pinheiro Paes Leme, Escola “Modelo 14 de Maio”, e Escola Instituto Novo Goiás que me autorizaram a entrar em seus arquivos para fazer pesquisa.

Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado me incentivando desde o início desse processo, compartilhando todas minhas aflições. Saiba que o apoio emocional de vocês foram muito importante. Obrigada pelo companheirismo e amizade.

Aos moradores mais antigos de Cachoeira Dourada principalmente ao meu primo Eurípedes Ponciano, Maria Alice, Divina de Fátima, Bete Braga, Damião Góis, Celso da Luz, família Tannús, Lucí Menezes e Odênia Menezes. Agradeço também à família Paes Leme pelas contribuições a essa pesquisa, principalmente o Araimitan Paes Leme e Neda Paes Leme. A todos vocês que muito contribuíram com suas vivências e experiências, meus sinceros agradecimentos pelas várias conversas.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Estadual de Goiânia, ao secretário da Câmara Municipal de Itumbiara e também os funcionários do Arquivo Da CELG, pela atenção e presteza a qual fui recebida. Agradeço imensamente pelos momentos de descobertas e aprendizados histórico aos quais pude vivenciar nesses arquivos.

Enfim a todos que cooperaram de alguma forma para esta pesquisa acontecesse, meus sinceros agradecimentos.

Dedico este trabalho aos meus queridos: Everson Antônio, Gustavo Ferreira e Davi Santana, Maria da Luz e Aguiar. A vocês, todo o meu carinho e minha dedicação. Amo vocês!

À minha avó Jandira Sant'Anna Silva (in memoriam), que foi minha primeira professora. Gostava de nos contar histórias e me ensinou a ler as primeiras palavras da cartilha.

Ao meu avô José Umbelino (in memoriam), aos tios Edmar (in memoriam) e Juareno (in memoriam), pelo carinho e atenção dedicados a mim. Vocês estarão sempre em meu coração.

RESUMO

A história das instituições escolares se tornou campo importante das pesquisas históricas sobre a educação no Brasil. Oferece uma visão abrangente dos processos educacionais (criação, o funcionamento e extinção de escolas, arquitetura, mobiliário, práticas, valores e tradições etc.). Mas é provável que tenha lacunas, ou seja, escolas com pouca representação nos enfoques e estudos. Também lacunares são os estudos sobre instituições escolares em Goiás. Esta pesquisa remete a essas duas questões ao tomar como objeto de estudos a constituição dos grupos escolares em Cachoeira Dourada, GO, no contexto ampliando o rol de categorias da história das instituições escolares. A pesquisa objetivou construir uma compreensão histórica das relações entre o governo goiano e governo federal nas circunstâncias de formação e desenvolvimento social e econômico de Cachoeira Dourada; do desenvolvimento da educação no então distrito de Cachoeira Dourada e da gênese e instalação de três Grupos Escolares. A pesquisa é de natureza documental e empírica, com um enfoque histórico problematizador do objeto de estudo e procedimentos da abordagem qualitativos e quantitativos. Seguiu princípios do método dialético marxista e se estruturou em procedimentos com contextualização histórica, levantamento de bibliografia; conversas informais com moradores e comunidade escolar; visita a arquivos; e desenvolvimento de atividade pedagógica envolvendo alunos da educação básica para levantamento de registros do passado de Cachoeira Dourada. As fontes documentais incluíram atas da Câmara e legislação (escolar e não escolar), ofícios, memorandos, notícias de jornal, reportagens de revistas, diários, livros de matrícula, livros de ponto, manuscritos, caderno de aluno e atas de reunião, dentre outros. As fontes bibliográficas incluem livros memorialistas e as memórias que uma ex-diretora escreveu sobre uma escola pesquisada. As fontes estatísticas incluem dados educacionais e demográficos. As fontes iconográficas se referem a fotografias. As fontes orais incluem conversas informais com ex-diretores, ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários de escolas e moradores mais antigos de Cachoeira Dourada. O tratamento das fontes se desdobrou em procedimentos como leitura crítica, fichamento, tomada de notas e tabulação de dados, descrição, organização de categorias, dentre outros. O recorte da pesquisa se refere ao intervalo de tempo 1960–71. A leitura da história da educação no Brasil e em Goiás junto com a leitura das fontes permite dizer que os primórdios da história de Cachoeira Dourada, GO, como Distrito e de sua educação estiveram ligados a interesses muito mais políticos do que educacionais. A situação peculiar é que passaram a coexistir dois tipos de escolas subvencionadas pelo Estado: um Grupo Escolar mantido pelo município e um por empresa estatal e empresas prestadoras de serviço. Fica visível a intersecção do público com o privado no campo da educação nacional: os limites do financiamento; a estruturação escolar; a composição do corpo docente, administrativo e funcional, as diretrizes curriculares e as práticas pedagógicas e didáticas; os fins da escola. Independente se era público ou mantido também por empresas particulares, os Grupos Escolares tinham existência parecida, uma situação de necessidade e improviso, com a falta de recursos materiais e humanos.

Palavras chaves: História das instituições escolares; Instituições escolares em Goiás; Grupos escolares em Cachoeira Dourada; Intersecção do público com o privado.

ABSTRACT

The idea of schools as institutions has become an important field of historical research on education in Brazil. It offers a comprehensive view of educational processes (creation, operation and extinction of schools, architecture, furniture, practices, values, traditions etc.). However, it is likely that there may be gaps in this type of history study. For instance, schools with little representation in approaches and studies as well as studies on history of schools in certain states such as Goiás. This research refers to these two issues in taking as its subject the constitution of public and semi public schools in Cachoeira Dourada, state of Goiás, and broadens the list of categories of the history of schools. The research aimed to build a historical understanding of relations between Goiás and Brazilian governments in the circumstances of constitution and social, economic development of Cachoeira Dourada; the development of education in this city and the creation and functioning of three schools. This study relies on documental and empirical data. It troubles its subject historically in a qualitative and quantitative approach, besides following principles of Marxist dialectical method and being structured with derived from historical contextualization, specific bibliography reading, informal talks with Cachoeira Dourada's residents and school community, visiting to archives, and development of pedagogical activity involving elementary students to gather records of Cachoeira Dourada's past. Sources included house minutes and legislation (educational and non-educational), memoranda, newspaper stories, magazine articles, attendance books, manuscripts, student books and meeting minutes, among others. Bibliographical sources include memoir books, including of a former headmaster. Statistical data include educational and demographic numbers. Iconographic sources refer to photographs. Oral sources include informal conversations with former directors, former students, former teachers, and former school staff and Cachoeira Dourada older residents. The treatment of the sources followed procedures such as reading, summary making, note taking, data tabulation, description, organization of categories, among others. The research focused on time interval of 1960 to 1971. Reading the history of education in Brazil and in Goiás together with the analysis of sources allows saying the beginnings of the history of Cachoeira Dourada and of its education link to interests much more political than educational. A peculiar situation arises: the coexistence of two types of public schools: one fully maintained by the municipality, the other maintained by a state-owned company in partnership with its service providers. The intersection between the public and the private in national education is visible in limits of school funding and structuring; teaching body composition; management and functioning; curricular guidelines; pedagogical and didactic practices; school ends. Regardless of whether it was public or partially private, schools in Cachoeira Dourada had a similar existence: of need and improvisation, of lack of material and human resources.

Keywords: History of schools as institutions; Schools in Goiás; Schools in Cachoeira Dourada; Intersection of the public with the private.

LISTA DE SIGLAS

CELG	Centrais Elétricas de Goiás
UHE	Usina Hidrelétrica

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Traçado da ferrovia Mogiana em sua extensão ao estado de Goiás	26
FIGURA 2	Construção do Palácio das Esmeraldas, futura sede do governo de Goiás	31
FIGURA 3	A cachoeira Dourada antes da construção da segunda etapa da UHE	34
FIGURA 4	Visita de comitiva do governo de Goiás para inaugurar o início das obras da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada	37
FIGURA 5	Cotidiano de trabalho em Cachoeira Dourada por volta dos anos 1960	40
FIGURA 6	Pescadores na Cachoeira Dourada	43
FIGURA 7	Família de Eurico Paes Leme	45
FIGURA 8	Casas residenciais na região da Cachoeira Dourada antes da construção da hidrelétrica	46
FIGURA 9	Construções da usina na margem mineira do rio Paranaíba	47
FIGURA 10	Formação do distrito de Cachoeira Dourada, segunda metade da década de 1960	48
FIGURA 11	Comércio de botinas de sapateiro que migrou da Paraíba	49
FIGURA 12	Transporte e comércio em Cachoeira Dourada	50
FIGURA 13	Localização geográfica de Cachoeira dourada no estado de Goiás	51
FIGURA 14	Construção da vila operária início dos anos de 1960	54
FIGURA 15	No primeiro mapa podemos ver a posição de Goiás no Brasil e no segundo a posição do município de Itumbiara no Estado de Goiás	68
FIGURA 16	Prédio do Grupo Escolar Tombo D'água após reformas e mudança de nome para Escola Estadual de 1º. Grau "Inácio Pinheiro Paes Leme"	70
FIGURA 17	Professora Juracy G. Paes Leme	71
FIGURA 18	Docentes do Grupo Escolar Tombo D'água	72
FIGURA 19	Cartão de aniversário oferecido aos alunos do Grupo Escolar Tombo D'água em 1966	73
FIGURA 20	Professoras do Grupo Escolar Cachoeira Dourada – 1966	84
FIGURA 21	Apresentação 7 de Setembro, Escola Municipal do Primeiro Grau Papa João XXIII (1975)	88
FIGURA 22	Foto de Lembrança da 2ª. Série – Grupo Escolar José de Paiva (1971)	88
FIGURA 23	Grupo Escolar José de Paiva, após a ampliação	89
FIGURA 24	Atas do Grupo Escolar Tombo D'água	95
FIGURA 25	Aproveitamento da mesma folha para anotar recibo e ata; sequência de páginas com identificação do assunto na primeira linha	96

FIGURA 26	Redação de recibo iniciada e concluída pela diretora, mas com redação de outra pessoa no meio, como pode ser visto pela mudança de caligrafia e cor da tinta da caneta	97
FIGURA 27	Grupo Escolar criado pelo governo de Otávio Lage e apresentado com modelo de escola criada no interior de Goiás	100
FIGURA 28	Grupo Escolar Tombo D'Água 1960, posteriormente Grupo Escolar Dr. Inácio Pinheiro Paes Leme – 1970	101
FIGURA 29	Escola Rural na fazenda Itajá, Jaraguá, Goiás	103
FIGURA 30	Etapa de construção do Grupo Escolar Cachoeira Dourada, 1963	103
FIGURA 31	Festa do dia das mães no Grupo Escolar Tombo D'água	109
FIGURA 32	Desfile 7 de Setembro do Grupo Escolar Cachoeira Dourada, 1964	109
FIGURA 33	Festa do dia das crianças, Grupo Escolar Cachoeira Dourada	111
FIGURA 34	Teatro Mirim do Grupo Escolar Cachoeira Dourada	112
FIGURA 35	Formatura do Grupo Escolar Cachoeira Dourada, 1966	114
FIGURA 36	Formatura do Grupo Escolar Tombo D'água	114
FIGURA 37	Formatura do Grupo Escolar José de Paiva	115
FIGURA 38	Catequese e procissão de Ramos – Igreja Católica Brasileira	115
FIGURA 39	Cerimônia de primeira comunhão dos alunos realizada no pátio do Grupo Escolar Cachoeira Dourada	116
FIGURA 40	Desfile do Grupo Escolar José de Paiva (esq.) e do Grupo Escolar Papa João XXIII década de 1970	117
FIGURA 41	Grupo Escolar Tombo D'água, aula de ginástica, 1962	121
FIGURA 42	Momento cívico dos alunos do Grupo Escolar Cachoeira Dourada	122
FIGURA 43	Folha de rosto e primeira página de caderno de provas	127
FIGURA 44	Boletins de ex-aluno	128
FIGURA 45	Bilhete de mãe destinado a uma professora encontrado por acaso no primeiro livro de matrícula da escola pesquisada	130

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Quantidade de alunos do Grupo Escolar Tombo D'água 1965–70)	79
QUADRO 2	Relação de Funcionários do Grupo Escolar Cachoeira Dourada de 1962 a 1968, 1ª a 4ª série	83
QUADRO 3	Relação de Funcionários do Grupo José de Paiva (1970 a 1973)	85
QUADRO 4	Mapa das reuniões no Grupo Escolar Tombo D'água	93
QUADRO 5	Profissões dos pais de Cachoeira Dourada, 1964–8	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Número anual de alunos matriculados em Grupo Escolar e o número de pais, 1964–8	40
TABELA 2	Indicadores educacionais — alfabetização	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – PRIMÓRDIOS DA HISTÓRIA E DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE CACHOEIRA DOURADA-GO	22
1.1 O Goiás esquecido e o “novo” Goiás	23
1.2 A Hidrelétrica e o adensamento da população da região	32
1.3 Adensamentos da população e Primeiras Iniciativas Educacionais (1950 e 60)	47
CAPÍTULO II – AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE CACHOEIRA DOURADA, GO	56
2.1 O Surgimento do Grupo Escolar	56
2.2 As relações entre o público e privado: a LDBEN de 1961	61
2.3 A Educação Escolar em Itumbiara e no Distrito de Cachoeira Dourada de Goiás	67
CAPÍTULO III – VIDA ESCOLAR COTIDIANA EM CACHOEIRA DOURADA, 1960–1971	91
3.1 Registros de atividades dos Grupos Escolares	92
3.2 Arquitetura dos Grupos Escolares de Cachoeira Dourada	98
3.3 A didática aplicada nas escolas cachoeirenses	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

A história das instituições escolares se firmou como área importante da pesquisa histórico educativa no Brasil. Os estudos enfocam a criação, o funcionamento e a extinção, em alguns casos, de escolas cuja existência registra as transformações porque passaram não só os processos educacionais em seus contextos, mas também a sociedade que da escola se valeu para educar filhos e filhas. A pesquisa sobre elas partem de elementos como, mobiliário, registros escritos, manuscritos, fotográficos e impressos, livros de escrituração escolar, impressos da prática estudantil, memória do corpo discente, docente, gestor, arquitetura, dentre outros, para investigar valores e tradições que permeiam as transformações que leva à consolidação de uma cultura, uma sociedade, uma comunidade e uma economia.

Embora possa oferecer uma visão abrangente dos processos educacionais — daí ser objeto-chave na história da educação no Brasil —, é provável que a abrangência da história das instituições escolares ainda seja lacunar; isto é, talvez haja instituições pouco representadas pelos enfoques e estudos, a exemplo das “[...] escolas de formação para o trabalho e as mais modestas destinadas à população carente, como escolas comunitárias ou de caráter assistencial” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 25).

Embora em algumas universidades no Brasil invistam nas pesquisas sobre instituições escolares, de acordo com Valdez e Barra, em Goiás há certa carência desses estudos. Com efeito, parece haver uma lacuna considerável na compreensão acadêmico- científica do surgimento, da estruturação e do financiamento das escolas públicas em Goiás (VALDEZ; BARRA, 2012). Nesse sentido, esta pesquisa contribui para ampliar a reflexão sobre a história das instituições escolares em Goiás ao tomar como objeto de estudos a constituição dos Grupos Escolares em Cachoeira Dourada no contexto posterior às discussões sobre o público e o privado na educação nacional, que culminou na aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961. Trata-se de estudo inédito, ao menos, pelo que pudemos constatar em nossas buscas em bancos de dados na UFU, Unicamp, UFMG, USP, domínio público e IBTD. As escolas criadas em função de projetos desenvolvimentistas como a construção de UHE (Usina Hidrelétrica) de grande porte, a exemplo das hidrelétricas (também as siderúrgicas e as mineradoras), cuja edificação e funcionamento valiosas demandaram contingentes de mão de obra, que era preciso projetar, estruturar e erguer vilas para operários, engenheiros e diretores.

De acordo com Romanelli (2012, p. 75), “As relações que podem existir entre o sistema educativo e o sistema econômico são, assim, mais profundas”. Ambas definem as

medidas de melhorias ou declínios do processo educativo. Muitas UHE e suas escolas foram criadas num período de imbricação das relações entre a ação educacional pública e privada, isto é, nos anos que antecederam a Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Assim fomentaram a criação de escolas que ofereciam um campo fértil para entender melhor as relações entre desenvolvimento econômico e educação; isto é, entender a posição que a educação ocupou nos planos nacionais de desenvolvimento brasileiro e o quanto o governo financiou escolas que eram, ao mesmo tempo, públicas — os alunos não pagavam — e particulares — só estudavam funcionários das empresas.

Nesse contexto, deu-se a criação do distrito de Cachoeira Dourada pela lei municipal nº 386, de 27 -09- 1962, que era subordinado a Santa Rita Do Paranaíba um município de Goiás, hoje Itumbiara. A industrialização de grande porte em Goiás foi marcante nas décadas de 1950 e 60, desse modo, a partir de 1955, na região das cataratas da cachoeira Dourada, cujas margens abrigavam um povoado de pescadores, e pequenos agricultores e de visitantes sazonais, passou a ser construída uma UHE. Esta forneceria energia a princípio à capital goiana que depois abasteceu também à capital federal, erguida no Centro-Oeste.

Subjacente à construção dessa UHE estava, então, a projeção de Goiás no cenário nacional de desenvolvimento com a interiorização do centro de poder federal; não por acaso, uma projeção afirmada pelo então presidente Juscelino Kubitschek. À UHE subjaziam, também, investimentos estrangeiros à altura do empreendimento. A marca de empresas multinacionais, sobretudo da indústria petrolífera e de veículos, passou a compor o campo visual da população, dada sua presença em postos de combustíveis e em veículos como caminhões e peruas, então esses elementos estranhos estavam sendo diferentes do contexto rural, simples, ainda permeado por veículos rudimentares como o carro de boi e a carroça. Essas empresas foram responsáveis por empregar parte da população do distrito de Cachoeira Dourada desvinculada das atividades laborais na UHE. Mais que isso, essa indústria gerou postos de trabalho, a exemplo dos frentistas e dos motoristas.

Como face materialmente mais visível do quão arrojado era o plano de desenvolvimento, as hidrelétricas marcaram a entrada de Goiás na era dos “50 anos em 5” divulgada pelo governo de Kubitschek; e com elas entraram em Goiás (e noutros estados, conforme a demanda) migrantes de várias regiões para construí-las e fazê-las funcionar, assim como goianos do norte rumaram para o sul goiano a fim de suprir a demanda por operários. Empresas da construção pesada, de instalações mecânicas e elétricas, dentre outras especialidades, que atuaram na constituição da UHE demandaram uma mão de obra tal que atraiu contingentes volumosos. Aí se incluíram os que ajudariam a erguer a UHE,

trabalhadores temporários, e os que ajudariam a UHE a produzir energia, como: operários, supervisores, gerentes e diretores, contratados pela empresa estatal CELG.

Desses contingentes, muitos fixaram residência em Cachoeira Dourada, compuseram o perfil da população que formaria a futura sede municipal. População que demandaria benesses sociais como saúde e educação, com o aumento da população, o estado providenciou as primeiras escolas na década de 1960 para essa região. Esta pesquisa apresenta um recorte que se refere ao intervalo de tempo 1960–71, que compreende a história da criação e implantação dos Grupos Escolares em Cachoeira Dourada, até os anos de 1971. Neste ano foi que se extinguiu da nomenclatura educacional um símbolo-chave da República e da democratização educacional no país: o Grupo Escolar. Assim o primeiro Grupo Escolar criado pelo o Estado foi o Tombo D'água foi criado em 1960, o segundo em 1964 foi o Grupo Escolar Cachoeira Dourada que logo teve seu nome modificado para Instituto Novo Goiás e o terceiro a ser implantado nesse Distrito em 1968, foi o Grupo Escolar José de Paiva.

Os dois primeiros Grupos Escolares criados nos primórdios da escolarização de Cachoeira Dourada, ambos foram subvencionados pelo Estado: o Grupo Escolar do povoado – Tombo D'água subvencionado pela rede municipal de Itumbiara; e a escola da UHE na Vila dos operários (subvencionada primeiramente pelas empresas consorciadas da obra e depois pela CELG, empresa estatal). E o terceiro Grupo Escolar José de Paiva era municipal mantido pelo poder público municipal de Itumbiara. Convém frisar essa separação entre Vila e Distrito, dizer que havia barreiras físicas entre um lugar e outro. Havia uma distância de 6 quilômetros entre o aglomerado de casas do povoado que era perto da guarita, para a área destinada as casas dos operários da UHE – Vila Operária, os funcionários que possuíam cargos de chefia moravam numa outra vila também levantada pela obra da UHE – a Vila dos Operadores. Ambas as vilas eram interditadas para a entrada de qualquer pessoa, a população do Distrito só entravam nas vilas com ordens dos superiores.

A pesquisa aqui relatada converge para esse contexto, ao buscar refletir historicamente sobre as primeiras escolas de Cachoeira Dourada, dentre elas uma nos chamou a atenção pelo seu nome já em 1968 passa a se chamar Instituto Novo Goiás. O passado dessa instituição escolar parece oferecer pistas importantes para entender o desenvolvimento da educação no interior do país no contexto de um plano arrojado de desenvolvimento nacional; e os efeitos de tal plano na da educação, tendo em vista o tratamento dado a essa questão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. Como a escola foi criada para suprir necessidades educacionais de quem diretamente fazia a UHE funcionar, “Instituto novo Goiás” é um nome que parece ecoar um possível ideário de renovação do estado goiano; ou seja, seu passado pode conter indícios de um

estado pouco desenvolvido relativamente ao Sudeste e ao Sul que viu sua história mudar com a proposta desenvolvimentista de, por exemplo, erguer a capital federal no Centro-Oeste e explorar ao máximo seu potencial fluvial com a construção de hidrelétricas como esta em Cachoeira Dourada, que depois passou a mandar energia elétrica para a capital federal.

Com efeito, Goiás se projetou como unidade da federação que abrigava em seu território o Distrito Federal, que é o centro do poder político nacional. O estado se renovava e creditou a renovação a Juscelino Kubitschek, alçado à condição de cidadão goiano. Nesse caso, podemos supor que a mudança do nome Grupo Escolar Cachoeira Dourada para Instituto Novo Goiás em 1968 se alinhe nessas intenções de mudança, de renovação. Com efeito, o termo Grupo Escolar pode ter sido visto como algo que carregava um passado a ser esquecido, um passado de “atraso”; enquanto a ideia de instituto pareceu ser mais condizente com a dimensão do projeto desenvolvimentista a que se vinculou a criação da escola.

A pesquisa dessas escolas pode suscitar uma “atualização” dos vínculos entre educação e desenvolvimento que remontam aos primórdios da República, quando a educação foi vista como motor do progresso (VIDAL, 1974). Pode-se entender que era preciso ter educação de qualidade para assegurar a continuidade do desenvolvimento, porque supostamente os Grupos Escolares eram incapazes de fazer isso. Não por acaso foram extintos em 1971. Sobretudo podemos entender como se deu a história das instituições escolares de Cachoeira Dourada de Goiás, e a intersecção entre o público e o privado nos anos de 1960 a 1971. Quem de fato as criou? Quem as manteve? De onde provinha o financiamento para as manutenções? A quem coube concretizar sua estruturação material e funcional? (construção de prédio, aquisição de mobiliário e contratação de profissionais). Como eram as contratações de professores? Quem os pagava? Quais eram as diretrizes curriculares, pedagógicas e didáticas? Quem estudava nessa escola?

Portanto, os objetivos que queremos alcançar nessa trajetória dessa pesquisa é identificar nas instituições pesquisadas, as circunstâncias de criação, a conquista da estrutura física, o mobiliário, número de professores, o financiamento, as festividades que comemoravam as formaturas, como era o sistema de avaliação, desfiles, reunião de pais e relações com outras instituições como a Igreja e empresas. Além de entender todo o contexto político e econômico ao se inserir essas instituições em Cachoeira Dourada. Com essa pesquisa passamos a ter uma compreensão histórica das relações entre educação e o desenvolvimento econômico desse município. Compreendendo o momento de inserção dos Grupos Escolares e compondo assim uma primeira história educacional local.

Do ponto de vista da abordagem do objeto de estudo, a investigação seguiu um enfoque histórico problematizador e procedimentos qualitativos e quantitativos. Qualitativos porque busca construir uma compreensão sistemática de certos fenômenos complexos internamente — a educação — e suas relações com outros fenômenos — a política e a economia; porque busca entender facetas da realidade social não quantificáveis, ou seja, que pressupõem um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes permeadas pela dimensão subjetiva, não redutíveis à quantificação de variáveis (MINAYO, 1994). Quantitativa porque a pesquisa recorre a fontes estatísticas.

A pesquisa buscou adotar metodologia de investigação buscando os elos entre os modos pelos quais a sociedade produz e garante sua existência material e a escola que ela cria nesses processos. Tal método pressupõe obter dados empíricos — “[...] suas várias formas de evolução e suas mútuas conexões” — quando o pesquisador pretende materializar sua forma de ver “[...] o movimento real da história” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 79).

A investigação se estruturou em procedimentos elementares — contextualização histórica, arrolamento de fontes, leitura analítica e interpretação das fontes — que se desdobraram em outros: *levantamento* de bibliografia não acadêmica e acadêmica para compor um quadro histórico crítico-descritivo do contexto político, econômico, social e demográfico em que se situou a formação de Cachoeira Dourada como distrito e, assim, projetar o desenvolvimento da educação pública; *conversas informais* com moradores mais antigos e entrevistas com ex-alunos, ex-professores e ex-diretores e ex-funcionários de escolas; *visita* aos arquivos das escolas, da Câmara de Itumbiara e ao arquivo público de Goiânia, GO; desenvolvimento de atividade pedagógica¹ envolvendo alunos da educação básica no levantamento de registros do passado de Cachoeira Dourada que pudessem ser úteis para escrever parte da história dos Grupos Escolares de Cachoeira Dourada.

Com efeito, o que se poderia chamar de história escrita de Cachoeira Dourada se resume a poucos registros escritos formais. Há dois livros que relatam o passado do município, mas que o fazem em função dos fins corporativos subjacentes à sua publicação, pois foram encomendados por duas empresas. Se não podem ser chamados de história oficial, ao menos podem ser vistos como registros chancelados.² Também há um estudo acadêmico

¹ Em de abril de 2013, a coordenação pedagógica da Escola Modelo 14 de Maio — onde lecionamos — reuniu seus professores a fim de escolher temas a ser proposto para os alunos do 5º ano como projeto político-pedagógico. Foi escolhida “Leitura e reflexão das paisagens modificadas do município”, um assunto que abrangeria a geografia e a história. O objetivo era conhecer como se processa a história local e a memória histórica do município de Cachoeira Dourada.

² *Cachoeira Dourada 50 anos — meio século de energia* foi escrito por Marta Barcellos, em comemoração aos 50 anos da empresa Endesa cachoeira, e publicado em [2008]. A narrativa relata a história local por meio da voz

histórico que recompõem o contexto social de construção da UHE e da formação do município.³ Ante essa escassez de fontes escritas sobre as circunstâncias que envolveram a chegada de famílias para povoar o Distrito e o adensamento da população alimentado pela migração motivada pela construção da UHE, foi preciso lançar mão da história oral como possibilidade de recompor o passado com base na memória⁴ dos moradores mais antigos. O contato com os moradores foi informal, em tom de conversa entre vizinhos; daí que o registro da rememoração foi feito mediante anotações no momento da conversa e com base em nossa rememoração posterior dessas conversas.

As *fontes documentais* levantadas incluíram: atas da Câmara e legislação (escolar e não escolar), ofícios, memorandos, notícias de jornal, reportagens de revistas, diários, livros de matrícula, livros de ponto, manuscritos, caderno de aluno e atas de reunião, dentre outros. As *fontes bibliográficas* incluem livros memorialistas e as memórias que uma ex-diretora escreveu sobre a escola pesquisada. As *fontes estatísticas* incluem dados educacionais e demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As *fontes iconográficas* se referem as fotografias encontradas tanto nos acervos das escolas quanto de particulares. As *fontes orais* incluem conversas informais com ex-diretores, ex-alunos, ex-professores e ex-funcionário de escolas, assim como com moradores mais antigos de Cachoeira Dourada. O tratamento das fontes se desdobrou em procedimentos como a descrição — mediante técnicas como leitura crítico-analítica, o fichamento, a tomada de notas e a tabulação de dados; a

dos moradores antigos de Cachoeira Dourada de Minas e Goiás. Desdobra numa cronologia de fatos precedentes à construção da UHE, alinhavada com tópicos histórico-contextuais dos anos 1940, como a criação da TV Tupi, quando houve a descoberta das reservas da Petrobras. Suas fontes são bibliográficas, orais e fotografias. *Memória da energia em Goiás — 50 anos CELG*, escrito por Hélio e publicado em 2005, conta a história do desenvolvimento de iluminação pública em Goiás, o que o leva a se referir ao nascimento da CELG e à energia elétrica no interior de Goiás. Não há menção específica à formação do Distrito nem ao seu povo. O foco está no progresso do estado e do país.

³ A monografia *Paisagem e memória: rupturas e permanências no cotidiano dos moradores das cidades de Cachoeira Dourada de Goiás e de Minas Gerais (1960–2009)*, de Berta Andrade Junqueira, foi apresentada em 2010, Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. A pesquisadora se vale de fontes orais e iconográficas, de documentos oficiais do poder público e de mapas. “[...] o trabalho é o resultado de uma pesquisa realizada em Cachoeira Dourada de Goiás e Cachoeira Dourada de Minas Gerais e tem como objetivo discutir os efeitos da construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada e suas implicações, em especial, sobre os hábitos e costumes dos moradores que habitam nesta área. Procurou-se perceber as rupturas e permanências, além de explicar como aconteceu o processo migratório na região em função do projeto e seus efeitos sobre a organização do espaço e qual o significado da vida cotidiana nessas localidades antes e depois da inundação” (p. 7).

⁴ A preservação da memória de um povo é importante. Segundo Le Goff (2003), a Idade Média venerava os idosos, pois eram considerados homens-memória uma geração passava sua memória para outra e, por meio dos escritos, desenvolvidos a par do oral, era possível estender essa memória por muito mais tempo. Os escritos seriam, então, suportes para a memória e, para sua conservação, surgiram os arquivos. Assim, “Durante muito tempo, no domínio literário, a oralidade continua ao lado da escrita, e a memória é um dos elementos constitutivos da literatura medieval” (LE GOFF, 2003, p. 445). Dada essa valorização que os antigos atribuíam à memória, podemos perceber o quanto é importante este resgate memorial. Por isso que temos que preservar a história e memória de cada escola, grupo social, cada cidade.

organização categorial, temática e cronológica; a comparação e a interpretação de acontecimentos e transformações sociais associáveis com a criação da escola.

Contudo, uma compreensão das circunstâncias de formação de Cachoeira Dourada obrigou remontar aos anos de 1930, porque cremos que ficaria incompleta uma história sem considerar as demandas políticas e sociais que motivaram criação desses Grupos Escolares. Fazê-lo supõe considerar a sociedade da qual elas emanaram; e tal sociedade começou a tomar forma em meados da década de 50, contexto do nacional-desenvolvimentismo e de tramitação e aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A dissertação tem três capítulos. No capítulo 1 discorremos sobre as circunstâncias político-econômicas que se associaram na formação do município de Cachoeira Dourada: a entrada de Goiás no processo de desenvolvimento que antecedeu e marcou os governos de Pedro Ludovico e Juscelino Kubitschek, buscando construir uma compreensão de como Goiás se alinhou nesse ideário. Nesse capítulo expõe-se o desenvolvimento da educação em Cachoeira Dourada vinculando-a à educação de Itumbiara, município a que pertencia esse Distrito. No capítulo 2 expõe-se um panorama da educação nesse município e o processo de escolarização em Cachoeira Dourada, desde as primeiras escolas isoladas até os Grupos Escolares. No capítulo 3 buscamos apresentar um panorama da vida escolar cotidiana dos Grupos Escolares públicos, abertos à população em geral. E do Grupo Escolar “particular” que era destinado à prole de pessoas associadas diretamente com a UHE. Este capítulo busca refazer as circunstâncias de funcionamento, o corpo docente e discente, a arquitetura, as práticas, a didática pedagógica desses Grupos Escolares, dentre outros dados. As considerações finais buscam reconstruir uma síntese da relação entre o público e o privado nesse contexto educacional escolar. Educação, subárea das Instituições Escolares, além de falar da dimensão local, distrital, municipal, estado e nação.

CAPÍTULO 1

PRIMÓRDIOS DA HISTÓRIA E DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE CACHOEIRA DOURADA, GO

O envolvimento com as fontes da pesquisa aqui descrita, assim como a leitura dos textos de fundamentação histórica e teórico-conceitual, levou à constatação de que a segunda escola pesquisada – Grupo Escolar Cachoeira Dourada em 1964, mudou de nome ainda em 1968 passando a se chamar Instituto Novo Goiás, e nessa mesma época começou a funcionar o curso ginásial. Este nome oferece-nos pistas importantes para entender o contexto histórico de seu surgimento, sobretudo as relações entre política, desenvolvimento e educação que permearam a criação e a existência dessa segunda instituição pública no município.

A expressão “Novo Goiás” apareceu na imprensa em situações diversas, desde a Revolução de 1930. Durante pesquisas no Arquivo Histórico Estadual de Goiás, em Goiânia, pudemos observar nas fontes diversas propagandas e discursos políticos relacionados com essa expressão. Outra prática comum era utilizar “Novo Goiás” para nomear as novas entidades sendo elas estaduais ou não. Este era o slogan do Interventor Pedro Ludovico Teixeira⁵ implantado no estado.

Os políticos Juscelino Kubitschek e Pedro Ludovico compartilhavam dos mesmos ideais políticos, apresentando em seus mandatos uma política de renovação chamada de nacional-desenvolvimentista, baseada no discurso de modernização e industrialização. Foram erguidas grandes construções em todo o Brasil, muitos investimentos foram realizados neste período. Sendo essas construções de larga importância para o desenvolvimento do país.

Uma das obras mais marcantes de Pedro Ludovico foi a edificação de Goiânia a capital do estado de Goiás no ano de 1933. E posteriormente nos anos de 1960 no governo de Kubitschek certamente foi a construção da capital do país – Brasília em Goiás. Com a nova

⁵ Pedro Ludovico Teixeira nasceu em 23 de outubro de 1891, na cidade de Goiás, onde cursou o primário e o ginásial. Segundo suas Memórias, orgulhoso de sua formação ginásial, destacando-se, principalmente, em francês e matemática, foi para o Rio de Janeiro estudar medicina. Matriculou-se, então, na Faculdade de Medicina da Praia de Santa Luzia em 1910. Participou da Revolução de 1930 e em 21 de novembro, foi nomeado interventor no estado de Goiás. Em 1935, reuniu-se a Assembleia Constituinte do estado que o elegeu governador. Em novembro de 1937, com a decretação do Estado Novo, permaneceu à frente do governo estadual, novamente como interventor. No início de 1945, com a crise do Estado Novo, cinco dias após a queda de Getúlio Vargas, foi substituído na interventoria. Neste mesmo ano candidatou a senador e foi eleito pela legenda do PSD. Empossado em janeiro de 1951, governou por apenas três anos e meio, ao fim dos quais renunciou para candidatar-se outra vez ao senado e nas eleições de outubro de 1954 foi eleito com mandato de oito anos. E depois reeleito em outubro de 1962, sempre com o apoio do PSD, permaneceu no senado até outubro de 1969 (FERNANDES, 2003).

capital nas terras goianas, o estado ganhou mais projeção na economia brasileira. Na historiografia goiana pode-se constatar que havia uma amizade ou conchavos políticos entre Juscelino Kubitschek e Pedro Ludovico. Os encontros se deram desde a época em que Juscelino foi governador de Minas Gerais. Deste modo, desde 1955 ainda em sua campanha para presidente da república, foi alçado como cidadão goiano, conforme pronunciou no seu discurso:

Coube-me a tarefa de ajudar a criar condições de trabalho para esta zona em que se acha compreendido o Estado de Goiás, de que sou agora, pela bondade de meus amigos, cidadão honorário. [...] Este Estado já *começa* a ser e será cada vez mais um *centro de atividade criadora, um exemplo da energia brasileira*. Para esta região goiana se está mudando a capital do país. [...] Destes o exemplo, mudando vós mesmos a capital do vosso Estado, [...] trecho importante de nosso país, que, durante muitos anos, foi esquecido e relegado. [...] o *Brasil autenticamente grande, que vai surgindo*, terá aqui neste nosso Estado uma de suas *bases mais sólidas e efetivas*. [...] O Brasil está caminhando. Sois soldados — vós, goianos — dessa histórica batalha. *Estais na vanguarda*, conduzis a arremetida (KUBITSCHKEK, 1959, s. p.; grifo nosso).

A fala do Presidente da República Juscelino Kubitschek em 1955 faz-nos lembrar dos mesmos ideais políticos de mudanças que Pedro Ludovico usava nos anos pós 1930, quando já sendo Interventor em Goiás. Neste discurso entendemos claramente os ideais de reconstrução, transformação e elevação do estado goiano perante os outros estados brasileiros. Ele procurou tirar o estigma de um estado atrasado e periférico, trazendo novas políticas desenvolvimentistas.

1.1 O Goiás esquecido e o “novo” Goiás

Nos últimos anos da década de 1920 a crise do sistema capitalista explodiu e repercutiu no Brasil, com profunda intensidade no setor agrícola de exportação. A crise prenunciava uma possibilidade de desenvolvimento do setor industrial, mas o quadro nacional não era promissor em relação às exigências da época, pois a falta de emissão de dinheiro e retração do crédito abalavam os alicerces da agricultura exportadora e, conseqüentemente, o crescimento do setor industrial nacional (CHAUL, 2001).

Goiás chegou ao fim da primeira República com intenções de renovação. A economia era basicamente de subsistência, o comércio era pequeno por ser carente de comunicação com os grandes centros urbanos. Na lavoura havia pequenas plantações certamente devido à falta de escoamento da colheita; e a produção servia somente para ser

comercializada nas regiões próximas. Assim, a fundamental economia goiana era a pecuária, provavelmente por ser o boi um produto fácil de exportação (PALACÍN, 1994). Tanto o é que a crise provocada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, que catalisou as forças descontentes para detonar a revolução de 1930, não foi sentida tão densamente em Goiás em função de sua economia dependente e frágil. Assim, parece que a força do efeito estimulador prevaleceu tanto na agricultura quanto na pecuária, e Goiás, desde então, experimentou expressivo crescimento. Em 1920 a produção de arroz já era a quarta do país (SILVA, 2005).

De acordo com Silva (2005), não havia uma formação industrial e sim formações urbanas no meio rural, com a sede da fazenda e mais afastada as casas dos colonos ou agregados. Desse modo não havia classes: burguesia ou proletariado, a força social que havia era dos donos das terras, assim, formou-se no estado de Goiás uma sociedade fundamentada no pacto “oligárquico-coronelistas”. O estado apresentava uma série de problemas estruturais típicos de uma economia periférica, a produção era dividida em duas esferas: a exportação do gado em pé e a produção de subsistência.

Consequentemente as estradas eram escassas e a colheita que sobrava se perdia, logo, a solução para este problema veio apenas em 1911; com a chegada dos trilhos da estrada de ferro em terras goiana. Depois disso passou a ter uma demanda maior pelos produtos produzidos no estado, desse modo Goiás pôde ser inserido no mercado econômico capitalista com a estrada de ferro.

O proprietário das terras geralmente era latifundiário, porém naquela época não tinham muito valor comercial. A distância econômica entre o proprietário agrícola e seus dependentes não apresentava muitas diferenças, a mais profunda encontrava-se apenas no prestígio e no poder que o proprietário tinha com seus agregados. O trabalho e as diversões eram as mesmas e tinham pouco acesso ao dinheiro. O empregado tornava-se assim o “homem do patrão” (PALACÍN, 1994, p. 98).

Todo grande proprietário, por conseguinte, embora não pudesse ser considerado economicamente poderoso por carecer de capital líquido, era sempre politicamente poderoso. Era o “coronel”, contava com tantos votos e tantas armas como homens e, com isto, num tempo em que o poder central aparecia como algo longínquo e inoperante, podia reivindicar o exercício da jurisdição política.

O sistema eleitoral criado garantia ao dono das terras o domínio do voto de seus agregados. Assim obtinha o comando político da região (LEAL, 2012). Havia um controle

muito forte dos coronéis, sobre a população rural em todo o país, sendo que em Goiás essa situação era ainda mais arraigada. O autor assim comenta essa circunstância em sua obra clássica: Coronelismo, enxada e voto.

Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visível no interior do Brasil (LEAL, 2012, p. 44).

A dificuldade de comunicação com outras regiões do país foi um entrave sério ao desenvolvimento de Goiás. Desde os tempos de província. As tentativas de criar vias de acesso incluíram o transporte fluvial na década de 1870, como se lê em ofício do presidente da província Antero Cícero de Assis.⁶

No começo do século XX, a construção de uma via férrea em Goiás foi a abertura para o desenvolvimento econômico da economia do estado. Conforme Hélio Rodriguez, para que a linha férrea chegasse à Goiás foi necessário haver um grande esforço por parte dos políticos e intelectuais da época, era perceptível a todos os resultados do desenvolvimento da região do Triângulo Mineiro depois da chegada da linha férrea Mogiana. A Estrada de Ferro Goiás foi determinada pelo decreto 5.394, de 18/10/1904, sendo a cidade de Araguari seu ponto inicial e a capital de Goiás seu ponto terminal. A linha férrea goiana era composta de 30 estações que percorria até em 1952 480 km com seus trilhos. A ligação dos estados de Minas e Goiás através dos trilhos tiveram muitas consequências positivas para o desenvolvimento econômico do estado. Com esta ligação houve o escoamento dos produtos agropecuários da região, e essa produção pode chegar rapidamente ao litoral brasileiro atravessando assim uma extensa região do território brasileiro. A ferrovia cortava o cerrado goiano em função dos interesses do sistema capitalista de produção, ou seja, ela nasceu de fora para dentro do estado. Ficou evidente a alteração no comércio regional ocorridos no território goiano com a chegada dos trilhos da estrada férrea. A ferrovia colaborou e continua sendo importante para o processo de desenvolvimento da economia de Goiás (RODRIGUEZ, 2011).

⁶ “A navegação do Araguaia, se desembaraçar-se das dificuldades com que ainda luta, será bastante para levantar a província e colocá-la no grau de adiantamento em que estão muitas de suas irmãs, que talvez, não contem com a metade dos elementos naturais de prosperidade que ela em si encerra” (ASSIS, 1873, s. p.).

FIGURA 1. Traçado da ferrovia Mogiana em sua extensão ao estado de Goiás



Fonte: <http://vfco.brazilia.jor.br/mapas-ferroviarios/1954-EFG-Goiás.shtml> acesso 25/04/2017 às 18hs.

Além disso, a ampliação da comunicação de Goiás ocorreu com a abertura de estradas ligando Goiás ao Triângulo Mineiro. O texto de Junqueira (2012, p. 8) informa que foi construída a ponte Afonso Pena, sobre o rio Paranaíba, na divisa entre Minas Gerais e Goiás, na então Santa Rita do Paranaíba (atual Itumbiara) e abertas rodovias a partir de 1912, pela Companhia Mineira de Aviação. Essas ações permitiram escoar a produção e transportar pessoas entre várias cidades de Goiás e Minas Gerais.

Como sintetiza Chaul (2001), a sociedade goiana do início do século XX se desenvolvia de acordo com suas necessidades econômicas e de transporte, produzindo então para sua autossustentação. Talvez por isso ela defenda a tese de que Goiás não havia uma decadência ou atraso, mas sim, uma sociedade que se organizava de acordo com seu ritmo. Buscando satisfazer suas necessidades vitais e não de acordo com as relações capitalista europeias mais desenvolvidas (p. 241).

Ainda segundo esse historiador,

Os anos 30 se apresentavam como a antítese do que havia sido Goiás até então. Em nome da modernidade não só se combatia a Primeira República com suas oligarquias retrógradas, como também se propunha uma nova era político-social e econômica para o Estado, uma época de prosperidade e progresso (p. 155).

Os grupos oligárquicos foram afastados do poder por um movimento nacional – a Revolução de 1930 – que os depôs com o auxílio de forças militares vindas de fora do estado (Minas Gerais para Goiás). Getúlio Vargas assume o controle do país e coloca seus aliados no poder. Chaul (2001) afirma que Getúlio Vargas depois que tomou o poder em 1930 interessou-se em ocupar a Amazônia com interesse capitalista. Sendo esta ideia chamada de Marcha para o Oeste.

A Revolução foi percebida como uma verdadeira expressão de democracia, de liberdade e de justiça, que possibilitariam o fim da opressão oligárquica. O ideal de renovação se fazia presente e as esperanças foram depositadas no processo de produção de um novo estado de Goiás e de um novo Brasil. Podemos vislumbrar este sentimento em Palacín: “a Revolução de 30 tinha a ilusão, ou a ambição, de ser uma ruptura total com o passado. Um começo radical” (PALACÍN, 1994).

Segundo Silva (2005), No Brasil até o final da década de 1920 o governo se alternava entre os estados de São Paulo e Minas Gerais que tinham os maiores colégios eleitorais do país. Essa política ficou conhecida popularmente como a política do café com leite. Com a Revolução de 1930 se desfez essas instituições políticas de grupos oligárquicos da República Velha. “Com o apoio do povo tentaram superar a mentalidade política reacionária, supôs uma revolução — a Revolução de 1930 — que, no plano ideológico, gerou uma nova mentalidade forjada nos ideais da Aliança Liberal”. E como todo movimento político houve mais favorecimentos aos aliados (SILVA, 2005).

O Estado Novo, como consolidador dos planos de poder varguista, e a Marcha para o Oeste, elaborada por ideólogos do estadonovismo, complementaram o rol de elementos

representativos que deram a tônica da modernidade, entendida, de forma geral, como o “progresso promovido pelo Estado” (CHAUL, 2001, p. 162).

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assume o poder e coloca o médico Pedro Ludovico Teixeira como interventor do estado de Goiás. O estado de Goiás estava dentro desses ideais políticos, tendo Pedro Ludovico como seu aliado. A intenção era romper politicamente com os coronéis do poder em Goiás, ficando no poder como interventor de 1930 a 1945. Após a Revolução de 1930 em Goiás os políticos passaram a utilizar um discurso de que agora seria uma nova época progressista. O Interventor Pedro Ludovico apoiava a Marcha desenvolvimentista do Estado, percebia a necessidade de uma capital acessível que irradiasse o progresso coordenando a vida política e ligando a maioria dos municípios, unificando a região Sul e Sudoeste de Goiás. Suas foram tentativas de mudança na política oligárquica goiana; passou a existir um novo programa de governo. Ludovico era um inovador para a política coronelista de Goiás, implantou a estrada de ferro e incentivou a pecuária no estado, com isso a região cortada pelos trilhos passou a ser mais valorizada (QUEIROZ, 2007).

Goiás na Marcha para o Oeste

A “Marcha para o Oeste” foi um programa político brasileiro que se constituiu no período do Estado Novo, ou seja, governo de Getúlio Vargas, a partir de 1937. Vargas traçou e controlou este plano objetivando o povoamento do interior do Brasil, preparado para explorar suas riquezas e potenciais, logo, apresentaram uma forte propaganda nacionalista. A intenção era que a população litorânea atraída pela a possibilidade de trabalho migrasse para as áreas vazias do interior do Brasil. Assim, utilizava a imprensa para divulgar os temas de interesse político consolidando uma nova era no país. O presidente Vargas no início do Estado Novo (1937 – 1945), discursou:

A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando definitivamente os alicerces da nação. (Pronunciamento no Palácio Guanabara e irradiado para todo o Brasil, à meia noite de 31 de Dezembro de 1937) (VARGAS, 1937, s. p.).

Estando a frente da administração do Brasil, Getúlio Vargas governava num regime centralizador e autoritário, sendo um dos fatores decisivos para a implantação deste projeto. Sabiam que população brasileira no início do século XX era em sua maioria rural, muitos viviam em extensas áreas desabitadas e com trabalhadores carentes, adoentados e sem instrução. Logo, a Marcha para o Oeste surgiu com intuito de organizar, modernizar e avançar o país e isso não seria uma experiência tão fácil (GOMES, 2013).

Assim sendo, o modelo político do presidente estadonovista controlou o povoamento dessas regiões despovoadas e demarcou novas fronteiras brasileiras, investindo nas áreas de comunicação e transportes. Resultando assim em um desenvolvimento socioeconômico do país, logo a população foi adentrando na região Centro-Oeste e posteriormente a da Amazônia. Desse modo Getúlio Vargas discutiu um novo limite e desenhou em seu governo um novo mapa do Brasil em outubro de 1933.

Gomes (2013) comenta em sua obra que a República brasileira apresenta o nacionalismo ligado ao desenvolvimentismo, com intuito de despertar nos brasileiros uma capacidade emotiva, um sentimento de brasilidade. De acordo com Gomes, a República brasileira tem o nacionalismo como uma das principais chaves do período. Esse nacionalismo, aliado ao desenvolvimentismo, tinha a capacidade de despertar no povo brasileiro um sentimento de brasilidade. A constituição de uma nação é um processo permanente e inconcluso, durante o qual seus integrantes, ou melhor, sua população vai aprendendo a se reconhecer com características próprias, que não só a distinguem de outras nações, como a identificam para si mesma. Assim Getúlio em 1938, discursou:

[...] o verdadeiro sentido da brasilidade é o rumo ao oeste. Para bem esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa de seu território [...].

Ainda em 1938, em discurso, o Presidente fez este apelo:

[...] o programa de rumo ao oeste é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover esta arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas (VARGAS, 1938, s. p).

O governo interventor e a construção de Goiânia

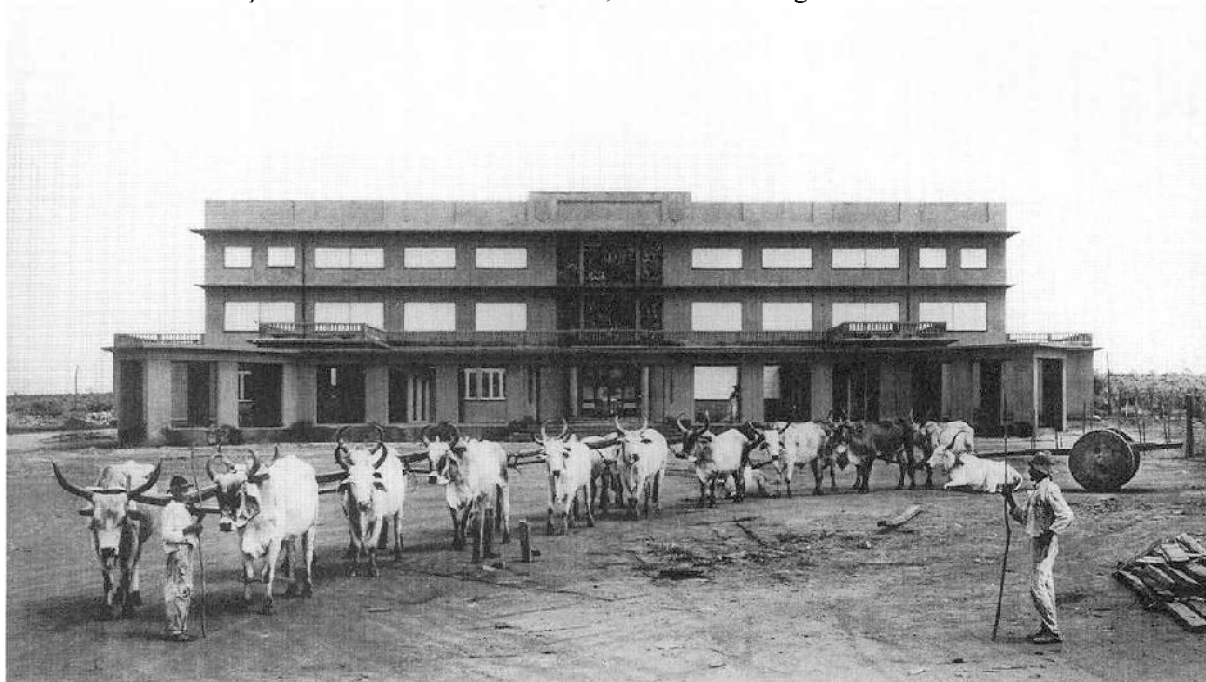
Em seu livro *Memórias*, Pedro Ludovico procura resgatar fortemente a imagem de um político correto, honesto e de capacidade de enfrentar qualquer sacrifício em prol do desenvolvimento de Goiás e melhor qualidade de vida para os goianos. Em suas escritas pode-se perceber que o autor arquiteta uma imagem heroica, apresentando-se como um político que entrou para a história do progresso do estado. Ludovico ressalta em sua obra que apreciava muito o ambiente intelectual da cidade do Rio de Janeiro, interessava-se por literatura e se preocupava com os ideais socialistas. Assim que terminou, voltou para a capital de Goiás e, sentindo-se insatisfeito, percebeu que não se acostumava mais em cidades pequenas. Resolveu mudar para Rio Verde no sudoeste do estado por ser uma região que estava se desenvolvendo na época. Pedro Ludovico decide então tomar a primeira medida, mudar a capital de Goiás construindo uma nova capital. Representando o ideal revolucionário que estavam em alta naquele momento, o Interventor pensava que se construísse uma nova e atual capital com características progressista, com arquitetura moderna, superaria os antigos problemas políticos, sociais e econômicos do estado.

Ao pesquisar os processos que promoveram a construção de Goiânia e a implementação da Marcha para o Oeste, somos convidados a investigar, de maneira sistemática, iniciativas vinculadas a gestões autoritárias e a discursos progressistas, que ao longo da história foram sobrepostos.

Pedro Ludovico Teixeira tinha insatisfação de morar em cidades pequenas, fez-se ter coragem de seguir em frente o projeto de mudança da capital goiana. Tinha intenção de construir uma cidade mais desenvolvida e organizada. E assim se inicia as ideias da construção de Goiânia em substituição a primeira capital que foi a cidade de Goiás. Edificar uma nova capital era se revelar politicamente, mostrando a todos que, de fato, estava fazendo algo novo e moderno. “A modernidade que desejava implantar, com a construção de Goiânia, poderia atingir toda a região goiana. Esse era um desejo expresso nos discursos de Pedro Ludovico, naquela época” (GOMIDE, 2002, p. 34–5).

Uma das primeiras e grandes obras do governo revolucionário de Goiás foi a construção e transferência da nova capital do estado: Goiânia, que fora inaugurada em 1937.

FIGURA 2. Construção do Palácio das Esmeraldas, futura sede do governo de Goiás.



A fotografia mostra o contraste do prédio apresentando uma arquitetura mais atual com as ferramentas antigas usadas no estado, que era a força animal e o carro de boi. Retrata um estado que não tinha ainda se desenvolvido, podendo-se dizer como alguns autores da historiografia goiana, que Goiás era um estado periférico e atrasado (CHAUL, 2001).

Fonte: Feichtenberger (1937).

O interventor Pedro Ludovico Teixeira juntamente com seus aliados políticos da época, idealizou e edificou uma capital com prédios modernos, de tal modo que Goiânia é o símbolo ideológico da política pós-revolução de 1930. A construção de Goiânia foi um grande passo para o estado de Goiás, melhorando a o estado em sua posição política e econômica. As representações de modernidade eram bem fortes nos anos de 1930 e ainda permearam por muito tempo na mente da população goiana. Tendo como intenção colocar Goiás no mercado nacional e começar o processo de acumulação de capitais (CHAUL, 2001) A nova capital goiana foi considerada como uma coluna para o estado de Goiás, símbolo de desenvolvimento e progresso que juntamente com a nova política foi lançando o estado no comércio nacional.

A outra importante obra foi a construção da UHE de Cachoeira Dourada iniciada em 1954. Na época Goiânia estava apresentando problemas com a falta de energia elétrica, por isso, Pedro Ludovico se empenhou nesta construção objetivando levar energia elétrica para a capital. Prova disso foi a falta de energia elétrica à população local, os moradores que moravam nas proximidades não foram agraciados com a tão sonhada eletricidade, continuando desse modo as escuras. A energia gerada no rio Paranaíba em 1959, logo após sua inauguração foi diretamente distribuída para iluminar a capital goiana.

1.2 A Hidrelétrica e o adensamento da população da região.

Em 1929 os Estados Unidos da América parou de importar o nosso café, desse modo a burguesia brasileira viu na industrialização uma saída para a crise da agricultura. Com o aumento das indústrias houve a necessidade cada vez mais evidente de que se deveria aumentar a produção de energia elétrica para mobilizá-las (ROCHA, 2005). Essa demanda se mostrou com vigor em Goiás, isto é, nos planos de desenvolvimento do governo de Pedro Ludovico.

Em Goiás a energia elétrica era um desafio que o governo interventor precisava avançar perante os outros estados brasileiros. E para isso havia a necessidade de construir novas usinas para a transmissão de energia elétrica. Tanto para iluminar Goiânia que começava a ser construída no final de 1933, quanto para as cidades que estavam se desenvolvendo próximo à capital (ROCHA, 2005, p. 36). Em 1937 foi inaugurada no rio Meia Ponte, próximo a Goiânia, a UHE do Jaó criada para iluminar a nova capital. Sem o recebimento desta energia seria impossível ter acontecido como foi chamado o “Batismo Cultural de Goiânia”, que foi um evento organizado em 14 de junho de 1942. Houve várias inaugurações como: estreia de filme no Cine Teatro de Goiânia, posteriormente encenação de uma peça teatral e, também, a inauguração de uma emissora, a Rádio Clube. Todos esses eventos só foram possíveis porque Goiânia já estava sendo iluminada pela UHE do Jaó. (ROCHA, 2005).

Em 1940 o professor Zoroastro Artiaga⁷ já mencionava a importância hidráulica dos rios em Goiás. Dentre as usinas que se tornariam realidade futuramente foram: A UHE de Cachoeira Dourada, A UHE do Canal de São Simão e a UHE do rio Corumbá.

Os nossos caudais drenam águas para todos os rumos. Além das quedas de água em razão dos rápidos desníveis, que dão possibilidades amplas para a construção de geradores de energia, altos-fornos elétricos e imensas realizações no campo da eletricidade dinâmica, o Estado de Goiás tem, ao longo dos rios, depósitos de metais e de minério a serem aproveitados em favor do nosso povo e da humanidade em geral (ROCHA, 2005, p. 41).

⁷ Zoroastro Artiaga nasceu em Itaberaí - Goiás, no dia 29 de maio de 1891 e faleceu em Goiânia, em 26 de fevereiro de 1972. Coursou: Direito, Ciências Jurídicas e Sociais na UFG e cursos especiais como: Geologia, Mineralogia, Botânica, Didática, Estatística, Economia e Pedagogia, concluídos no Rio de Janeiro e São Paulo. Foi colaborador de alguns jornais em Goiás. Publicou livros contribuindo para a história de Goiás. Foi militante e correligionário na década de 20 do Partido Democrata em Catalão (Dado compilado das edições do Jornal Novo Horizonte entre os anos de 1926-1928).

Em 1945 houve uma chuva muito forte em Goiânia acarretando um grave acidente com a usina do Jaó, pois partes dos equipamentos rodaram com a enchente deixando a nova capital às escuras. Passaram a usar lampiões, lamparinas e alguns estabelecimentos investiram em geradores a diesel. Somente dois anos depois é que a UHE do Jaó voltou a funcionar, porém já não era mais suficiente para abastecer toda a população da capital goiana (ROCHA, 2005, p. 44).

Em 1948, o deputado Diógenes Magalhães⁸, discursou na Câmara dos Deputados e disse a respeito da importância das cataratas que havia no rio Paranaíba enaltecendo seu valor hidrelétrico. “Não se pode admitir a mudança da Capital da República sem que tenhamos utilizado pelo menos uma parte da grande queda do Paranaíba” (MAGALHÃES, 1948, p. 12.434–6). Falou também de uma comissão de parlamentares e técnicos que foram analisar a região. O objetivo desta comissão era para registrar as observações em relatórios, a essa comissão deu-se o nome de “Estudos para localização da Nova Capital general Djalma Polli Coelho” (MAGALHÃES, 1948).

O projeto foi encaminhado desde 1947, o deputado e cunhado do interventor goiano Diógenes Magalhães apresentou à Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro um projeto de lei pedindo ao Poder Executivo, autorização para a construção da primeira UHE na futura Cachoeira Dourada.

Meu Projeto, depois de receber parecer favorável na comissão de justiça, foi ter à de Finanças, onde ainda se encontra. Estou certo Sr. Presidente de que o aproveitamento gradativo da cachoeira será em breve uma realidade (MAGALHÃES, 1948, s. p.).

Quanto ao assunto da transferência da capital federal já estava em discussão há algum tempo nos discursos de vários políticos brasileiros. “Tínhamos é claro, um programa, no qual baseássemos as nossas observações e foi com esse programa que nos decidimos a deixarmos o Rio de Janeiro” (MAGALHÃES, 1948, s. p.). A comissão visitou várias cidades do Triângulo Mineiro e Goiás; ao passarem por Cachoeira Dourada, o deputado Diógenes Magalhães relata ao presidente da República.

⁸ Diógenes Magalhães da Silveira nasceu em 31 de março de 1895, Maceió, Alagoas e faleceu em janeiro de 1981. Era médico, assessor, cunhado e amigo de Pedro Ludovico e genro do Coronel Martins Borges, proprietário de terras e Senador por Goiás na República velha (BRAGA, 1998).

[...] estivemos na Cachoeira Dourada, situada no Rio Paranaíba. Era natural Sr. Presidente que a caravana parlamentar se interessasse em conhecer o grande salto, cuja potência calculada em 300.000 cavalos, precisa ser de logo aproveitada, em benefício de extremíssimas regiões do Planalto Central do Brasil. Inúmeras cidades, vilas, arraiais e fazendas do Planalto tanto no território goiano como no mineiro das proximidades ou em pontos bem afastados da Cachoeira Dourada, ficariam dentro do ralo de ação de uma central elétrica que ali fosse instalada. Muitas dessas regiões embora pujantes de recursos naturais não tenham tido o rápido desenvolvimento que era de esperar. Para o seu relativo atraso atual talvez seja essa penúria de energia em que vivem a causa principal (MAGALHÃES, 1948, s. p.).

A ideia do aproveitamento da grande queda d'água chamada: Cachoeira Dourada era noticiada em vários jornais do país e também em conceituadas revistas. As notícias pesquisadas retratavam principalmente a sua beleza e fauna existente ao redor de sua queda, mas também viam claro, o grande potencial hidrelétrico, em função do momento de intensas mudanças em busca de desenvolvimento econômico tanto do estado quanto do país.

Os políticos e pessoas influentes que vieram conhecer as cataratas da Cachoeira Dourada viram de perto toda a força da queda d'água que existia. Assim em busca de melhorias para o estado de Goiás e região, quem pôde conhecer a Cachoeira Dourada de perto e entendia do assunto, logo mencionava que ali deveria construir uma UHE. A Figura 3 mostra a grandiosidade da queda natural antes de da construção da UHE a ter destruído, para esta obra foram milhares de operários para essa região, o que gerou a demanda por escolas para os filhos desses trabalhadores.

FIGURA 3. A cachoeira Dourada antes da construção da segunda etapa da UHE.



Fonte: Centrais Elétricas de Goiás. Acervo Particular da CELG

O período foi marcado por mudanças socio-históricas importantes, a exemplo do fim da Segunda Grande Guerra. Com a redemocratização do país e a eleição de Eurico Gaspar Dutra para a presidência da República, “[...] a economia brasileira foi se moldando à associação com o capital financeiro internacional, consoante com o plano pós-guerra de imposição de uma nova ordem mundial” (CRUZ, 2014, p. 5). Nos anos 1950, o processo de industrialização se intensificou, sobretudo com Juscelino Kubitschek e com o capital estrangeiro. “Noutros termos, o aporte de recursos internacionais apresenta-se como solução alternativa de desenvolvimento econômico; isto é, inaugura-se um novo modelo de industrialização” (CRUZ, 2014, p. 5).

Estava principiando um processo de urbanização no país, com mais intensificação no governo de Juscelino Kubitschek, sendo esta na segunda metade da década de 1950. Assim começava a se gerar aumento na oferta e demanda de energia elétrica tanto para o Brasil quanto para o estado de Goiás. Em meio à necessidade de construção de mais usinas para gerar energia, Pedro Ludovico nomeia José Ludovico de Almeida para a Secretaria da Fazenda e também gerenciador do sistema energético.

Como no decorrer dessa década de 1950 entrariam em operação em Goiás as hidrelétricas do Rochedo, no Rio Meia Ponte, município de Piracanjuba, e de Cachoeira Dourada, a economia ganharia substancial novo impulso, graças a esse choque energético. A cidade de Goiânia passaria pela experiência de tríple crescimento.

Após assumir a presidência da República, Juscelino Kubitschek levou adiante seu programa de metas que objetivava “avançar 50 anos em cinco”. Era o desenvolvimento a qualquer custo. O Plano de Metas buscou, sobretudo, fazer investimentos em infraestrutura e na indústria de base com participação de capital nacional e estrangeiro — aqui se inclui a construção das hidrelétricas — e interiorizar a economia — por exemplo, com construção de Brasília em Goiás.

Os investimentos do Plano de Metas com energia foram de 43,4% do total; os transportes ficaram com 29,6% dos recursos, enquanto à alimentação foram destinados apenas 3,2%, às indústrias de base, 20,4%, e à educação, 3,4% dos investimentos. A construção de Brasília não foi contemplada no Plano de Metas, mas foi considerada “meta-síntese” e seu custo foi de, aproximadamente, 2,3% do PIB (PEREIRA, 2006, p. 79).

Em 1951, Pedro Ludovico voltou ao poder e tomou posse como governador de Goiás; já havia certo desenvolvimento na economia do estado, era necessário então fazer algumas

melhorias na educação e no setor energético. Começou assim a organizar o estado para receber a nova capital federal, Brasília (QUEIROZ, 2007).

Com a construção de Brasília, Goiás se integralizou política e economicamente em âmbito nacional. Brasília foi como um elo entre Goiás e os outros estados brasileiros, concretizando a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Que era crescer 50 anos em 5; e para conseguir concretizar esses ideais, criou-se então o Plano de Metas. Ele foi um dos principais responsáveis pela fundação de Brasília.

É interessante a matéria do jornal, *Correio de Uberlândia*, trazendo na capa a notícia da mudança da capital federal em 1939, assunto antigo que foi cogitado politicamente por vários grupos políticos desde a Inconfidência Mineira. Portanto, essa matéria discutia novamente a mudança da capital federal. Depois que Getúlio Vargas se tornou presidente do Brasil, ele e o exército brasileiro deixaram transparecer o desejo de mudança da capital federal que era a cidade do Rio de Janeiro para o coração do Brasil.

De acordo com o jornal, *Correio de Uberlândia*, alguns uberlandenses sabendo dessas discussões, faziam campanha para trazerem a capital do país para Uberlândia. Assim, se reuniam para debater tais ideias com os políticos e empresários locais. Convidaram o Interventor de Goiás Pedro Ludovico Teixeira, para um almoço em Uberlândia- MG. Dizia a matéria do jornal:

E o velho sonho do saudoso cel. Carneiro, escrevendo e catequisando às figuras políticas brasileiras, nesse sentido, já em 1921, voltando a desenhar-se nos nossos horizontes. É o palpite contemporâneo de Antonio Carlos, conquistando adeptos valiosos como, disse-nos o operoso Interventor visinho, o próprio General Góis Monteiro que enxerga em Uberlândia as condições imprescindíveis a uma linda e excelente capital do nosso Grande País (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1939, p. 1).

O Interventor do estado vizinho Pedro Ludovico escreveu ao jornal *O Correio de Uberlândia*, era como um patrono da realização do sonho da transferência da capital federal para Uberlândia. Portanto Pedro Ludovico em seu discurso diz concordar com os uberlandenses:

Assim manifestou e foi adiante dizendo que essa honra concedida à Uberlândia era mesmo que ser feita à Goiás, pois para os goianos a nossa cidade é como se fosse um recanto anhanguerino, onde eles se sentem bem e a que muito estimam (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1939, p. 1).

Pedro Ludovico era um político articulador embora concordasse com seus vizinhos sobre a mudança da capital para o interior do Brasil. Porém, esses ideais tomaram novos

rumos e foram desenvolvendo outras ideias para essa transferência. Assim, quando disseram que a capital viria para o estado de Goiás, o Interventor não mediu esforços organizando o estado para receber Brasília. Com efeito, a construção de Brasília projetou Goiás, política e economicamente, no cenário nacional. Brasília foi como um elo entre esse estado e os demais. Prova disso é que a UHE de Cachoeira Dourada, após começar a funcionar, viria a suprir a demanda por eletricidade em Brasília.

Já em 1952, Pedro Ludovico procurou o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, e lhe mostrou o projeto da hidrelétrica da Cachoeira Dourada. O jovem governador mineiro concordou em fazer um empréstimo para a construção da primeira etapa. Além da amizade entre os dois políticos, Ludovico pode ter se espelhado nas intenções de Kubitschek para a produção de energia elétrica em Minas. O financiamento para a obra da construção da UHE de Cachoeira Dourada foi assim definido no *Jornal de Notícias*:

O Aproveitamento daquela grande queda do Paranaíba está dividido em três estágios, fornecendo o primeiro, 37.000 H.P, o segundo, mais 90.000 e o ultimo, mais 180.000. Para as obras do primeiro estágio, conta o Estado com 80 milhões de cruzeiros do Plano SALTE, dos quais, dez milhões já foram pagos; outros trinta milhões foram incluídos no orçamento federal para o ano vindouro, e os quarenta restantes, serão pagos em 1954. O governo estadual e o de Minas Gerais completarão com seus recursos o restante para o empreendimento, estimado em mais de cento e cinquenta milhões de cruzeiros (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1952, p. 7).

Com o apoio obtido do governador de Minas Gerais, as obras da UHE de Cachoeira Dourada começaram, em 1954, inaugurando-se o canteiro de obras em 06 de junho de 1954 conforme a Figura 4.

FIGURA 4. Visita de comitiva do governo de Goiás para inaugurar o início das obras da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada



Fonte: A NOITE, 1954, p. 15.

Com a notícia da construção da UHE, começam a chegar à região várias famílias interessadas em trabalho. Como era uma construção grande e audaciosa, logo vieram em 1954 muitos trabalhadores, iniciando uma corrente migratória para o interior do estado de Goiás e Minas Gerais. A obra fez parte dos dois lados da margem do rio Paranaíba, abrangendo os povoados de Cachoeira de Dourada de Goiás e Cachoeira Dourada de Minas Gerais.

Durante os dois primeiros anos, a obra seguiu um ritmo lento. Com a posse de Juscelino Kubitschek, o financiamento deixaria de ser problema. Em 1956, o apoio do presidente se traduziu em mais verba para acelerar a construção. As usinas hidrelétricas compuseram uma face materialmente mais visível do quão arrojado era o plano de desenvolvimento de Kubitschek. Além disso, as hidrelétricas marcaram a entrada de Goiás na era dos “50 anos em 5” propalados pelo governo federal, que também incluía mineradoras e siderúrgicas.

Subjacente à construção da UHE de Cachoeira Dourada estava, então, a projeção de Goiás no cenário nacional de desenvolvimento com a interiorização do centro de poder federal; aliás, foi uma projeção firmada por Kubitschek, em seu segundo ano de mandato, sendo o primeiro como governador e o outro mandato como presidente da República. À UHE subjaziam, também, investimentos estrangeiros à altura do empreendimento. Com sua edificação vieram muitas empresas de construção pesada e de montagem mecânica e elétrica, por exemplo, demandaram uma mão de obra tal que atraiu contingentes volumosos. Aí se incluíram os que ergueram a UHE — trabalhadores temporários, por exemplo — e os que ajudaram a UHE a produzir energia — operários, supervisores, gerentes e diretores, a serem contratados por concurso público pela empresa estatal CELG. Desses contingentes, muitos fixaram residência no então distrito de Cachoeira Dourada, compondo o perfil da população que formaria a futura sede municipal, que demandaria serviços públicos como acesso a educação, saúde e lazer. Outros retornaram para o lugar de onde vieram.

No início da construção da UHE de Cachoeira Dourada não havia sido criada uma empresa (estatal) para assumir sua administração, foi feita, então, uma concorrência pública. Ganharam as licitações, as empresas francesas: Societé des Grands Travaux de Marseille na área de construção civil, Etablissements Neyrpie, de Grenoble, responsável pelo fornecimento e instalação dos equipamentos hidráulicos, e a Societé Generale de Construtions & Mecaniques Alsthem forneceu e instalou os equipamentos elétricos.

Em 1955, a Centrais Elétricas de Goiás (CELG) foi criada, para fazer funcionar e administrar a UHE de Cachoeira Dourada, dentre outras. Após a criação da estatal, ela se tornou responsável pela licitação para o abastecimento dos materiais para a montagem das linhas de transmissão. O *Jornal de Notícias* divulgou essas circunstâncias em 1959:

Para a linha de transmissão de Cachoeira Dourada a Goiânia, a CELG abriu várias concorrências para o fornecimento de materiais, tendo sido após contratadas as firmas: Fratelli Giuseppi, da Itália, para fornecer cabos de aço; Vereinigte Deutsche Metalwerke, da Alemanha, para os cabos de alumínio; Mippon Gaisi Kaisha. Do Japão, para isoladores e ferragens, e Sociedade S.A. para torres de aço. A montagem da linha foi contratada com a firma Sul Americana de Eletrificação S.A. – SADE, de São Paulo e Milão (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1952, p. 7).

O objetivo da construção da UHE nessa região, não era para favorecer desenvolvimento do Distrito onde estava localizada a queda d'água, mas a finalidade dessa grandiosa obra era para alimentar as políticas de progresso do estado de Goiás e do Brasil: “A energia produzida pela Cachoeira Dourada destina-se às zonas mais populosas do sul do Estado, onde os centros consumidores estão relativamente próximos dos outros, compensando a interligação” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1952, p. 3).

Esperava-se como certa a inauguração da primeira fase da UHE de Cachoeira Dourada para janeiro de 1959, quando, então já dirigida pela CELG, devia fornecer força e luz suficientes para a demanda de Brasília (UNGARELLY, 1959). A inauguração da primeira etapa da UHE foi notícia em vários jornais da época. Segundo o jornal *Jornal de Notícias* o governador Pedro Ludovico foi até a cidade do Rio de Janeiro convidar o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira para agendar visita a Goiânia para inauguração de algumas obras, uma delas foi a das “[...] Centrais elétricas de Goiás, ligando a Usina da Cachoeira Dourada (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1952, p. 1).

É possível pensar que a população de Cachoeira Dourada seria quase toda de fora. Seriam pessoas que foram para Goiás, e para Cachoeira Dourada, seguindo as:

[...] grandes correntes migratórias, atraídas pelas perspectivas de trabalho, e os curiosos, os que desejam ‘redescobrir o Brasil’; afinal, a Goiás “[...] se volta hoje a atenção de todos os brasileiros, curiosos com as transformações violentas ali operadas pela transferência da capital federal para o seu território (CAMPOS, 1961, p. 84–5).

Porém não foi possível achar muitas informações sobre a formação do distrito de Cachoeira Dourada nessa época. A única notícia sobre a “cidade” e a população saiu em 1971, ou seja, 15 anos depois do início da obra:

Ao lado das obras da usina nasceu uma cidade com seu nome: Cachoeira Dourada. Tem hoje *seis mil habitantes*, entre *operários e suas famílias*. Dispõe de escolas, cinema e próspero comércio. Também no canteiro de obras surgiu uma comunidade formada pelas centenas de *engenheiros, técnicos e homens especializados que trabalham na hidrelétrica* (grifo nosso) (BASTOS, 1971, p. 68).

Assim, vem a dúvida: os seis mil habitantes referidos como operários e famílias incluem, por exemplo, uma comunidade escolar de quase 3,5 mil pessoas dentre pais e alunos não vinculada à usina? Os dados da Tabela 1 mostra os números de alunos em escola pública e deu seus pais entre 1964 e 1968?

TABELA 1. Número anual de alunos matriculados em Grupo Escolar e o número de pais, 1964–8

ANO	PAIS	ALUNOS	TOTAL
1964	610	307	917
1967	1.000	586	1.586
1968	600	467	1.067

Fonte: Livro de matrícula do Grupo Escolar Tombo D'água.

É uma população numerosa para ser ignorada. Podiam ser moradores mais antigos, que viviam do trabalho no campo e moradores mais novos que buscaram, de alguma forma, aproveitar as oportunidades de trabalho que a UHE oferecia indiretamente, como no posto de gasolina, em oficina de motores, no bar, na mercearia, dentre outras formas de comércio que se instalaram no Distrito, como mostram as fontes iconográficas da Figura 5.

FIGURA 5. Cotidiano de trabalho em Cachoeira Dourada por volta dos anos 1960



No alto: movimentação de funcionários em oficina de tornearia e o primeiro posto de gasolina. Embaixo: grupo de homens na atividade de “bater” arroz mostra a economia de subsistência dessa população. O carro de boi se mostra como força útil para o transporte, tal qual na construção de Goiânia.

Fonte: dados da pesquisa — acervos diversos

Pode-se pensar que a construção da UHE estimulou a abertura de estabelecimentos comerciais em Cachoeira Dourada e consequentemente o aumento de vagas em empregos remunerados, como na oficina de motores e no posto de gasolina. Aos que não conseguiam emprego nesses espaços restava o trabalho na zona rural. E mesmo os que trabalhavam no meio rural conseguiram se estabelecer como trabalhador da cidade. Um dos que aparecem na atividade de “bater” arroz se tornaria o sapateiro da cidade.

Surgimento do distrito de Cachoeira Dourada

A presença de pessoas na região de Cachoeira Dourada foi noticiada ao longo da primeira década do século XX.⁹ Era motivada, sobretudo, pela pesca e pelo turismo. Em 1906, Henrique Silva escreve para a renomada revista Kosmos do Rio de Janeiro uma matéria sobre a “CACHOEIRA DOURADA”: dizia ele que Goiás era uma região privilegiada por ter as mais belas cachoeiras do Brasil e que, até aquele momento, eram ignoradas pelos geógrafos do país, e conhecidas apenas pelos índios, viajantes e sertanistas. Falou também da particularidade que tinha o rio Paranaíba. “Nelle é que se

⁹ Nos primórdios do século passado a região onde se encontra hoje o município de Cachoeira Dourada de Goiás era povoada pela tribo indígena Caiapó. Estes viviam em constantes brigas com outras tribos indígenas e os sertanistas. Temidos pela fama de guerreiros, começaram a desaparecer por força de migrações ou de ações de extermínio, na época dos bandeirantes, tanto os índios quanto os posseiros encontraram aqui uma rica e abundante fauna e flora e também fartura de águas às margens do rio Paranaíba (BARCELOS, 2008). Na flora encontravam-se matas virgens com várias espécies de árvores frutíferas do cerrado: araticum, murici, mangabeira, bacupari, mama-cadela, guapeava e muitos outros frutos que o cerrado oferecia. Próximo à margem do rio Paranaíba a mata se tornava mais fechada com árvores altas típicas de uma floresta tropical, eram as gameleiras, paineiras, jatobás perobas, figueiras, canelas, copaibas, jacarandás, jequitibás, ipês, dentre outras que hoje já não se encontram em nossa região (BARCELOS, 2008). Além da beleza das matas, a fauna da região possuía abundância de caça e pesca. Chaves (1943) nos fala em sua obra sobre as inúmeras variedades de caça que existia até o início do século passado. Tinha antas, veado-mateiro, caitetú e queixadas (conhecidos como porco do mato), jacarés, cotia e também “gado da brabeza”. A pesca também era farta com peixes de várias espécies e tamanhos sendo os principais: dourado, piracanjuba, piau, surubim, pintado, caranha e muitos outros. Era grande também a quantidade e variedade de aves aquáticas. Marcelo Fagundes, em sua obra, *Índios do Triângulo Mineiro: História, arqueologia, fontes e patrimônio pesquisas e perspectivas*, fala dos vários sítios arqueológicos que estão pesquisando na região do Triângulo Mineiro, e o que chamou a atenção foi saber da existência desses sítios na cidade de Cachoeira de Dourada - MG. Porque essas pesquisas vêm confirmar o que outros historiadores já escreveram sobre a região, e que realmente os caiapós foram os primeiros habitantes tanto da margem mineira quanto goiana próximo à queda d’água da Cachoeira Dourada. É uma pena que em Goiás não temos estudos arqueológicos ainda, mas seria muito bom que dessem continuidade a essa pesquisa além do Triângulo Mineiro. Até porque pelo o que Camilo Chaves relata eles se mudavam de uma margem para outra não reconhecendo fronteiras administrativas. Em Cachoeira Dourada de Minas houve um trabalho de pesquisa em parceria com a prefeitura e com a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e desenvolvido por Fagundes (2015). Encontraram 11 sítios arqueológicos e vários vestígios pré-históricos. Os vestígios encontrados pelos arqueólogos são chamados de cultura material: A cultura material (evidenciada pelo gradeamento do solo) está associada a fragmentos de cerâmica de diferentes tamanhos, uma vez que há certa “padronização” ao se confeccionar os potes, isto é, cerâmicas com queima redutora, bem alisadas, sem decoração plástica ou pintura, geralmente vinculadas ao uso cotidiano, mas há contexto simbólico-ritualístico. No sítio Cachoeira II essa é a realidade (FAGUNDES, 2015, p.134).

admira a formidável CACHOEIRA DOURADA – uma das mais deslumbrantes perspectivas do mundo” (SILVA, 1906, p. 19).

A região era desabitada, e cercada por matas fechadas e de difícil acesso; mesmo assim, vinham alguns médicos e engenheiros pescadores se aventurarem por essas terras, como relata Henrique Silva em sua matéria na revista Kosmos. “O Dr. De Oliveira Martins, distinto clinico no Oeste de S. Paulo, acaba de visita-la e escreve: É a Cachoeira Dourada o sitio mais bello do Brasil” (SILVA, 1906, p. 20). Um dos visitantes ilustres que apareceram na revista, no início do século, é o engenheiro inglês Mello e o Dr. I. Paes Leme, sendo que este último teve sua família como uma das principais fundadoras da cidade de Cachoeira Dourada de Goiás.

Há ilhas ao redor da cachoeira que são jardins de baunilha e gengibre, e que nas matas adjacentes, da mais legitima terra roxa, se encontram inúmeros cafeeiros produzindo, cujo plantador fora o próprio Paranaíba, que em suas enchentes acarretou das lavouras de Minas, na Mata da Corda o precioso grão, o qual depositado alli germinou sem amanho (SILVA, 1906, p. 19).

Podia-se escutar o som da cascata da cachoeira ao longe, muitos dizem que o nome “Dourada” se refere ao reflexo do sol no vapor da água que caia da cachoeira, formando um arco-íris e também grande quantidade de dourados que se podia pescar na época. Por oferecer fartura de caça e pesca, as margens do rio Paranaíba eram bem atrativas, pois vários homens vinham pescar e caçar, principalmente a pesca na época de estiagem.

A pesca profissional na cachoeira Dourada, ou seja, para venda, já existia no início do século passado. Os peixes abasteciam cidades do Triângulo Mineiro.

Faz-se na cachoeira Dourada o mais importante commercio de peixes nella abundantissimos, principalmente os Dourados (seminus), que, em salga ou seccos, são exportados para o consumo das populações do Triângulo mineiro e sul do estado de Goyaz (SILVA, 1906, p. 19).

A exploração comercial da pesca na cachoeira foi divulgada na imprensa. Na década de 1930, falava-se na “[...] empresa que explora os serviços de pesca entre Uberaba e Cachoeira Dourada [...]”, conforme publicou o *Correio de São Paulo* de 1937 (p. 1). As ilustrações da crônica de página inteira da *Revista da Semana*, do Rio do Janeiro, dão uma medida da representação do lugar e dos peixes (FIG. 6).

FIGURA 6. Pescadores na cachoeira Dourada.



Os pescadores ficavam dias e meses na cachoeira Dourada. iam a pé, a cavalo ou de carro de boi. Apareciam também mascates, que traziam gêneros alimentícios e outros artigos para vender. Eram produtos que os pescadores utilizavam em seu dia a dia: sal, café, toucinho, cachaça, açúcar, arroz, anzóis linhas para pesca e tecidos grosseiros de algodão e cachaça.

Fonte: PINHEIRO, 1934, s. p.

Com essa movimentação de pessoas nas margens do rio Paranaíba surgiu pequenos povoados, um no barranco mineiro chamado de Feijoadá outro na margem goiana ao lado da região nomeada pelos pescadores de Safada, que era um local do rio onde caía a água da catarata. Mas, quando se iniciava a época das chuvas muitos deixavam os seus ranchos devido o alagamento das margens (CHAVES, 1943, p. 364)

O povoamento da região da Cachoeira Dourada

Notícias mais antigas sobre a cachoeira Dourada foram alguns documentos como: relatórios e ofícios escritos em manuscrito e outras notícias nos jornais digitalizados mencionando a existência de um porto chamado Porto Cachoeira Dourada. Funcionava como uma recebedoria na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais. A documentação é desde 1879. Moradores antigos o conheciam como Porto Velho. O porto era um local de travessia, onde ficava um fiscal funcionário do governo sendo o responsável de cobrar impostos de cada animal exportado para o estado de Minas Gerais. Este fazia os relatórios de toda a movimentação do porto e levava aos seus superiores juntamente com a quantia de impostos arrecadada. Os animais atravessavam a nado enquanto que as pessoas iam a cavalo (MORADOR, 1).¹⁰

Em uma das fontes, há uma escrita pelo dono da Imobiliária Paes Leme o Senhor Fernando Monteiro Paes Leme, documento, ele relata a trajetória de venda e doação das terras da fazenda Cachoeira Dourada, desde os anos de 1844 até ser doado ao Sr. Bernardo José da Costa em 1940 por D. Brígida de São José. Quando esta ficou viúva e resolveu ir embora morar com seus parentes, doou as terras da fazenda Cachoeira Dourada para o Sr. Bernardes. Vindos do Rio de Janeiro, a família do Sr. Eurico Paes Leme e de D. Ana Antônia de Paiva Ferreira também foi importante para a formação do povoado.

Ele tinha experiência em agrimensura, porém era topógrafo, trabalhou na estrada de ferro Oeste de Minas no trecho de Araxá a Uberaba, e chegou aqui antes dos anos de 1920. Prestava serviços aos fazendeiros locais recebendo seus honorários em terras fixando residência próxima à propriedade do Sr. Bernardes.

¹⁰ Na busca documental sobre a história e a história da educação de Cachoeira Dourada percebemos a escassez de registros nesse município: não havia livros de memórias apenas alguns documentos avulsos, muito pouco sobre as escolas, e a dificuldade de acesso a documentação da UHE e dos arquivos da Câmara municipal, assim recorremos a outras fontes históricas, como as fotografias e o depoimento oral. Antes mesmo do ingresso no mestrado, já conversava informalmente com moradores mais antigos e pessoas da comunidade escolar sobre suas experiências, anotando seus relatos e alguns depoimentos foram gravados. Como não submetemos a pesquisa ao Conselho de Ética, essas informações surgem apenas como relatos sem a transcrição literal dos mesmos. Como o que disseram os moradores foi e é importantes para entender as questões do trabalho não apontadas pelas poucas fontes documentais e para reforçar os documentos, eu não poderia deixar de utilizá-las. Por isso, elas foram mantidas, mas parafraseadas e sem apresentar informações que permitam identificar os moradores aos quais conversei. Dessa forma identifiquei-os no texto como morador 1, 2, 3, 4 e 5.

O Velho Bernardes devoto de São Sebastião doou 40 alqueires de terras da fazenda Cachoeira Dourada para a formação de um Patrimônio. Ele e o Sr. Eurico Paes Leme construíram a capela de São Sebastião, sob a responsabilidade da Igreja apostólica Romana. Em torno do porto e da capela na década de 1940, surgiu um povoado que passou a se chamar Currutela. Eram sete casas rústicas ao redor da igreja apostólica romana, uma praça e um coreto. Localizava-se à margem direita do rio Paranaíba, um pouco distante do rio (este local hoje se encontra a Vila Operária). O único comércio que tinha era um armazém, porém depois esses moradores se mudaram para o povoado que surgiu próximo a queda d'água. (MORADOR, 1, 2015).

FIGURA 7. Família de Eurico Paes Leme



Dois momentos da família de Eurico Paes Leme: em um, estão pais e filhos; em outro, pais, filhos e netos. As datas foram identificadas a primeira foi na década de 1920 e a segunda data-se do início de 1960. Fonte: Acervo Particular: Família Paes Leme.

Assim no final da década de 1940 foi chegando alguns moradores e construindo suas casas nas proximidades do Tombo d'água. Este novo povoado passou a se chamar Cachoeira Dourada, em homenagem à beleza e exuberância da cachoeira ali existente, foi erguida novamente outra capela e novos moradores foram chegando. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2015) reiteram em parte essa versão, pois informa que a formação de uma comunidade na região começou nos anos 50, com a doação de 40 alqueires para construir a capela a Santo Antônio. Ali, seriam erguidas depois treze casas residenciais. Nesta fonte do IBGE diz que a doação foi para o Santo Antônio, mas a doação feita pelo Sr. Bernardes segundo o Sr. Fernando Monteiro Paes Leme, a doação foi para São Sebastião a quem o fazendeiro era devoto. E até hoje o padroeiro da cidade de Cachoeira Dourada é São Sebastião.

Desse modo vieram as primeiras famílias pioneiras da região. Chegavam de Minas Gerais e de Goiás, muitos vinham das fazendas que trabalhavam como meeiros. Alguns moradores viviam como pescadores e, quando o peixeiro vinha de Uberlândia vendiam seus peixes enquanto outros moradores foram organizando o comércio local para atender a nova população, e futuramente para atender os funcionários que estavam chegando para trabalhar na obra (MORADOR 2, 2016).

A Figura 8 nos apresenta dois tipos de casa existentes nas fazendas da região de Cachoeira Dourada, desde o início do século XX. Por elas entendemos que a região era promissora e politicamente influente. Podemos deduzir também pela riqueza do solo que temos em nossa região que já foi palco de muitas colheitas e diversas plantações. Provavelmente havia muitas pastagens propícias para criação de gado e produção de leite.

FIGURA 8. Casas residenciais na região da Cachoeira Dourada antes da construção da hidrelétrica.



No alto da figura, vivenda de um “adiantado” fazendeiro; embaixo, “residência do Sr. Dr. Raymundo de Castro Maia”.

Fonte: *Vida Cotidiana* (1936, s. p.); *Correio de Uberlândia* (1941, s. p.).

1.3 Adensamentos da população e Primeiras Iniciativas Educacionais (1950 e 60)

Em 1956, começou a edificação da UHE de Cachoeira Dourada, fato central para a formação do município. Com a construção da UHE, empresas de constituição pesada e da montagem mecânica e elétrica, por exemplo, demandaram uma mão de obra tal que atraiu contingentes volumosos. Aí se incluíram os que ajudariam a erguer a UHE — trabalhadores temporários da construção civil e, por exemplo — e os que ajudariam a UHE a produzir energia — operários, supervisores, gerentes e diretores da empresa estatal CELG. Desses contingentes, muitos fixaram residência em Cachoeira Dourada, compondo o perfil da população que formaria a futura sede municipal e demandaria serviços públicos como acesso a educação, saúde e lazer e outros retornaram de onde vieram.

Na I etapa, os alojamentos da obra da UHE eram do outro lado do rio, em Minas Gerais, então o aumento da população de lá na década de 1950 foi maior do que no povoado goiano.

FIGURA 9. Construções da usina na margem mineira do rio Paranaíba



Nesta fotografia podemos ver o alojamento da obra que está à esquerda, e ao fundo umas construções no meio da mata bem próximas ao rio Paranaíba, de frente onde era a queda' água, onde iniciou o povoado de Cachoeira Dourada – GO.

Fonte: Acervo: UHE- Cachoeira Dourada.

Com as obras da II etapa em 1961, os moradores tiveram que deixar o povoado que tinham sido recentemente erguido, de frente para a queda d'água, e se mudarem para outra área mais longe do rio. Foi nessa época que a Imobiliária Paes Leme planejou o loteamento do novo Distrito e venderam esses lotes para a população. A CELG indenizou as famílias que moravam no antigo povoado próximo da queda d'água, com lotes e dinheiro para construírem suas casas no novo loteamento do povoado de Cachoeira Dourada (MORADOR 2, 2016).

Com a lei municipal 386, de 27 de setembro de 1962, criou o distrito de Cachoeira Dourada, anexado ao município de Itumbiara. A criação desse Distrito criava as condições legais para fazer desenvolver o comércio local. Nesse sentido, aos poucos surgiram as primeiras modalidades de atividade comercial e o aspecto urbano do antigo povoado foi tomando forma. Cachoeira Dourada passou a ter gabinete dentário, restaurante e linha de ônibus, foram construindo loja, cinema, açougue e bares (MORADOR 3, 2015).

FIGURA 10. Formação do distrito de Cachoeira Dourada, segunda metade da década de 1960.



A figura mostra recortes da área que aos poucos se urbanizaria e daria origem à cidade de Cachoeira Dourada.

Fonte: Acervo particular: Jomar Goes.

Há uma lenda indígena antiga conhecida pela denominação de Eldorado, o nome do primeiro posto de combustíveis de Cachoeira Dourada, tinha como proprietário o Sr. Mário Gomes. O termo Eldorado provavelmente surgiu numa perspectiva de enriquecimento fácil, por estar essa região ainda se desenvolvendo. A marca de empresas da indústria do petróleo e automotiva fez presença no cotidiano da população, que ainda estava muito ligada ao campo, seja nos veículos de motor ou nos postos de gasolina. Assim sendo, os caminhões de carga e de petróleo, os ônibus, os automóveis era um contraste com a bicicleta e o carro de boi, que sugerem que o povo ainda estava muito ligado à zona rural. As figuras 11 e 12 reforçam tais afirmações.

FIGURA 11. Comércio de botinas de sapateiro que migrou da Paraíba



O sapateiro veio da Paraíba para trabalhar nas fazendas da região em 1954. Depois começou a trabalhar numa sapataria e aprendeu o ofício de sapateiro, no qual trabalha até hoje. Em meados de 1960 comprou a sapataria em que trabalhava. Passou a ir até Uberlândia no Triângulo Mineiro para comprar o couro e confeccionar as botinas as quais vendia para a grande população, que trabalhava na lavoura por isso a sapataria era aberta aos sábados e domingo.¹¹

Fonte: acervo particular

¹¹ O sapateiro passou essas informações oralmente quando fez uma visita à casa dele para tentar obter informações sobre a foto. Ele não se lembrou da data nem do fotógrafo, mas acha que foi “batida depois de 1965”.

FIGURA 12. Transporte e comércio em Cachoeira Dourada



No alto, Jardineira da empresa de transporte do senhor Orodote que fazia o transporte das pessoas do distrito para Itumbiara, Uberlândia e fazenda Campanha desde 1956. Ao lado a loja de tecidos e roupa “A preferida”. Em baixo, construção do comércio do senhor Mário Gomes onde funcionou a primeira rodoviária da cidade. Fonte: Acervo particular: Jomar Goes.

A população convivia entre o novo Goiás da produção de energia elétrica com o Goiás antigo do carro de boi e da carroça, e os governos de Goiás aos quais se sujeitou a construção da UHE tiveram de providenciar educação para essa localidade.

A construção da UHE gerou grande demanda por serviços públicos, entre eles o acesso a escola. As origens da educação escolar em Cachoeira Dourada, distrito de Itumbiara, GO, remonta aos anos 1930, conforme relatos de moradores. Não por acaso, vinculam-se às chamadas escolas isoladas.

FIGURA 13. Localização geográfica de Cachoeira dourada no estado de Goiás Cachoeira Dourada



Cachoeira Dourada, município do interior do estado de Goiás, faz divisa com o estado de Minas Gerais, situado na região Centro-Oeste na Mesorregião Sul Goiano e ao sul da capital do estado, Goiânia numa distância de até 240 km; segundo estimativas de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sua população seria de 8369 habitantes distribuídos por 521,130 km². O povoado que deu início ao município de Cachoeira Dourada fazia parte do extenso município de Itumbiara, e mais seis outros povoados: Nilópolis Pontezinhas), Almerindonópolis (Arraial do boteco), Sarandi, Santa Rosa do Meia Ponte e Inaciolândia. Com a Lei municipal nº 386 de 27 de setembro de 1962 foi criado o distrito de Cachoeira Dourada.

Fonte: WIKPEDIA, 2016, *on-line*.

No primeiro povoado que foi criado próximo ao porto de Cachoeira Dourada na década de 1940, organizou-se do lado do porto um cômodo com o objetivo de escolarização. Francisco Marciano, que era o novo fiscal do porto que veio trabalhar e morar no povoado trouxe sua numerosa família, sendo todos filhos em idade escolar. Como ainda não existia escola próxima de sua casa, providenciou-se a vinda de uma professora.

Deste modo, os filhos do fiscal e as crianças vizinhas moradoras das imediações das terras do patrimônio (terras essas doadas para São Sebastião.) também foram convidadas para frequentar as aulas na escola do porto (MORADOR 1, 2015). Segundo Diane Valdez essa era uma prática comum no interior de Goiás. “O ensino era restrito ao lar, exercido por alguns pais letrados ou pela disposição de alguns fazendeiros que contratavam professores particulares para educar seus filhos” (VALDEZ, 2002, p. 1).

A instrução pública em Goiás foi se instalando com muitas dificuldades, o ensino primário a cargo dos municípios era motivo de queixas como a do governador que declarou em 1916: “Tudo isso envolve a triste verdade de que o ensino primário em Goiás é um mito, não existe.” (Bretas: 1991 p.505). É óbvio que um século determina mudanças na história, porém até por volta da década de quarenta era comum as mestras ensinarem seus pupilos nas enormes varandas de suas casas, cenas comuns nas fotos. Um retrato de 1942 aponta a casa da mestra Judite na cidade de Jaraguá, a frente de sua casa a professora se posiciona ao meio dos alunos como uma referência de sua importância. O prédio da escola reunia meninos e meninas de diferentes idades em uma mesma série, característica do ensino rural que durante muito tempo predominou na região de Goiás (VALDEZ, 2002, p. 8).

Além dessa escola do porto, havia escolas isoladas nas fazendas; os fazendeiros pagavam um professor para ensinar seus filhos a ler, escrever e fazer contas. Como de costume ofereciam escola também às crianças agregadas de sua fazenda ou que moravam nas proximidades.

O município de Santa Rita do Paranaíba também criou algumas escolas isoladas nas regiões mais povoadas do município: Fazenda Arara, Fazenda Prainha, Fazenda Campanha (esta tem uma fonte do ano de 1932). Segundo Valdez (2002) as condições das aulas que aconteciam nas fazendas no início do século XX eram muitas vezes até em ranchos de palha, os professores na maioria das vezes eram do sexo masculino, mas havia professoras também. As crianças eram de várias idades com seus pés descalços e trajando de forma bem simples.

De acordo com os depoimentos, essas escolas reuniam alunos e alunas que pertenciam à mesma família: irmãos, primos e outros que compunham as numerosas famílias rurais. Aparecem nas cenas paisagens típicas de fazendas e chácaras como vegetação do cerrado (pés de pequi, guariroba), serras, cercas de madeira, vacas e bois pastando, cochos de cavalos etc. (VALDEZ, 2002, p. 9).

Outra escola isolada existente foi na fazenda do Sr. Eurico Pinheiro Paes Leme, na década de 1930. Construiu a escola para sua filha Juracy Paes Leme Gomes recém-formada na Escola Normal de Uberlândia poder exercer sua profissão. Ela começou sua carreira profissional bem jovem, lecionando para seus irmãos menores, sobrinhos, colonos e vizinhos (MORADOR 4, 2016).

Em 1957 o governador do estado de Goiás sancionou uma lei, pela qual efetivava os professores primários que ministravam aulas já há alguns anos no estado ou município. A lei de n 1.645, de 23 de outubro de 1957 estabelece:

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte Lei: Art. 1º - São efetivados os professores normalistas que estejam ocupando cargos, interinamente no magistério primário. Art. 2º - São considerados estáveis os professores interinos que tenham sido nomeados e estejam em exercício há mais de cinco anos. Art. 3º - Os professores normalistas terão preferência para ocupar as cadeiras vagas no magistério primário ou ocupadas por professores sem estabilidade. Parágrafo único — nomeação a que se refere este artigo far-se à por indicação do Secretário de Educação e Cultura, ou mediante despacho do governador do estado em requerimento do interessado... (GOIÁS, 1957).

Com essa lei a professora Juracy Paes Leme Gomes passou a fazer parte do quadro de funcionários efetivos do estado de Goiás evidenciando-se o documento encontrado no Arquivo em Goiânia se trata da mesma professora. “Mauro Borges concedeu aos 06 de setembro de 1962 a aposentadoria a professora Juracy Paes Lemes Gomes, pelos 29 anos de serviços prestados ao Estado no cargo de docente primário E.1.9.3-7.” (GOIÁS, 1962, s. p.).

No Distrito surgiram também algumas escolas particulares; por exemplo, na casa da Dona Maria Fernandes Paes Leme as aulas aconteciam numa sala de chão batido a turma era composta por 10 alunos, noutras os pais contratavam um professor de fora e chamavam os vizinhos para os filhos irem estudar e juntos pagavam os honorários deste professor (MORADOR 5, 2016).

As crianças que moravam no canteiro de obras da UHE de Cachoeira Dourada já na I etapa da construção desde 1954 estudavam em uma escola do povoado em Minas Gerais que se chamava Feijoada, este povoado era do outro lado do rio Paranaíba. Porque a obra fez parte

dos dois lados da margem do rio Paranaíba abrangendo o distrito de Cachoeira de Dourada de Minas e o povoado de Cachoeira Dourada de Goiás. Portanto, no início o canteiro de obras da UHE era em Minas Gerais, logo as crianças estudavam naquele estado.

Essa escola em Minas Gerais funcionava em vários lugares, pois não tinha um prédio próprio. Era em casas doadas por algum morador e também na Igreja Metodista por ter mais espaço. Dona Odênia, filha do Senhor Menezes, juntamente com outras professoras lecionavam para as crianças de Cachoeira Dourada de Minas, em Minas Gerais (MORADOR 5, 2016).

Terminada a primeira etapa em 1959, logo em seguida iniciaram a segunda etapa desta construção. No início de 1960, foi levantada uma vila para os operários do outro lado do rio já no estado de Goiás. Vieram morar assim que ficou pronta a Vila Operária, com a chegada desses funcionários e de seus familiares, vieram também os alunos do Grupo Escolar de Cachoeira Dourada – MG, em 1963. Como não tinham erguido ainda a escola nessa vila os alunos foram estudar numa casa.

FIGURA 14. Construção da vila operária início dos anos de 1960.



Nesta fotografia observa-se que ainda não haviam terminado de fazer todas as casas da vila Operária, e também não existia o prédio que tempos depois veio a ser o Instituto Novo Goiás. A escola foi construída neste espaço vago na quadra do meio.

Fotografia: Acervo da CELG.

O Instituto novo Goiás foi criado para suprir as necessidades educacionais das famílias que eram responsáveis pela construção da UHE que forneceria energia para um projeto de industrialização do interior do país. Parte subjacente ao desenvolvimentismo a partir de meados dos anos 1950; essa instituição espelhava, portanto, a entrada de Goiás nessa nova era. Como se pode deduzir o termo Novo Goiás foi parte da denominação do possível ideário de renovação política e econômica do estado, se opondo a um estado atrasado e arcaico.

A criação e construção de Grupos Escolares começaram na década de 1960, com o adensamento e urbanização da população do Distrito. Como a criação do Grupo Escolar era ação do estado mediada pelo município, as escolas públicas de Cachoeira Dourada entram nas iniciativas do município de Santa Rita do Paranaíba, hoje Itumbiara. O capítulo a seguir trata da criação de escolas públicas em Cachoeira Dourada e de sua relação com as ações educacionais no município.

CAPÍTULO II

AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE CACHOEIRA DOURADA-GO

As origens da educação escolar em Cachoeira Dourada, distrito de Itumbiara, GO, remetem aos anos de 1930. São as chamadas escolas isoladas. Os Grupos Escolares, que reuniram essas escolas, surgiram na década de 1960, com o adensamento da população urbana resultante da migração. Então tido como modelo de escola pública, o Grupo Escolar ganhou contornos singulares em Cachoeira Dourada, onde conviveu, durante certo tempo, um Grupo Escolar criado pelo município segundo os moldes nacionais e para a população em geral, outro Grupo Escolar criado mediante parceria entre CELG e empresas empreiteiras destinadas para a população vinculada formalmente à construção da UHE. Contratadas para construir a UHE, as empresas CONVAP, IRECIL e Mendes Júnior, não estabeleceram um espaço em seu canteiro de obras para ser escola, como prescrevia a LDBEN de 1961.¹² Com isso os filhos de seus funcionários passaram a estudar em uma escola pública de Cachoeira Dourada de Minas Gerais até que fosse construído o Grupo Escolar Cachoeira Dourada em Goiás. Portanto, havia um Grupo Escolar público, mantido pela prefeitura de Itumbiara, e outro Grupo Escolar privado, mantido em parte com verba do governo estadual representado pela CELG. Falar em escola pública e escola particular no começo na década de 1960 é falar de duas questões importantes: o conceito de Grupo Escolar e o contexto das relações entre o público e o privado na educação que aconteceram em um processo que terminou na aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Assim, antes de situar a criação de escolas públicas e privadas em Cachoeira Dourada, se faz importante compreender um pouco dessas questões.

2.1 O surgimento do Grupo Escolar

Dos vários fenômenos sociais associáveis com a ideia de modernização educacional no Brasil, o surgimento do Grupo Escolar parece ser um dos mais emblemáticos do processo modernizador na educação pública. Prova disso é que tem se tornado um tipo de marco histórico para a pesquisa em história da educação; um ponto de partida para mapear a constituição e consolidação do sistema educacional. Talvez porque tenha surgido num momento de transformações políticas, sociais e econômicas importantes, como a mudança do regime de governo, cujos apoiadores incluíam muitos que associaram a escolarização maciça

¹² “Art. 31. As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses” (BRASIL, 1961, *on-line*).

à ideia de progresso nacional: a educação escolar seria a cura para uma “chaga” (monárquica) — o analfabetismo — nociva ao progresso (republicano) — a alfabetização. O Grupo Escolar se alinha, então, ao desejo de alfabetizar maciçamente.

Como concepção, o Grupo Escolar nasce na capital paulista, alinhado aos propósitos dos republicanos de usar a educação em prol do desenvolvimento. Em termos práticos, o Grupo Escolar foi a forma encontrada de congregar escolas dispersas próximas umas das outras em um lugar só e seguindo, todas, a mesma lógica pedagógica.

O ensino público depois dos Grupos Escolares passou a apresentar certo respeito pela unificação dos intuitos educativos. Agrupou as escolas isoladas, escolas reunidas e escolas noturnas em um mesmo prédio. Organizaram os alunos por série escolar.

[...] A escola primária graduada pressupunha o agrupamento dos alunos mediante a classificação pelo nível de conhecimento. O edifício escolar dividido em várias salas de aula, a divisão do trabalho docente, a ordenação do conhecimento em programas distribuídos em séries, o emprego do ensino simultâneo, o estabelecimento da jornada escolar e a correspondência entre classe, sala de aula e série (SOUZA, 2006, p. 26–7).

Nele, foram introduzidas concepções de educação, escola e aluno, alinhadas a estudos sobre o desenvolvimento infantil, especialmente da psicologia e biologia. Segundo Souza, o Grupo Escolar:

[...] fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimentos em agrupamentos supostamente homogêneos implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular — controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (gradação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores (SOUZA, 2004, p. 114).

Ao serem agrupados, os alunos tinham de seguir a série em que foram situados. Cada série pressupunha dado conhecimento; logo, à medida que o aluno superasse a série — apreendesse o conhecimento previsto —, avançaria na graduação ou seriação. Como método, a ideia era “[...] educar a criança a partir de novos padrões intelectuais, que se fundamentam numa concepção sobre o conhecimento que postula a origem das ideias nos sentidos humanos”; ou seja, pelo método intuitivo: sentidos e observação como forma de aprender, de modo a ir além da abstração e memorização (VALDEMARIN, 2006).

No dizer de Saviani (2004), de início o Grupo Escolar formou as elites, porque nasceu como escola da cidade ainda não tomada pela população rural. Com a migração do campo

para a cidade, a alfabetização maciça se impôs, e as classes populares tiveram de ter acesso à educação — em certos momentos, para poder votar; noutros, a fim de se qualificarem para o trabalho na fábrica, onde era preciso ler instruções de conduta laboral, de manuseio de equipamento etc.

Subjacente a essa nova concepção de escola, estaria uma visão de educação tida como valor básico da vida em sociedade, da cidadania. O ideal republicano era rever a ordem social, política e econômica para que educar pudesse ser a ação mais necessária à República, isto é, para modernizar o país e consolidar a democracia. Assim, o Grupo Escolar se projetou como modelo de escola e instrumento-chave de escolarização em massa.

Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação população (SOUZA, 2006, p. 35).

De acordo com Genesco Bretas, nos primeiros anos de governo do Interventor Pedro Ludovico Teixeira não houve um crescimento relevante na rede escolar em Goiás. Logo que iniciou seu mandato as intenções políticas de Ludovico foram voltadas para a mudança e construção da nova capital goiana, “em uma época em que o Estado se achava em dificuldades financeiras, devido este fato às despesas enormes que se faziam com a construção de Goiânia” (BRETAS, 1991, p. 578). Assim entendemos que a educação não apresentou um resultado esperado, sendo sua estatística quase igual a do início de seu mandato.

De 1930 até 1935, no governo revolucionário, o crescimento da rede escolar, no nível primário e no secundário, foi pode-se dizer, vegetativo, isto é, não houve crescimento extraordinário para se dizer, que a mudança de regime fosse benéfica para o ensino. O crescimento que se verificou guardou mais ou menos a proporção que se vinha notando nos últimos anos da primeira república. O número de escolas isoladas saltou de 161, em 1930, para 182, em 1935; o de grupos escolares, de 20, em 1930, para 31, em 1935. O número de escolas normais, reconhecidas pelo governo, subiu de 6, em 1930, para 11, em 1935. Sobre o número de matrículas nas escolas do estado, dos municípios e das particulares, não encontramos estatísticas seguras. Os dados que encontramos apresentam números tão discrepantes, de ano para ano, que não merecem fé. Diga-se de passagem, que, em questão de estatística escolar, os órgãos encarregados de organizá-las nunca, em todos os tempos, em Goiás, chegaram próximos da realidade (BRETAS, 1991, p. 576).

Só depois da mudança da capital que os cofres públicos goiano começaram a apresentar uma melhora. Foi então que houve um crescimento maior da rede escolar primária e secundária em Goiás, aumentando o número de escolas primárias, escolas normais e ginasiais tanto na zona urbana quanto na zona rural.

[...] atendendo à demanda de grupos escolares, escolas normais e ginásios em todo o Estado. Esse crescimento intensificou-se a partir de 1947, quando se criou o fundo Nacional do Ensino Primário, porque aí começou a União a distribuir verbas aos estados para a construção de prédios escolares, na zona urbana e na zona rural (BRETAS, 1991, p. 589).

De acordo com Bretas, as instituições dos Grupos Escolares começaram em Goiás nos anos vinte e foi desenvolvendo durante as décadas seguintes.

[...] inicialmente as prefeituras davam o prédio, construído sob planta aprovada pela Secretaria da Instrução, e o Estado nomeava e mantinha professores e funcionários, material escolar também por conta dos cofres estaduais. Nas décadas de quarenta e cinquenta todos os municípios possuíam seus grupos escolares, um nas cidades pequenas e dois ou mais nas cidades maiores. No princípio só se nomeavam professores de grupo escolar a portadores de diploma de normalista, mas à medida que a rede escolar cresce, por falta de diplomados, vão-se nomeando também professores leigos. Aí começa a cair a qualidade do ensino (BRETAS, 1991, p. 590).

Com a disseminação¹³ do Grupo Escolar país afora, o Brasil chegou aos anos 1950 com metade da população alfabetizada. Ante a taxa de 80% apontada para 1900, era um avanço relevante e por trás do qual estavam campanhas de alfabetização iniciadas e intensificadas até meados do século XX, quando a educação pública se projetou de vez na pauta do governo como tópico-chave do progresso do país.

TABELA 2. Indicadores educacionais — alfabetização

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (1900–50)	1900	1920	1940	1950
% de analfabetos (15 anos e mais)	65,3	69,9	56,2	50,0

Fonte: Ministério da Educação [2002], s. p.

Esse avanço se vinculou sobremaneira aos processos e à industrialização e urbanização, que marcaram um período (1946–63) que se convencionou de nacional desenvolvimentismo. Esse período foi marcado por mudanças socio-históricas importantes, a exemplo do fim da Segunda Grande Guerra e da ditadura imposta por Getúlio Vargas. Com a

¹³ A ampliação dos Grupos escolares no Brasil seguiu o desenvolvimento urbano nos estados brasileiros. Em São Paulo iniciou-se em 1893, em Minas Gerais em 1906, no Piauí o Grupo Escolar foi recomendado em 1905 mas apenas em 1922 que construíram um Grupo Escolar. Em 1903 foi no estado do Paraná. No Espírito Santo foi em 1908, na Paraíba em 1916, em Santa Catarina em 1911, de 1930 a 1950 no Rio Grande do Sul.

redemocratização do país e a eleição de Eurico Gaspar Dutra para a presidência da República, “[...] a economia brasileira foi se moldando à associação com o capital financeiro internacional, consoante com o plano pós-guerra de imposição de uma nova ordem mundial” (CRUZ, 2014, s. p.).

A título de contextualização, cabe reforçar o que foi dito no capítulo anterior. Nos anos 1950, o processo de industrialização se intensificou, sobretudo com Juscelino Kubitschek e com capital estrangeiro. “Noutros termos, o aporte de recursos internacionais apresenta-se como solução alternativa de desenvolvimento econômico; isto é, inaugura-se um novo modelo de industrialização” (PEREIRA, 2006, p. 79). Após assumir a presidência da República, levou seu adiante programa de metas que objetivava “avançar 50 anos em cinco”. Era o desenvolvimento a qualquer custo. O Plano de Metas buscou, sobretudo, fazer investimentos em infraestrutura e na indústria de base com participação de capital nacional e estrangeiro — aqui se inclui a construção das hidrelétricas — e interiorizar a economia — por exemplo, com construção de Brasília em Goiás.

Os investimentos do Plano de Metas com energia foram de 43,4% do total; os transportes ficaram com 29,6% dos recursos, enquanto à alimentação foram destinados apenas 3,2%, às indústrias de base, 20,4%, e à educação, 3,4% dos investimentos. A construção de Brasília não foi contemplada no Plano de Metas, mas foi considerada “meta-síntese” e seu custo foi de, aproximadamente, 2,3% do PIB (PEREIRA, 2006, p. 79).

Como se pode deduzir, caso se meça o grau de intervenção do Estado na educação pela subvenção que destina a ela, então cabe dizer que ela não era meta central dentre as que o governo estabeleceu no plano de desenvolvimento. A compreensão dessa faceta da educação supõe considerá-la como uma das formas de intervenção do Estado na educação.

Segundo Cury, o financiamento da educação se alinha nas formas de intervenção do Estado na educação, as quais remontam aos tempos do império. Nesse sentido, a intervenção financiadora do presente resultaria de uma presença progressiva da União na educação escolar, “[...] seja por desembolso direto, seja por meio de uma complementação financeira face à exigência do ensino obrigatório para o que hoje se denomina ensino fundamental” (CURY, 2007, p. 832). Aí teria funcionado o entrelaçamento de três vertentes que se constituíram através da história da educação no Brasil e cujos elos incluem o vínculo entre Constituição, impostos e recursos. Segundo esse autor, a burocracia do aparelho estatal agiu mediante estudos e cálculos estatísticos, que subsidiaram as decisões relativas às políticas

educacionais. Há de pensar também que a presença da União na educação se fez não sem descentralização, resultante da adoção do regime federativo.

A rigor, porém, o financiamento estatal da educação “[...] comparece de modo pontual e precário em ordenamentos jurídicos negociados com os estados” (CURY, 2007, p. 835). As escolas rurais nos estados exemplificam isso: à iniciativa do governo federal de ajudar a resolver o problema que vinha sob forma de adesão e de contrapartida. A partir de 1930, a Assembleia Nacional Constituinte de 1933–4 prescreveu, além da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, um Plano Nacional de Educação e vinculação de percentual de impostos com a educação. Em 1946, a Constituição Federal retomou princípios da Carta de 34, a exemplo da vinculação de impostos. Essa Constituição embasou a lei 4.024/61, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nela, mais que permanecer, a vinculação aumenta a fim de convergir para a imposição de metas quantitativas e qualitativas do plano de educação. “Cada nível de ensino contaria com Fundo, cuja elaboração estaria a cargo do Conselho Federal de Educação” (CURY, 2007, p. 833).

2.2 As relações entre o público e privado: a LDBEN de 1961

A história da educação no Brasil mostra que desde os primórdios houve um jogo entre a esfera pública e a esfera privada, em que uma se contrapõe à outra. Após os anos de 1930, a discussão entre o público e o privado foi um debate polêmico em torno de dois grupos de interesses: de um lado os defensores da escola pública; de outro lado os defensores da escola privada. Os estudos mostram não só disputa e discordância, como também aderência, convivência e troca entre os lados, os conflitos se intensificaram e ganharam tom mais ideológico. O ápice do debate foi a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, cujos artigos 93, 94 e 95 prescreveram subsídios financeiros a escolas particulares mediante bolsas de estudo e financiamento da edificação dos prédios. Esse contexto de debate se projeta no nível estadual — por exemplo, em Goiás — e no nível municipal — a exemplo de Cachoeira Dourada, onde a educação pública começou a ser estruturada no momento mesmo em que o debate sobre seus rumos se intensificou e onde uma escola, em particular, exemplifica bem as relações entre o público e o privado.

“Uma escola pública nacional poderia ter decorrido da aprovação da lei das escolas de primeiras letras, de 1827, mas isso acabou não acontecendo”, diz Saviani (SAVIANI, 2005, p. 173). Mas o Estado monárquico ficou responsável por algumas escolas do município da Corte e de cidades de mais projeção. O Estado se dizia sem condições de construir mais prédios escolares públicos e contratar professores; ou seja, não conseguia efetivar as leis promulgadas

da instrução pública. Com isso, abriu margem para a iniciativa privada — ou seja, a quem quisesse construir escolas e oferecer educação, daí que certas famílias e a Igreja Católica assumiram aos poucos a oferta de educação a quem pudesse pagar por ela — a elite econômica; ainda que as escolas funcionassem com autorização e subvenção do Estado. Conforme Xavier (2003) estavam excluídos dessa escola privada os homens livres necessitados, os escravos, os mestiços, os desprovidos de cidadania e os filhos dos pequenos comerciantes. Num país agrário, as elites — e a Igreja, alinhada no poder — ofertava a educação às elites; à população pobre não carecia de escolarização.

Após proclamação da República, ganhou corpo e voz o ideário do desenvolvimento nacional, em tal opinião, escolarizar o povo brasileiro era elemento-chave para fazer a nação progredir. A educação pública passou a ser vista como saída para superar o “atraso” e alçar o país à condição de nações europeias, tais como Inglaterra e França. Políticos e intelectuais como Rui Barbosa defendiam os ideais liberais e lutavam em favor da escola pública; seus pareceres enfatizam que os países mais desenvolvidos da Europa investiam em educação. Ele dizia ainda que a nação mais instruída e desenvolvida cientificamente chegaria ao sucesso. “O povo mais instruído superaria o menos instruído” (MACHADO, 2002, p. 7). Mais que isso, seu pensamento convergia para estruturação de um sistema nacional de ensino com uma escola leiga, gratuita e obrigatória.

[...] Rui Barbosa recomendava a criação de um sistema nacional de educação, propondo uma reforma que teria início no jardim de infância e se estenderia até as faculdades. Indiscutivelmente, os *pareceres* de Rui Barbosa eram reflexos do esmero e dedicação, destinados por esse grande intelectual brasileiro, às causas pelas quais acreditava (MACHADO, 2002, p. 7).

Contudo, o governo republicano não assumiu a instrução pública como se esperava. Muito do que deveria ser feito para constituir um sistema educacional ficou sob responsabilidade dos governos estaduais e municipais. Nessa lógica, o governo federal não inovou em política educacional, como esperavam os intelectuais que defendiam a renovação; nem houve uma ruptura total com o ensino privado e religioso. Mas não arrefecia o desejo de oferecer educação elementar gratuita e em massa; nem de unificar uma tipologia variada de escolas e compor um sistema escolar.

De fato, coube ao governo estadual buscar inovar na educação pública. Em 1890, o estado de São Paulo fez sua primeira reforma educacional, cuja importância se traduz na ideia de Grupo Escolar: modelo de escola graduada (serial) que se espalhou país afora e serviu de base para uniformizar a educação no país, inspirado no modelo de Grupo Escolar da Europa

do fim do século XIX. À criação e abertura de Grupos Escolares subjazeu o propósito de massificar a escolarização segundo uma nova lógica pedagógica: aquela que organiza o processo de ensino e aprendizagem escolar em séries, nas quais o aluno avança gradualmente da primeira para a quarta série, por exemplo; aquela em que há um professor para uma turma grupos. A organização do ensino primário em São Paulo serviu de exemplo para outros estados.

A disseminação do modelo escolar paulista para outros estados brasileiros foi marcada por ambigüidades envolvendo atração, repúdio e apropriações diversas, e deve-se não somente à hegemonia política e econômica de São Paulo em relação aos demais estados da federação, mas também, e, sobretudo, à visibilidade e força exemplar dos novos métodos de ensino e instituições de educação pública, sintonizados com as inovações educacionais empreendidas nos países europeus e nos Estados Unidos e estreitamente associadas aos ideais de modernização da sociedade brasileira. Educadores paulistas foram contratados por governos de vários estados para participarem do processo de reorganização da instrução pública. Outro expediente utilizado foi o financiamento de visitas comissionadas ao estado paulista (SOUZA, 2006, p. 118–9).

Os estados mais desenvolvidos aderiram rapidamente ao movimento e construíram os Grupos Escolares, semelhantes em arquitetura imponente. As primeiras décadas do século XX viram se projetar um modelo de escola pública no país. Tendo as construções dos Grupos Escolares uma arquitetura requintada, para mostrar a imponentia da instituição e do seu ensino, evidenciando também a importância da escola primária nos estados que aderiram às mudanças do ensino primário. Sobre os prédios escolares, Souza e Luciano Faria Filho relatam:

A qualidade dos prédios escolares – beleza, imponentia e exuberância –, marco relevante do investimento público em educação, não predominou em todas as regiões do país e nem mesmo nos estados de São Paulo e Minas Gerais. À exceção de uns poucos edifícios considerados verdadeiros palácios, prevaleceram edificações modestas com poucas diferenciações internas além das salas de aula. Registram-se, ainda a precariedade e a insuficiência dos prédios, problema acentuado no ensino primário em todo o país (SOUZA, FARIA FILHO, 2006, p. 36).

Igualmente, a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, com o objetivo de difundir as ideias renovadoras educacionais na tentativa de sistematizar o ensino. Nesse movimento modernizador e reformador estavam os chamados pioneiros da educação nova; ou seja, educadores como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Roquete Pinto, Hermes de Lima, Cecília Meireles, Anísio Teixeira e outros. Ao lado de outros,

foram responsáveis pela criação da chamada “reconstrução educacional no Brasil”, mais conhecida como *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, publicado em março de 1932. O documento enfatiza o maior problema nacional: a falta de condições econômicas para desenvolver um sistema público de qualidade. Um modelo escolar público, obrigatório, laico e gratuito, reafirmando os ideais republicanos.

Segundo Saviani (2005, p. 33), o *Manifesto...* é um legado importante porque

[...] propunha-se a realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional. Partindo do pressuposto de que a educação é uma função essencialmente pública, e baseado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unicidade da escola, o manifesto esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade.

Preparado para ter impacto na opinião pública, o *Manifesto...* expôs seus responsáveis como líderes no movimento em defesa da escola pública e daria base para investidas futuras em defesa da gratuidade e qualidade da educação. Ao ser contra o controle da Igreja Católica sobre a educação, o *Manifesto...* suscitou críticas, sobretudo da Igreja e setores aliados, desfavoráveis ao documento. Afinal, ela tinha em seu poder o controle da maior parte das escolas privadas.

Nas décadas de 1940 e 50, instaura-se um conflito político-ideológico entre aqueles educadores e alguns intelectuais ligados a Igreja Católica. No jogo de interesses que se estabeleceu,

[...] os pioneiros foram acusados de comunistas pelos católicos, por defenderem a educação pública estatal, identificada pelos intelectuais católicos com a defesa do monopólio do Estado sobre a educação. No calor desse embate, Alceu Amoroso Lima (1932, p. 319) advertia que a defesa da laicização do ensino expressava o desprezo pela tradição católica do povo brasileiro, o que lhe permitia tachar os Pioneiros de “desnacionalizadores e decristianizadores da infância brasileira” (XAVIER, 2003, p. 240).

Essa disputa deixou entrever uma visão de (controle sobre o) ensino como estratégia de sustentação da ordem vigente e nicho para exploração capitalista — a dos empresários. Em termos pedagógicos, ela representava, do lado dos católicos, a concepção tradicional ou pedagogia tradicional, praticada nas escolas havia algum tempo. Nela, o professor detém o saber, enquanto os alunos repetem o que emana do docente, e meninos e meninas tinham escolas separadas; além disso, o foco do aprendizado era a memorização de fórmulas e conceitos. A disciplina Ensino Religioso era obrigatória, com intuito de formar moral e

intelectualmente os alunos. Do lado dos renovadores, ela representou a defesa de ideias educacionais da chamada escola nova, ou pedagogia progressista. Nela, meninas e meninos estudam juntos com o objetivo de aprender com a diferença. O professor media o processo de ensino e aprendizagem. A dimensão psicológica da criança é considerada. Essa tendência defendia uma escola pública de qualidade que chegasse às classes desfavorecidas economicamente, ou seja, incapazes de arcar com os custos de escola privada.

Ambas as tendências orientavam os caminhos da escola pública e privada. Na época, as instituições escolares podiam seguir qualquer uma. Havia professores de escolas tradicionalistas com ideais da escola nova; e vice-versa. Daí que — diria Dourado (2006, p., 283) — a falta de uma delimitação clara entre as esferas pública e privada na sociedade e “[...] pela interpenetração ambígua dessas esferas, a disputa entre os defensores do ensino público e do ensino privado sofre alterações substantivas ao longo da história da educação, prevalecendo sempre a ideologia do setor privatista”. Com efeito, a LDBEN, em seus artigos 93, 94 e 95, indicou a concessão de subsídios financeiros a escolas particulares, mediante bolsas de estudo e financiamento da edificação dos prédios. A reforma dessa lei — pela lei 5.692/1971 — mudou pouco o estado de coisas legal; replicou as vantagens.

O desafio de entendimento do público e do privado na educação naquele momento se amplia porque a concessão de recursos públicos para escolas particulares criou uma escola híbrida: privada, mas mantida com suporte do poder público. Essa medida foi patente em vários estados, dos quais se destaca Goiás, onde iniciativas tais remontam aos primórdios da República e que sustentaram uma das escolas aqui estudadas.

Com efeito, segundo Loureiro (2001, p. 18), em Goiás há três tipos de escolas: a pública, a privada e a conveniada. Das três, a segunda era considerada a mais organizada; a pública apresentava situação de precariedade e desleixo; a conveniada contava com professores e materiais providos pelo estado e era bem conceituada na opinião da população.

A escola conveniada propriamente dita era aquela que estabelecia um tipo de convênio que o Estado denominava total, ou seja, ele fornecia todo o pessoal docente e administrativo necessário, material de limpeza e pedagógico e, ainda, assumia as despesas de água, luz e impostos. Em troca, a escola oferecia suas instalações e, até 1969, ensino gratuito; a partir de então, ensino pago de acordo com taxa estipulada pela Secretaria da Educação ou pelo Conselho Estadual de educação (LOUREIRO, 2011, p. 18).

Esse tipo de escola — informa Loureiro (2011) — foi inaugurado em Goiás em 1961, como nova modalidade de subvenção estatal. Pode-se pressupor que solução do problema tenha passado ao largo de uma medida tal; isto é, que o número de escolas conveniadas tenha

sido insuficiente para suprir a demanda da classe trabalhadora. Por exemplo, como escolas criadas pela elite ou pela igreja, tais escolas eram distantes de bairros mais periféricos onde residia uma maioria expressiva de crianças cujos pais compunham a classe trabalhadora.

Ainda que em um distrito em formação como Cachoeira Dourada não se possa falar em “centro da cidade” e “bairro periférico”, embora a formação inicial deste distrito houvesse aglomerados de casas distantes uns dos outros. Como é o caso da Cerâmica que era um setor da cidade que ficava próximo a uma cerâmica de tijolos, sendo essa região mais distante da cidade recém-loteada. Achei conveniente trazer essa informação da distância entre escola e bairro a fim de compor este entendimento porque havia grandes espaços vagos entre um setor e outro, e o primeiro Grupo Escolar, portanto estava numa no meio no meio deles mas com poucas residências por perto.

A escola pública foi marcada por greves, em que os docentes reivindicaram condições de trabalho mais favoráveis, a exemplo do salário e das instalações. Para piorar — afirma Loureiro —, “Os pais achavam que o resultado dos baixos índices da escola pública se dava porque os professores ficavam várias vezes em greve, assim seus filhos não aprendiam”. Não percebiam o descaso dos governantes por seus filhos e a população goiana (LOUREIRO, 2011).

Por trás das escolas privadas, na maior parte delas estavam a Igreja Católica e o ensino confessional. Também conveniadas, ofereciam vagas para alunos carentes, com interesse de usufruir benefícios do poder público: bolsas de estudo para os alunos, dentre outros benefícios e acordos com o poder público.

Diante do exposto, podemos pensar que, antes mesmo de ser criado em Cachoeira Dourada, o Grupo Escolar viu sua supremacia como modelo que tiraria o Brasil do atraso (o analfabetismo) ser abalada com as discussões em torno da orientação da educação no Brasil; ou seja, sobre se o Estado arcaria com a educação elementar da população de sua população, ou se caberia à escola privada fazer isso com o suporte do governo federal; isto é, com políticas públicas como a oferta de bolsas. Ainda assim, visto que a criação de Grupos Escolares era ação das relações entre estado e município¹⁴, é importante entender um pouco

¹⁴ Souza e Faria Filho (2006, p. 28) comentam o impacto do Grupo Escolar na formação de uma rede estadual de Grupos Escolares. “A inovação representada pelos Grupos Escolares significou profundas transformações na organização e na constituição dos sistemas estaduais de ensino público no país. O novo modelo de escola exigia altos investimentos, pois pressupunha a edificação de espaços próprios e adequados para o funcionamento das escolas, professores habilitados, mobiliários moderno e abundante material didático. A racionalidade e a uniformidade perpassavam todos os aspectos da ordenação escolar, desde o agrupamento homogêneo das crianças (alunos) em turmas mediante a classificação pelo grau de conhecimento consolidando a noção de classe e série, o estabelecimento de programas de ensino (distribuição ordenada das atividades e dos saberes escolares). A atribuição de cada classe a um professor, a adoção de uma estrutura burocrática e hierarquizada - uma rede de

da educação no município de Itumbiara e suas ações educacionais para a população do distrito de Cachoeira Dourada.

2.3 A Educação Escolar em Itumbiara e no Distrito de Cachoeira Dourada de Goiás

Segundo o memorialista Almeida Neto (1997), o primeiro Grupo Escolar foi instalado no município de Itumbiara em 02 de outubro de 1924 quando ainda era chamado de Santa Rita do Paranaíba, a escola recebeu o nome de Grupo Escolar Senador Ramos Caiado. Antes havia outras escolas inclusive particulares como a Escola do professor Jerônimo Arantes de 1915 a 1918, depois ele foi para Uberlândia (ALMEIDA NETO, 1997, p. 44-5).

A educação em Itumbiara¹⁵ foi comentada em reportagens de revista que retratam suas condições. Entre 1939 a 1943 no governo do prefeito Gomes de Lima surgiram várias obras em prol do progresso do município. Entre essas obras estão os melhoramentos feitos na Instrução Pública, construiu um Grupo Escolar no distrito do Panamá, e estava levantando o segundo Grupo Escolar na cidade de Itumbiara com capacidade para 600 alunos (A NOITE, 1944, p. 22).

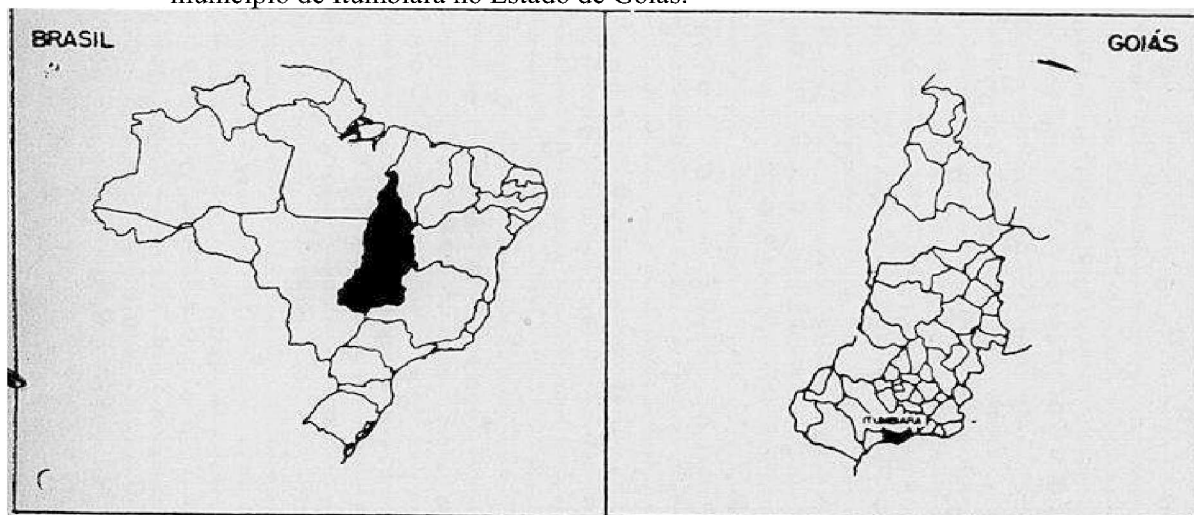
Em 1938 chega a Santa Rita do Paranaíba a Escola Normal Municipal Ricardo Campos, tendo como diretora a professora Lucília Alencar Araripe. Formando assim as futuras normalistas da região, tendo como paraninfo da primeira turma de formandos em 1942 o Dr. Pedro Ludovico Teixeira (ALMEIDA NETO, 1997, p. 47).

poderes, de vigilância e de controle envolvendo professores, diretores, porteiros, serventes, inspetores, delegados e diretores do ensino. Perpassavam também a ordem disciplinar impingida aos alunos – asseio, ordem, obediência, prêmios e castigos”.

¹⁵ Em 21 de agosto de 1852 pela resolução provincial nº 18, criou-se o distrito Santa Rita do Paranaíba. E depois com a Proclamação da República do Brasil foi elevado a município pela Lei Estadual nº 349, de 16 de julho em 1909 e instalado em 12 de outubro deste mesmo ano. Sendo então desmembrado do município de Morrinhos. Santa Rita do Paranaíba era considerado um dos prósperos municípios no sul do Estado de Goiás, pela mata virgem, um bom hotel, boas casas comerciais, farmácias e drogarias, confeitaria e até um clube recreativo. Na década de 1910 foi construída uma ponte sobre rio Paranaíba na divisa com Minas Gerais. Ela foi inaugurada com grande festejo em 15 de novembro de 1909, recebeu o nome de Ponte Affonso Penna, em homenagem ao Presidente Affonso Augusto Moreira Penna. A pecuária era o forte de sua economia, criavam várias raças de gado inclusive Zebu. Em Santa Rita do Paranaíba no ano de 1933, tinham luz elétrica sendo de uma propriedade particular, atraíram algumas indústrias como: serraria, máquina de beneficiar arroz, café e algodão. Outra grande riqueza da região era um garimpo existente no município de Rochelândia, produzia 3800 quilates de diamante, a empresa responsável por esse garimpo era a Nitro- Brasil Limitada, uma empresa paulista. Este município era bem extenso apresentando uma área de 12 a 13 mil quilômetros quadrados e com uma densidade demográfica calculado em 35.000 habitantes no total. (MARIZ, 1949, p. 30). Em relação às estradas estavam sendo erguidas, como consta no jornal *A Noite*, o jornalista nesta matéria diz que o prefeito designou a construção de uma estrada de Santa Rita ao povoado de Cachoeira Dourada. Provavelmente esta obra se deu pelo fato de que vinham muitos visitantes para conhecer as cataratas da cachoeira Dourada. Pensava-se na época em estabelecer uma cidade turística (A NOITE, 1944, p. 22).

Em março de 1952 com a lei municipal de nº 114 foi criado o Jardim da infância anexo a Escola Normal Ricardo Campos, sendo as despesas decorrentes com as instalações do curso sob a responsabilidade da verba 8.330 (ITUMBIARA, 1952).

FIGURA 15. No primeiro mapa podemos ver a posição de Goiás no Brasil e no segundo a posição do município de Itumbiara no Estado de Goiás.



Fonte: Ilustração Brasileira (1949, p. 30).

A revista *Eu Sei Tudo* (MARIZ, 1949, p. 69) fez uma reportagem em 1949 na cidade de Itumbiara e relatou alguns tópicos sobre a Instrução pública neste município:

O ensino primário é ministrado na sede do município pelo Grupo Escolar e nos distritos por escolas rurais que sobem a doze, mantidas pela municipalidade. A matrícula nas escolas primárias sobe a dois mil, sendo a média de frequência de mil seiscentas crianças. Não existem crianças lutando para obter matrícula. Todo o mundo tem direito a um lugar ao sol da instrução. Há por vezes, na zona rural, pais analfabetos que não levam os filhos à escola porque tanto lhes faz que eles saibam ler ou não, mas estes se encontram em grande minoria e logo sejam envolvidos na campanha de alfabetização de adultos, decerto serão os primeiros a matricular os filhos, como está acontecendo em tantos outros lugares.

O texto observa vários aspectos sobre o município, dentre eles o da Instrução pública. Elogiaram e disseram que a municipalidade não deixava a desejar em relação às vagas para as crianças estudarem. Por mais que falaram que educação estava bem, podemos observar que o Grupo Escolar ainda não havia chegado ao distrito de Cachoeira Dourada. Existiam nessa região apenas escolas isoladas nas fazendas e algumas escolas particulares nas casas dos professores. O primeiro Grupo Escolar só chegou a Cachoeira Dourada em 1960, sendo este depois da inauguração da primeira etapa da UHE.

De acordo com Sidney Pereira de Almeida Neto, desde a década de 1920 já existia escolas rurais no município de Santa Rita do Paranaíba, ele menciona sobre uma escola na região chamada Campanha, próximo ao povoado de Inaciolândia:

[...] na fazenda Campanha existia uma escola regida pelo professor Arlindo Moreira. Moço inteligente, que com seu esforço e dedicação teve a colaboração dos fazendeiros, grandes serviços prestados ao desenvolvimento do ensino daquela região no município (ALMEIDA NETO, 1997, p. 44).

O Ginásio Arquidiocesano de Itumbiara era uma escola que oferecia ensino primário e secundário sendo este educandário sob a responsabilidade da Cúria da Igreja Católica do estado de Goiás. Em 1955 foi assinada a lei municipal da criação da Escola de Adolescentes e Adultos que funcionava a noite no prédio do Ginásio Arquidiocesano, a lei de nº 189 (ITUMBIARA, 1955).

Em 1957 com a lei de nº 1535 de 16 de agosto criou-se neste município a Escola Agrícola de Itumbiara. Era um curso de dois anos em que ofereciam: curso de iniciação agrícola, cursos de maestria agrícola e cursos práticos de agricultura. Era organizada de acordo com o Decreto- Lei Federal de nº 9.613 e Decreto Federal nº 21.667 ambos de 20 de agosto de 1946 (ITUMBIARA, 1957).

Aos 02 de setembro de 1958 o prefeito do município de Itumbiara – Goiás, sancionou a lei de nº 252 autorizando o poder executivo municipal a construir um prédio escolar no povoado de Cachoeira Dourada. É bem claro na Lei que “a construção será em loteamento já doado pela prefeitura” (ITUMBIARA, 1958). Nesta época o governo estadual ainda estava com dificuldades de estabelecer uma rede escolar, na qual teriam que construir novos prédios na maioria das cidades goianas e capital. Além de adquirir todo o mobiliário e material didático tudo de uma só vez. Assim, mais uma vez recorreram às municipalidades para dividir com elas as despesas de criação e manutenção dos Grupos Escolares. Como vimos nas fontes: atas da Câmara Municipal de Itumbiara e também as atas do Grupo Escolar Tombo D’água.

Como a prefeitura arcou com a construção, de acordo com notícia de jornal, o mobiliário fora adquirido com ação do deputado Clepino Araújo representante de Itumbiara, junto ao secretário de Educação do Estado de Goiás. Esta informação consta no jornal Diário da Tarde, que relata a visita do deputado ao Secretário de Educação em 1959 a fim de adquirir carteiras para o Grupo Escolar em Cachoeira Dourada. Assim como outros políticos e diretores também estiveram ali presente com mesmos objetivos (DIÁRIO DA TARDE, 1959).

Na década de 1960 o distrito de Cachoeira Dourada recebeu muitos migrantes para a construção da 2ª etapa da UHE de Cachoeira Dourada. Eram em sua maioria mineiros e nordestinos e outros da região proveniente do êxodo rural. Houve então um crescimento populacional bem expressivo em relação ao povoado do início da década de 1950.

Escola pública em Cachoeira Dourada: a criação do Grupo Escolar Tombo D'água

Em 1960 o povoado de Cachoeira Dourada passa a contar com a primeira escola pública: o Grupo Escolar Tombo D'água, criado sob o governo estadual de José Feliciano, esta escola começou a funcionar num prédio de quatro salas de aula e outra sala pequena que servia de secretaria, sendo os banheiros no fundo da escola. Depois em 1964 no governo de Irapuã Costa Júnior, houve uma reforma na qual foram construídas uma sala para os professores, uma sala para a diretoria, dois banheiros internos e uma cantina. Logo depois forraram as salas de aula com forro de madeira.

FIGURA 16. Prédio do Grupo Escolar Tombo D'água após reformas e mudança de nome para Escola Estadual de 1º. Grau "Inácio Pinheiro Paes Leme"



Fonte: SUBSECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE ITUMBIARA.
Fotógrafo: não identificado

A nomenclatura Grupo Escolar deu lugar à de escola estadual (de primeiro e de segundo grau) por força da lei 5.692, ou a Lei de Diretrizes e Bases, que reviu a lei de 1961. Isso quer dizer a fotografia (FIG. 16) é posterior a 1971, ou seja, quando o prédio do Grupo Escolar já havia sido reformado. A fotografia mostra a escola numa paisagem de mato e terra, sem árvores com aparência de isolamento. Não se nota um espaço que pudesse ser chamado de pátio pedagogicamente apropriado para os alunos, como se vê pela cerca de arame farpado.

O afastamento sugere que a construção de casas no Distrito foi um processo lento, considerando que o loteamento da área distrital foi feito em 1962, ou seja, a formação de Cachoeira Dourada inicialmente era composta de vários aglomerados de casas, distantes umas das outras, como já dissemos anteriormente neste capítulo. Anos depois é que foram construindo mais casas na região próxima dessa escola.

Este Grupo Escolar recebeu muitas crianças da região que precisavam estudar. Ele foi responsável por atender alunos das escolas isoladas e de escolas particulares do povoado, e também os migrantes que estavam chegando. As séries oferecidas eram do Pré a 4ª série primária, sendo as aulas em dois ou três turnos de acordo com a quantidade de matrículas. Quando havia uma quantidade maior de número de matrículas o horário era dividido em três períodos: o 1º de 7h30 às 10h30, o 2º de 12h às 15h e o 3º 15h às 18h. Havia em média 35 alunos em cada sala de aula. Quando o número de matrículas era menor no Grupo Escolar então oferecia apenas dois turnos sendo eles de: 7h às 11h e 12h30 às 16h30.

Com a vinda do primeiro Grupo Escolar para Cachoeira Dourada foram extintas algumas das escolas rurais próximas à cidade. Assim no ano de 1960 a professora Juracy G. Paes Leme foi convidada a ser a diretora do primeiro Grupo Escolar do distrito de Cachoeira Dourada. E com ela veio Dona Maria Fernandes Paes Leme sua prima que já trabalhava como professora na região também (MORADOR 4, 2016)

FIGURA 17. Professora Juracy G. Paes Leme



Fonte: Acervo particular: Neda G. Paes Leme

Juracy Gomes Paes Leme foi a primeira normalista e funcionária do Estado na região de Cachoeira Dourada. Seus estudos foram realizados na cidade de Uberlândia – Minas Gerais no antigo Colégio Brasil Central. Formou-se aos 16 anos na Escola Normal e depois retornando para a fazenda de seu pai Eurico Paes Leme, foi ensinar seus irmãos e sobrinhos a ler e escrever. Segundo informação de uma das primeiras moradoras, juntamente com fontes encontradas no arquivo em Goiânia, esta foi a primeira professora da região de Cachoeira Dourada que era normalista, sendo depois a primeira diretora do Grupo Escolar Tombo D'água em 1960 (MORADOR 4, 2016). Sobre a importância do valor da profissão de diretora no Grupo Escolar, Faria Filho (2014 p. 99–100), destaca:

O espaço do Grupo Escolar denota não apenas mudanças ou continuidades na forma de conceber a educação escolar e suas relações com a sociedade como um todo, mas também o aparecimento e fortalecimento de uma nova categoria profissional: a das diretoras. Estas, mesmo quando se ocupavam de uma sala de aula, contavam com um espaço próprio para o trabalho.

Desde o início da criação do Grupo Escolar em 1960, percebe-se por meio da Figura 18 que a diretora Juracy Paes Leme tinha uma preocupação em levar os professores do Grupo Escolar Tombo D'água para as formações pedagógicas oferecidas pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Nesta imagem as professoras e diretora estavam recebendo os cumprimentos de funcionários da Secretaria de Educação. A diretora Juracy aparece na foto a direita, segurando um documento.

FIGURA 18. Docentes do Grupo Escolar Tombo D'água

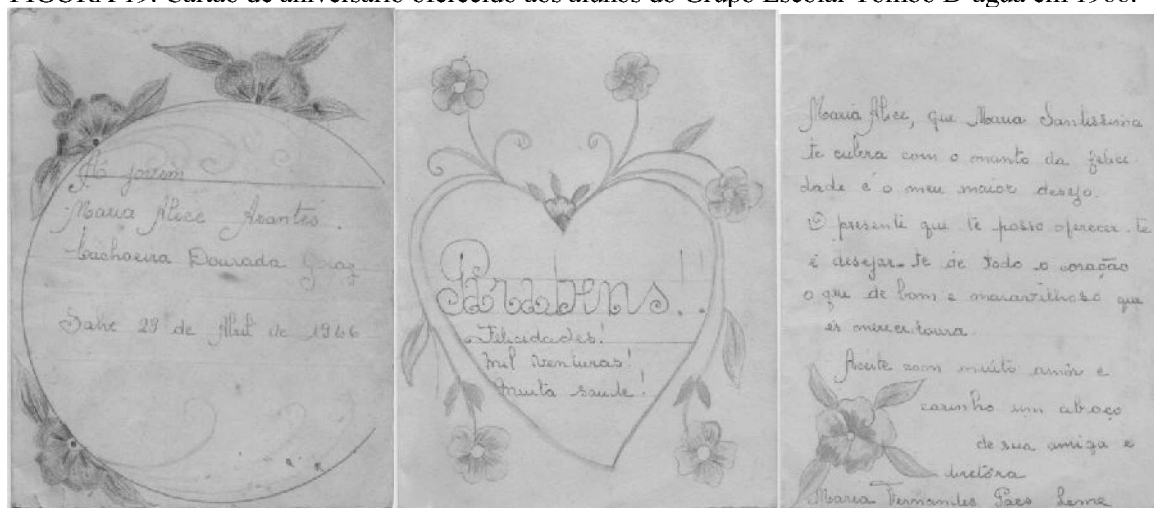


Fonte: Acervo particular: Neda G. Paes Leme

A professora Maria Fernandes Paes Leme prima da diretora Juracy G. Paes Leme, estava à esquerda na Figura 18 e teria estudado no Rio de Janeiro em Escola Confessional. Antes de fazer parte do corpo docente do Grupo Escolar Tombo D'água “dona Mariinha”, como era chamada pela população cachoeirense, já havia sido professora na escola rural juntamente com a dona Juracy Paes Leme. Depois quando mudou para o distrito de Cachoeira Dourada criou em sua residência uma escola particular, assim ela continuou lecionando. Isto aconteceu em meados da década de 1950. Segundo uma ex-aluna, dona Maria Fernandes era considerada uma professora dedicada e atenciosa, alfabetizou muitos alunos da região sendo lembrada e querida por todos, desde os pais até os alunos da cidade (MORADOR 6, 2015). Por sua experiência ela substituíria as diretoras quando precisavam se ausentar ou quando saíram de seus cargos (Grupo Escolar Tombo D'Água, 1965- 1970). No final da década de 1960 já com os dois Grupos Escolares no Distrito, ela trabalhava nas duas redes de ensino: estadual – Grupo Escolar Tombo D'água e municipal – Grupo Escolar José de Paiva.¹⁶

No acervo de uma colaboradora da pesquisa encontramos um cartão de aniversário escrito pela professora Maria Fernandes Paes Leme, segundo ela a professora tinha costume de confeccionar cartão e entregá-lo aos seus alunos nas datas de seus aniversários. O documento apresenta uma caligrafia bem caprichada e seu conteúdo remete a sua época, vemos elementos que faziam referência a religiosidade e a um tipo de flores encontradas na região (MORADOR 6, 2015).

FIGURA 19. Cartão de aniversário oferecido aos alunos do Grupo Escolar Tombo D'água em 1966.



Fonte: acervo particular da professora Maria Alice Arantes Souza.

¹⁶ Esta afirmação é baseada pela sua assinatura nos livros de pontos dos funcionários das duas instituições. (Arquivo da Escola Modelo 14 de Maio; Arquivo do Colégio Estadual Pinheiro Paes Leme).

As primeiras diretoras do Grupo Escolar Tombo D'água até a década de 1970 foram: Juracy Gomes Paes Leme, Maria Bueno Ribeiro, Maria Fernandes Paes Leme e Crinaura Terezinha Lopes, por um bom tempo as diretoras exerceram as duas funções: professoras e diretoras. Provavelmente tal atitude acontecia pela ausência de docentes na região. A partir de 1970 a escola teve seu nome mudado, passando a se chamar Escola Estadual Dr. Inácio Pinheiro Paes Leme que posteriormente foi excluída a abreviatura “Dr” (doutor).¹⁷

A parceria ou convênio que o governo de Goiás tinha com municípios goianos ficam claros desde o momento de leitura dos registros de criação do Grupo Escolar Tombo D'água. A doação do lote — convém frisar — foi feita pelo município de Itumbiara. Outro dado que demonstra essa parceria é que alguns professores desse Grupo Escolar eram funcionários do Estado, enquanto outros eram contratados pela prefeitura. Como consta no “Livro de ata” do Tombo d'Água:

Eu, Maria Bueno Ribeiro dei início às minhas atividades como professora Estadual, nomeada interinamente no Grupo Escolar Tombo D'água de cachoeira dourada, no dia 1º (primeiro) de março de 1965 assumindo a direção das classes da 3ª e 4ª séries primárias (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965, p. 2)

E sobre os contratos ainda continua:

Aos 7 (sete dias do Mês de abril de 1965 iniciaram suas atividades como professoras substitutas do Pré e 1º anos a Sra. Marinha Martins Rodrigues e Sra. Evalda Eleutério Rodrigues. Remuneradas pela Sub. prefeitura local (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965, p. 6).

A subvenção do município ao Grupo Escolar Tombo D'água, que era uma escola de responsabilidade do estado de Goiás pode-se confirmar ao ler a quinta ata do Livro de Atas do ano de 1965 desta escola. Através de sua leitura vimos que a diretora e professora Maria Bueno Ribeiro era nomeada pelo o Estado, e este era quem pagava seus honorários. Assim segue um trecho da ata:

Sendo-me feita a entrega pela mais antiga professora do estabelecimento Prof.^a Maria Fernandes Paes Leme contando o mesmo com: 4 salas de aula mobiliadas de carteiras em ótimo estado de conservação, secretaria desprovida de mobiliários e sem nenhum livro ou documentos que conste a existência anterior de funcionamento do Grupo Escolar, pátio cercado de arame. Funcionando a escola com 230 alunos matriculados e 4 professoras sendo eu nomeada pelo Estado e demais pela Prefeitura Municipal (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965–70).

¹⁷ Este Grupo Escolar foi estabelecido pelo Conselho Estadual de educação no dia 19/01/1973 pela resolução da escola: no. 909. E a lei de criação da escola só saiu um tempo depois no Governo de Irapuã Costa Júnior em que a escola foi registrada pela lei de criação 8408 de 19 de Janeiro de 1978, sendo o Secretário de Educação da época Humberto Ludovico de Almeida Filho.

No arquivo do Colégio Estadual “Inácio Pinheiro Paes Leme”¹⁸ há um número considerável de fontes, embora não constem as do início de criação da escola, existindo somente os documentos a partir do ano de 1965. Pudemos encontrar as informações nos cadernos de frequência, diários dos professores, cadernos de atas, folha de pagamentos, rascunhos da diretora do Grupo Escolar Tombo D’água até a os anos de 1970. Os primeiros professores do Grupo Escolar Tombo D’água incluíam um número significativo de professores de mulheres, mais do que homens — 20 contra 9. Ministravam aulas de 1ª a 4ª série. Todos fizeram parte do processo educacional do distrito, a maioria por mais de uma década. Sobre a feminização do magistério, Catani (2016, p. 586) nos fala dos estudos de Antônio Nóvoa em Portugal, estudos estes relacionados sobre a profissão docente nos séculos XVIII a XX. Nóvoa afirma que há semelhanças com a realidade da história da profissão docente em nosso país e também em muitas outras “sociedades ocidentais”. E indica que as pesquisas a respeito das instituições de formação de professores revelam que nesse momento houve um maior interesse do gênero feminino pelo exercício da docência.

Embora hoje tenha um maior número de mulheres na docência, Heloísa Vilela (2016) diz em seu artigo “O mestre-escola e a professora” que historicamente a docência era uma carreira do gênero masculino; no entanto, as mulheres se empenharam para se inserirem nesta profissão e a Escola Normal teve um fundamental papel na preparação/formação dessas profissionais que lutaram “pelo acesso a um trabalho digno e remunerado” (p. 119).

Na região de Cachoeira Dourada de Goiás, a primeira Escola Normal começou a funcionar no final da década de 1930. Foi a Escola Normal Ricardo Campos na cidade de Itumbiara, construída para formar normalistas e atender às escolas rurais, isoladas, reunidas e os grupos escolares da região sul de Goiás. Sobre a existência da Escola Normal, o memorialista Sidney Almeida Neto (1997, p. 47) nos relata:

¹⁸ Ignácio Pinheiro Paes Leme era irmão de Eurico Paes Leme, engenheiros e mineralogistas vindos do Rio de Janeiro no início do século XX. Chegou a Santa Rita do Paranaíba para a construção da Ponte Afonso Pena e depois abertura da estrada de Itumbiara a Cachoeira Dourada. Foi ele quem deu o nome de Itumbiara àquela cidade, estudioso do idioma tupi-guarani participou do concurso da troca de nome desta cidade. Como foi um dos responsáveis da abertura de uma estrada para a Cachoeira Dourada, colocou o nome de Itumbiara que em tupi-guarani, significa "caminho da cachoeira". O historiador mineiro Tito Teixeira menciona a história e passagem dos irmãos Paes Leme, Ignácio e Eurico em Minas Gerais. Eles fundaram em Minas uma Companhia Mineira Viação Inter Municipal, sendo administrado pelo engenheiro Fernando Vilella, sendo ele um importante pioneiro do Brasil Central. Foram eles os responsáveis pelo traçado da maioria das estradas que abrem o Planalto Central brasileiro, saindo de São Paulo até Brasília (CACHOEIRA DOURADA, 2017).

Em 1938. Foi instalada a primeira escola do Curso normal, regida pela professora D. Lucília Alencar Araripe, funcionando bem e deixando várias moças normalistas bem instruídas e que tem até hoje prestado o seu concurso a educação de Itumbiara. A Escola Normal Municipal Ricardo Campos, deixou grandes benefícios e proveitosos frutos para o ensino em nosso município.

Tempos e espaços escolares

Os Grupos Escolares no início do século XX eram como templos do saber (SOUZA, 1998). Surgiam da união de conhecimentos, de planos políticos sobre a educação, e colocavam em movimentação as elites culturais do país. De acordo com Faria Filho (2000), o maior exemplo educacional do século XIX foi o das escolas seriadas sendo que a principal intenção dos republicanos era desligar-se completamente do modelo imperial formando uma pátria ordeira e progressista. Esses conceitos de patriotismo e nacionalismo foram os ideais de Augusto Comte,.

Faria Filho e Vidal (2005), afirmam que no Grupo Escolar as divisões das classes eram feitas com os alunos que estivessem em nível de aprendizagem semelhante, assim formavam uma turma e nomeavam o docente. As atividades em sala eram feitas coletivamente e todas ao mesmo tempo sendo esse método adotado pelas escolas chamado de ensino simultâneo. Vejamos o que nos dizem:

Uma primeira dimensão do tempo escolar alterada foi imposição definitiva do ensino simultâneo. Divididas as classes segundo um mesmo nível de conhecimentos e de idade dos alunos, era entregue a uma professora, às vezes acompanhada de uma assistente, que deveria propor tarefas coletivas. Cada um e todos os alunos teriam que executar uma mesma atividade a um só tempo (FARIA FILHO; VIDAL, 2005, p. 54).

Foram muitas mudanças que as crianças tiveram em relação ao tempo de sua infância, algumas já estudavam nas fazendas num ritmo e horário diferentes, outras não estudavam e ajudavam os pais em casa ou na lavoura. Com a vinda do Grupo Escolar para Cachoeira Dourada pode se dizer que houve mudanças no comportamento e na vida das crianças e familiares. Embora muitos já estudassem em escolas rurais, mas sabemos que o tempo da escola rural era flexível com a realidade do trabalho e das famílias.

Alguns alunos dos Grupos Escolares de Cachoeira Dourada encontravam os mesmos problemas. Outros se ausentavam da escola em determinado horário para levar comida a seus pais no trabalho, porém depois não retornavam mais a escola. Um dos problemas de faltas também que aconteciam era por causa da colheita das roças, os alunos não iam a escola

porque tinham que trabalhar para ajudar seus pais a sustentarem suas famílias. Sobre essas barreiras do tempo escolar Faria Filho (2000, p. 26-27) nos diz:

Outras vezes, numa demonstração de que o tempo escolar encontrava barreiras socioeconômicas para se impor e, ao mesmo tempo, realizando um movimento no sentido de buscar uma certa adequação da escola às necessidades das crianças e suas famílias, o não-cumprimento do horário era justificado pelo inconveniente de os(as) meninos(as) não chegarem e/ou saírem no horário estabelecido. É isso o que demonstra uma série de relatos, como este da diretora do 3o Grupo: Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil Revista Brasileira de Educação 27. Uns meninos alegam que vão primeiro ao açougue ou fazer outras compras, outros a distância e agora no inverno alunos há que chegam até as 8 horas e meia. Quando comparecem mais cedo, pedem permissão para sair antes da hora regimental a fim de levarem almoço aos pais que trabalham. Se eu me opuser, teremos de perder muita gente. Em todo o caso é o mesmo, porque a frequência de alguns não passa de fantasia. (Minas Gerais, 1910).

Ao ler a ata de reunião inicial dos professores do Grupo Escolar Tombo D'água entendemos que o ano letivo começava no mês de março, as férias eram em julho e o término do ano letivo ao final do mês de novembro. Os números de professores contratados ou interinos variavam de acordo com o número de matrículas recebido no decorrer do ano no cotidiano do Grupo Escolar. Cada escola adequava os turnos de aula depois dos alunos matriculados.

Como já foi dito o Grupo Escolar Tombo D'água comportava apenas quatro salas de aula, assim a quantidade de alunos matriculados é que poderia dizer quantos turnos a escola iria funcionar. Se fosse mais de dois turnos era necessário o contrato ou a dobra de mais outros professores, o que certamente era um problema para o período. Por isso esperavam para fazer os cálculos das turmas, em geral, eram de 35 a 40 alunos por sala, desse modo o funcionamento seria dois turnos: no 1º turno era 07h às 11h, E o 2º turno funcionava entre 12h30 até 16h30. E se a quantidade de alunos aumentasse, a diretora teria que dividi-los em três, sendo eles: o 1º turno 7h30 às 10h30, o 2º às 12h às 15h e o 3º das 15h às 18h. (Grupo Escolar Tombo D'água 1965 - 1970). Assim: "O tempo escolar se associa às horas em que se permanecem na escola, contabilizadas em sinetas, recreios, cadernos, da mesma maneira que nos ponteiros do relógio" (FARIA FILHO, 2000, p.25).

Ainda de acordo com esse autor, nos Grupos Escolares existia toda uma preocupação com o horário de cada atividade ministrada pelo professor e tinha um tempo para o descanso entre uma atividade e outra.

Adequando-se aos preceitos higiênicos da época que se utilizavam do conceito de fadiga mental, os conteúdos escolares eram distribuídos ao longo do dia de aula, aproximadamente 4 horas, em uma rígida grade de horário. Cada período de 10 ou até 25 minutos, de acordo com o estado brasileiro, correspondia a uma aula e, portanto, a um exercício. Aproximadamente a cada três aulas, efetuava-se uma pausa de 10 minutos, quando os alunos marchavam e cantavam no interior da sala. No meio do dia, fazia-se um recreio com duração de 30 minutos. O detalhamento dos quadros de horários propostos pelos Programas de Instrução, prevendo-se uma distribuição diária, semanal, mensal e anual do processo de ensino, aprendizagem e Foi pois esse tempo artificial, apropriado e ordenado pela razão humana, que os regulamentos do ensino buscaram impor às professoras, às diretoras, aos(as) alunos(as) e, mesmo, às famílias. Não por acaso, esse processo ocorreu no interior de um movimento social de racionalização do tempo, próprio às relações capitalistas que se estabeleciam. Foi no interior dessa avaliação, indicava o intuito de delimitar o tempo escolar (FARIA FILHO; VIDAL, 2005, p. 25).

A racionalização do tempo pode ser observada na experiência das instituições de Cachoeira Dourada de Goiás, como vimos anteriormente, com a organização das turmas em dois ou três turnos de acordo com as demandas por vagas. Ao implantarem os dois turnos nos Grupos Escolares no Brasil, houve bastante descontentamento por parte dos familiares e funcionários da época em todos os Estados. Os turnos seriam uma mudança forte principalmente para as famílias e alunos adaptarem a uma nova rotina de vida, trabalho e estudos (FARIA FILHO, 2000, p. 127).

Apesar de tornar-se a necessidade imperiosa, pois muitas vezes o número de alunos (as) matriculados (as) era o dobro da capacidade do atendimento, fácil para as diretoras, para as professoras, para as famílias e para as crianças a adoção do novo horário nos Grupos Escolares não foi fácil. Nem para diretoras e professoras, tampouco para as famílias e as crianças. Razões diversas alegadas. A diretora do primeiro Grupo Escolar da capital, por exemplo, argumentou: “Continuando elevada a matrícula este ano, como espero, é mister que ainda se construam cerca de três (salas) para evitar-se a divisão do grupo em dois turnos, divisão essa de reconhecida desvantagem para a higiene dos alunos e disciplina do estabelecimento” (Minas Gerais, 1910).

Alguns desses rituais permaneceram por longo período nos Grupos Escolares surgidos ao longo do século XX. No início de 1965 havia 160 alunos matriculados no Grupo Escolar Tombo D’água, e foram matriculados em cinco séries: Pré-primário, Primeira série, Segunda série, Terceira série e Quarta série. As professoras eram apenas quatro, assim uma mesma professora ministrava aulas em duas turmas como foi o caso da D. Maria Bueno que além de diretora era também professora das duas séries 3ª e 4ª. Ao analisar o livro de Ata de

Resultados Finais do Grupo Escolar Tombo D'água encontramos durante cinco anos uma movimentação do fluxo de alunos desta escola.

QUADRO 1. Quantidade de alunos do Grupo Escolar Tombo D'água (1965–70)

ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS
1965	160
1966	360
1967	358
1968	250
1969	214
1970	180
Total	1522

Fonte: Grupo Escolar Tombo D'água (1965–70)

Os números do quadro nos mostra claramente o grande fluxo da chegada de migrantes em busca de trabalho para a região de Cachoeira Dourada, porém mais acentuado nos anos de 1966 e 1967 e reduzindo-se no período entre os anos de 1968 a 1970. Certamente, essa movimentação se deu devido à segunda etapa da UHE que ocorreu no período da década de 1960 a 1970 (ROCHA, 2005, p. 94).

Subvenção: doação e caixa escolar

Com a elevação de povoado a distrito de Cachoeira Dourada criou-se uma subprefeitura e conseqüentemente foi nomeado um subprefeito, assim o contato da escola com o poder público passou a ser mais acessível e puderam então receber mais ajuda do poder municipal. O Grupo Escolar Tombo D'água que era uma escola estadual, recebia ajuda financeira do município, desde materiais de limpeza e alimentos para merenda até pagamento dos salários de funcionários, essas informações estão no Livro de Atas deste Grupo Escolar: “Recebi da Sub Prefeitura local 1 saco de açúcar e 1 carroça de lenha destinado ao preparo da merenda servida nesta escola” (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965–1970).

A diretora organizou neste Grupo Escolar o caixa escolar onde recebia doações da 8ª delegacia regional de ensino Primário, da subprefeitura, dos pais e professores. Além de orientar os professores em seus planejamentos e preenchimentos de diários e boletins a diretora também era responsável pela organização do caixa escolar (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965–1970).

Segundo Carvalho e Vieira (2008), há poucos estudos sobre a caixa escolar e sua relação com a escola pública, ou seja, com a República e os ideais propostos no período. De acordo com elas, O Regulamento da Instrução Pública determinou que fosse criada a Caixa

Escolar “a fim de fomentar e impulsionar a frequência nas escolas” (s. p.). Era obrigatoriedade do Grupo Escolar como meio de constituir fundos e devia ser administrada pela escola. Para as autoras, a compreensão atual de caixa escolar a vincula com o financiamento da educação, mas elas veem a caixa escolar como algo que se coloca na perspectiva das ideias educacionais. Assim, ainda que fosse vinculada ao ideário político republicano e fosse obrigatória por lei, a caixa escolar se associava com “ideais humanitários preconizados por algumas correntes intelectuais disseminadas à época, como o positivismo”. Exemplo disso é que a existência e prática da caixa escolar revelam a existência de uma camada de alunos das camadas populares.

O planejamento das aulas era feito durante o final de semana quando o professor estivesse em casa. Antes a diretora passava as orientações aos docentes em reunião e esses planejavam suas aulas para a próxima semana e chegando à escola o caderno seria entregue na segunda – feira para a diretora ler e anotar as observações caso precisasse (GRUPO ESCOLAR TOMBO D’ÁGUA, 1965-1970).

As datas comemorativas geralmente eram comemoradas com apresentações dos alunos. Recitavam poesias, cantavam músicas, declamavam poemas dentre outras apresentações. Havia festividades no dia das mães, dia da Independência do Brasil, dia das crianças e principalmente nos dias de formatura (GRUPO ESCOLAR TOMBO D’ÁGUA, 1965-1970).

No final de 1965 foi feito uma avaliação final de desempenho dos alunos, estas avaliações eram compradas pela diretora do Grupo Escolar Tombo D’água da 8ª Delegacia do Ensino Primário de Morrinhos – GO. Portanto, como a escola não possuía verbas, a diretora pedia contribuição em dinheiro para todos os alunos pagarem sua prova final. Para aplicar esses exames havia todo um rigor e uma organização, a diretora elaborava o cronograma das avaliações com data, série e nome do professor examinador sendo este docente de outra série, não podendo ser o regente da mesma sala de aplicação das provas. Assim outro professor que era responsável por aplicar e corrigir essas avaliações.

Cipriano Luckesi (2003) diz que a Pedagogia Tradicional, da qual decorre a concepção de avaliação em forma de exame é chamada por ele de Pedagogia do Exame. Ele critica esta avaliação feita nesses moldes, pois sabemos que o único objetivo é o da exclusão e classificação. Não é como uma avaliação que o professor analisa os erros do aluno, e depois procura retomar os conteúdos em déficit da turma, para sanar as dificuldades e chegar ao melhor resultado.

Ao término das correções repassavam o resultado final aos professores titulares, e este posteriormente passava as notas obtidas pelos alunos nesse exame era registrado no Livro de Ata de Resultados Finais. Esta era uma prática anual do Grupo Escolar Tombo D'água. Sendo que a partir de 1969 a escola não mais comprou provas para realizarem tais exames. Os professores desta escola foi que passaram a elaborar e aplicar as provas para o exame final desta instituição (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965-1970).

Analisando essa condição de avaliativa deste Grupo Escolar cabe nos questionar: qual era a concepção pedagógica desta escola e como seria o resultado dessas avaliações? Será que os conteúdos apresentados eram os mesmos trabalhados com os alunos em classe? Qual seria o sentido desses exames para os alunos? Essas são algumas indagações que fazemos ao nos deparar com esses registros que serviam apenas para examinar e excluir os alunos nas escolas.

A Segunda Instituição: o Grupo Escolar Cachoeira Dourada na interseção entre o público e privado

O Grupo escolar Cachoeira Dourada teve início em 1963 quando ainda funcionava numa casa da Vila Operadora da empresa CELG. Este grupo foi criado pelo consórcio das empresas Convap, e Mendes Júnior prestadoras de serviços para CELG, na obra da construção da UHE de Cachoeira Dourada – Goiás. Era uma escola construída com o dinheiro público, porém só poderiam ingressar nela quem fosse filho de funcionário da obra. Outros moradores como os filhos dos fazendeiros, agregados e pescadores da região não podiam estudar.

Na primeira etapa da construção da UHE o canteiro de obras era em Cachoeira Dourada – MG, assim os filhos dos funcionários que moravam neste canteiro de obras tiveram que frequentar as aulas na pequena Escola Estadual Camilo Chaves em Minas Gerais. Esta escola não tinha prédio próprio funcionava em vários lugares em casas e até igreja.

Depois da primeira etapa da construção da UHE, em 1963, a CELG indenizou os moradores do povoado para saírem de suas casas que eram próximas ao rio. Os residentes de Cachoeira Dourada de Minas e Cachoeira Dourada de Goiás mudaram para outra cidade nas proximidades recém-loteada. Já estava loteada e traçada para os novos moradores que haviam sido desapropriados do canteiro da CELG. “No local ficaram as casas da CELG e seus funcionários que também deveriam seguir para a tão esperada Vila Operária da margem goiana” (TANNÚS, s. d.).

As empresas construtoras da UHE: CONVAP E MENDES JR. resolveram trazer os alunos do canteiro de obras de Minas Gerais para estudar nas casas recém-construídas para os operários da obra, era um conjunto de casas que deram o nome de Vila Operária. Mas em

1963 os operários ainda não tinham mudado para Goiás, assim os alunos e professores faziam a travessia na balsa todos os dias de caminhão, os alunos vinham na carroceria juntamente com um senhor servente que trabalhava na Escolinha e as professoras. As aulas iniciavam às 13h e encerrava às 17h, ao término das aulas repetiam todo o ritual de travessia da balsa novamente (TANNÚS, s. d.).

A obra do novo Grupo Escolar ainda não estava concluída, desse modo foram estudar numa “Escolinha” improvisada, na primeira casa residencial da Vila Operária: Lote 01 e Quadra 01. O corpo docente dessa escola era formado pelas seguintes professoras: Berenice, Lavínia, Luíza, Odênia, Maria Risonete, Francinete e Elza de Jesus e a diretora Terezinha Tannus.

Para dirigir esta “Escolinha” como todos tratavam, fui chamada pelo referido consórcio, dando-me toda autoridade apoio para o início de uma nova etapa. O consórcio comprou o todo o mobiliário escolar, as carteiras e quadros enchiam os quatro quartos, a sala e a pequena cozinha onde existia um fogão a lenha e a pia. Ao lado da cozinha ficava o banheiro. Os cômodos ficavam lotados e a pequena cozinha era a minha Diretoria, secretaria, bebedouro e tudo mais que fosse necessário (TANNÚS, s. d., p. 7).

As aulas continuaram funcionando numa casa na Vila Operária até o início do mês de maio do ano de 1964. Foram muitos problemas enfrentados: pouco espaço físico, quantidade de alunos cada vez maior, falta de tempo para orientação das professoras iniciantes e falta de material para o bom funcionamento do grupo. “Na nossa Escolinha apertada como sempre, amontoávamos nossos pequenos alunos que sonhavam com o novo Grupo Escolar” (TANNÚS, s. d., p. 11).

A mudança para o Grupo Escolar Cachoeira Dourada foi no dia 05 de maio de 1964. A constituição do Grupo Escolar era uma inovação para todos naquele momento, principalmente para os alunos mais antigos da obra aos quais vinham estudando em casas com pouco espaço ou cômodos com divisórias. Como estavam no auge da construção da segunda etapa da obra da UHE, o fluxo de aluno nos Grupos Escolares só aumentava. É por isso que a entrada nessa escola foi tão desejada por todos os funcionários.

A construção do Grupo Escolar Cachoeira Dourada constituía de seis amplas salas com grandes janelas de vidro, cada sala havia um quadro verde bem grande na parede, um belo pátio coberto, banheiros masculino e feminino, uma pequena cozinha e área de serviço. Do outro lado ampla sala, banheiro e três salas para a diretoria. As professoras e os alunos vibraram com o espaço e conforto individual de cada um (TANNÚS, s. d., p. 11).

QUADRO 2. Relação de Funcionários do Grupo Escolar Cachoeira Dourada de 1962 a 1968, 1ª a 4ª série.

Adair Anastácio dos Santos	Glaídy de Oliveira Molina	Marly L. B. Rocha
Adeilda Maria Gomes	Ivone César Mateucci	Nercília Ribeiro da Luz
Adolar Maria de Araújo	Joana Maria Rodrigues	Nizete Ferreira de Sousa
Alda Medeiros Barbosa	Jonilda Tavares Gomes	Odênia Menezes
Berenice Bittencourt	Lavínia Gomes Borges	Olga Moura Nascimento
Celma Dos Reis Borges	Leila Regina Borges	Sebastiana R. Godoy
Conceição M. Vidal Santos	Luiza Rubatto	Tarsila Moises Moraes
Deusdete Moreira dos Santos	Maria Joana Borges	Terezinha Ribeiro Tannús
Divina Fátima Costa	Maria de Lourdes Borges	Valzeni Moraes Pineto
Elza de Jesus Lobo	Maria do R. G. Takeuchi	Vera dos Santos
Edna de Jesus Lobo	Maria Rosinete da Silva	Vera França Savernini
Eloiza Nunes Montalvão	Maria Suely dos Santos	América Sousa - Servente
Francinete Silva	Maria Urbano Borges	Irene Ferreira - Secretária

Fonte: Acervo pessoal da Professora Terezinha Ribeiro Tannus.

Na relação de professores deste quadro podemos perceber que no Grupo Escolar Cachoeira Dourada só havia docentes do gênero feminino, não havia nenhum professor do gênero masculino. Provavelmente esse fato se deve pela oferta de trabalho para os homens na UHE, de forma que o Consórcio das empresas empreiteiras em consonância com a primeira diretora contratava apenas professores do gênero feminino. Consolidando assim a feminização do magistério no distrito de Cachoeira Dourada.

As funcionárias do Grupo Escolar Cachoeira Dourada eram vinculadas a uma dessas empresas consorciadas: CONVAP, HIDROPAV, MENDES JR ou CELG. O corpo discente era formado por tipos variados de alunos, como filhos de engenheiros, filhos diretores de empresas e filhos dos trabalhadores braçais. Essa escola tinha um convívio cultural escolar diferenciado, pois no Livro de Matrícula de 1964 constavam as cidades e estados de onde vieram os alunos migrantes. Como foi considerada uma grande obra a construção da UHE recebeu funcionários de vários estados brasileiros: Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Goiás e também de todos os estados da região nordeste.

Algumas das professoras do Grupo Escolar Cachoeira Dourada eram normalistas outras tinham completado o curso ginásial e poucas tinham apenas o 4º ano primário. O que para a época era normal, os que terminavam o 4º ano primário podia ensinar nos Grupos Escolares. De acordo com as fontes esta era uma prática que acontecia em Cachoeira Dourada, mas esta escola consorciada em relação aos outros Grupos Escolares tinha um maior número de professoras normalistas (TANNUS, s. d., p. 11).

FIGURA 20. Professoras do Grupo Escolar Cachoeira Dourada – 1966



Fonte: Acervo pessoal da Professora Terezinha Ribeiro Tannús.

Em 1964 a construção da UHE estava fluindo bem a cada dia chegava mais alunos no Grupo no Escolar, desse modo começaram a surgir um problema: a falta de mobiliário. Os alunos não tinham cadeira para sentar e nem mesas para escrever. Na sala dos professores a situação também era a mesma sem armários mesas e cadeiras para a sala da diretoria e sala dos professores. A diretora D. Terezinha Tannús procurou o superintendente da CELG na época este providenciou a mobília que estava faltando.

Em 1968, momento em que a CELG — como vimos — projetava-se no cenário de desenvolvimento energético do país, achou-se conveniente mudar o nome do Grupo Escolar Cachoeira Dourada para Instituto Novo Goiás, numa alusão clara aos tempos vividos pela empresa estatal. Na mudança de nome estaria, também, uma mudança de perspectiva de mais qualidade educacional? Teria havido mais financiamento para a escola a fim de torná-la um modelo de escola para outros municípios do estado? Pelo menos essa é a memória que a maioria da população que viveu nesse Distrito num período de duas décadas, de 1970 até 1990 trazem esses conceitos em sua memória.

A terceira instituição construída em Cachoeira Dourada: Grupo Escolar José de Paiva

Com a chegada cada vez maior de famílias para a região em busca de empregos para o término da II etapa da UHE de Cachoeira Dourada, numerosas famílias geralmente todas com filhos em idade escolar. Fazia-se necessário à construção de mais um Grupo Escolar para esta comunidade, foi assim que o subprefeito Damião Gois de Medeiros juntamente com o vereador Enéas Paiva solicitaram ao prefeito do município de Itumbiara, Sebastião Xavier Júnior a construção de um novo Grupo Escolar para o distrito de Cachoeira Dourada.

Em visita ao arquivo desta escola não encontramos a documentação de criação deste Grupo Escolar, nem cadernos de atas e livros de matrícula. Os únicos documentos que encontrados foram um álbum de fotografias e três livros de frequência dos funcionários dos anos de 1970 a 1973. Além destes cadernos pudemos encontrar no Projeto Político Pedagógico desta escola, a história de sua origem. Deparamos com uma documentação na câmara de Itumbiara e na Secretaria Municipal de Cachoeira Dourada a qual veio complementar nossa compreensão sobre o seu início.

Em outubro de 1968 foi inaugurado o Grupo Escolar José de Paiva pelos políticos e moradores da época. Composto por 1 pavilhão com 4 salas, cantina, secretaria e duas privadas, não ia além da 4ª série primária. O nome dado a este Grupo Escolar foi em homenagem ao pai do vereador Éneas Paiva, o senhor José de Paiva conhecido como Juca Paiva, por ser um morador antigo da municipalidade e conhecido por todos que residiam na região. As primeiras diretoras do Grupo Escolar José De Paiva foram: Valzeni Moraes Pineto, Lindaura Lisbôa Pontes e Dilma Ferreira até o ano de 1973.

QUADRO 3. Relação de Funcionários do Grupo José de Paiva (1970 a 1973)

Carmem Lúcia M. Gondim	Lindalva de Bastos Vilela	Marilza de Freitas Borges
Cleusi Alves de Paiva	Lindaura Lisbôa Pontes	Marlene M. de Souza
Dilma Ferreira	Maria Augusta Borges	Nilza Maria Pereira
Dalva Elizabeth G. Mariano	Maria Dantas Pereira	Nilda Maria Silva
Dinamar Cardoso Oliveira	Maria das Graças Silva	Ormezinda Alfa de Moura
Divina Carrara Almeida	Maria de Pádua de Amorim Silva	Sirlene Reis Rodrigues
Edma Ferreira	Maria Fernandes Paes Leme	Sônia Francisca de Jesus
Elizabet Braga Castanheira	Maria Helena P. de Almeida	Terezinha F. Paes Leme
Helena Maria de França	Maria Lincon de S. Ferreira	Waldecir Moura Nascimento
Irani Borges da Silva	Marinha M. Rodrigues	Zilma Ferreira da Silva
Jesus Paulino de Oliveira	Maria Rocha de Souza	—

Fonte: Escola Colégio Modelo 14 de Maio (2016).

De acordo com o quadro de funcionários deste Grupo Escolar José de Paiva existia de 12 a 13 professoras, e apenas um professor, duas secretárias, um zelador e duas serventes. Nota-se que a maioria dos docentes desta escola era do gênero feminino também. Um fato observado foi que este único professor que fazia parte do Quadro 3, já era professor das antigas escolas rurais do município. Muitos professores do Grupo Escolar Tombo D'água eram também funcionários do Grupo Escolar José de Paiva. (ESCOLA MODELO 14 DE MAIO, 1970–3).

Baseado nas fontes pesquisadas, no fim dos anos 60 havia uma grande quantidade de alunos no Distrito, isso se devia ao fluxo migratório de trabalhadores para terminar a segunda etapa da obra. Muitas famílias fixaram moradia em Cachoeira Dourada mesmo ao terminar a I e II etapa da obra, ficava aguardando o governo liberar verbas para a próxima etapa, enquanto isso ia sobrevivendo cultivando terras ou exercendo profissão como comerciante.

Ao observar esse fato na leitura do caderno de matrículas do grupo Tombo D'água, no ato da matrícula dos filhos era registrada no caderno a profissão dos pais e outros dados. Analisando esses documentos pudemos entender que os trabalhadores variavam de função por um curto período de tempo, durante as etapas da obra da UHE. Desse modo quando estavam trabalhando na obra, a profissão era referente a operário da construção civil, guarda, mecânico e quando a empresa os dispensava, a profissão passava a ser de lavrador (ou outra relacionada ao campo) e depois quando retornavam para as empresas prestadoras de serviços da UHE a profissão mudava novamente. Exemplificando, temos informações de um pai com vários filhos matriculados no Tombo D'água, que em janeiro de 1964 tinha a profissão de servente, no ano de fevereiro de 1967 a profissão já havia mudado para lavrador e em janeiro de 1968 a era carpinteiro (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965–1970).

Até o início da década de 1970 as escolas só ofereciam o ensino primário, ou seja, de Pré-inicial a 4ª série. Os alunos terminavam o 4º ano e não tinham mais estudos para eles, assim as famílias mais abastadas enviavam seus filhos para cursar ensino secundário e Normal em cidades próximas como: Cachoeira Dourada - Minas Gerais Itumbiara – Goiás e Tupaciguara – Minas Gerais. Em Tupaciguara estudavam nas escolas Colégio Interno Imaculada Conceição e Escola Arthur Bernardes.

Já os pais que não podiam mandar seus filhos para estudarem nas cidades mais desenvolvidas, alguns poucos alunos permaneciam estudando e repetindo a última série estudada, a 4ª série. Com estas informações entendemos que havia vagas nas escolas, especialmente, no último ano do ensino fundamental. No caderno de atas do Grupo Escolar Tombo D'água há registros de algumas alunas que concluíram o ensino primário e no próximo ano já estão fazendo parte do corpo docente do Grupo Escolar. Já os meninos assim que concluíam seus estudos, iam trabalhar na lavoura ajudando os pais a sustentar sua família. Sendo costumes das famílias do interior de Goiás (MORADOR 6, 2015).

Com essas melhorias o prefeito sancionou a lei de criação da escola no dia 11 de setembro de 1974, a lei de nº 245-74, mudando assim o nome da escola e funcionando agora com as séries de 5ª a 8ª. "Dispõe sobre a criação da Escola Municipal do Primeiro Grau Papa João XXIII, no Distrito de Cachoeira Dourada e dá outras providências" (ITUMBIARA, 1974).

Alguns atribuem a mudança do nome a uma homenagem à presença dos irmãos maristas na educação local na década de 70. Presença importante para implantar o ensino de 5ª a 8ª séries, muito embora, a educação pública ser laica, a influência da Igreja Católica se dava de muitas maneiras na educação da população. Os irmãos Maristas eram apreciados pelos moradores por serem conhecedores de várias disciplinas e por falarem vários idiomas. Logo tiveram facilidade em fazer parte do novo corpo docente dessa escola.

A Escola Municipal de Primeiro Grau Papa João XXIII tinha como diretora D. Celeste Maria Soares e Mussel, ficou a frente da escola durante o ano de 1974 a 1975. E no ano de 1976 a 1980 esteve como diretora a senhora Nilza oliveira Costa, depois dando continuidade foi a Professora Divina Fátima Costa de 1981 a 1982. Neste ano o distrito de Cachoeira Dourada se elevou a município. É importante salientar que as diretoras dos três Grupos Escolares de Cachoeira Dourada eram de origem de famílias tradicionais e também participantes da política local.

Em 1983 com a lei 14/83 houve nova mudança de nome: de Escola Municipal Papa João XXIII para Escola Modelo 14 de Maio. Esta foi uma homenagem à data de emancipação política do município de Cachoeira Dourada, as mudanças de nomenclatura dessa escola expressam a relação entre o público e o privado na educação desse município.

FIGURA 21. Apresentação 7 de Setembro, Escola Municipal do Primeiro Grau Papa João XXIII (1975)



Fonte: Acervo da Escola Municipal Modelo “14 De Maio”, 2016.

Na foto acima, podemos observar um pouco das características da escola, com pátio amplo, meninas de um lado da bandeira e meninos do outro, os uniformes também eram diferenciados entre os gêneros, a maior parte dos alunos eram crianças brancas.

Outra fonte encontrada no arquivo de uma colaboradora desta pesquisa é a Figura 22. A família guarda até hoje como lembrança dos anos de estudos do Grupo Escolar José de Paiva. Esse tipo de fonte iconográfica nos Grupos Escolares da região era uma prática comum, estendida até a década de 1990, as fotografias eram registradas e depois vendidas aos pais como lembrança escolar.

FIGURA 22. Foto de Lembrança da 2ª. Série – Grupo Escolar José de Paiva (1971)



Fonte: Acervo Particular de Nelson Antônio Ferreira, 2016.

A Figura 22 é bastante interessante, vemos na foto de conclusão da Segunda Série a aluna Eliane Maria Ferreira, que estudou com a professora Maria Fernandes Paes Leme. Em cima da mesa vemos livros e um telefone, diferente de muitas fotos de formatura onde se vê a bandeira do Brasil e um globo terrestre ou outro objeto escolar. O telefone pode ser uma referência ao desenvolvimento da telefonia em Goiás no ano de 1971 quando o governador Otavio Lage criou a empresa COTELGO.

Segundo Diane Valdez essas fotografias de meio corpo que eram tiradas em Goiás eram desde a década de 1940.

Quanto às fotos de meio corpo, tiradas como lembrança do tempo primário, elas não são recentes. Na década de quarenta já encontramos fotos de crianças sentadas atrás de uma mesa ou carteira, segurando lápis ou com as mãos apoiadas em cadernos e livros, o globo ou o mapa sempre presente, algumas trazem um vaso de flor e muitas outras fotos, especialmente nas décadas de sessenta e setenta, apresentam um novo elemento: um aparelho de telefone, o símbolo da modernidade contrastando com o velho globo e claro, acima o escrito “República dos Estados Unidos do Brasil” e “Lembrança do ensino primário”. E como foi preciosa essa lembrança para os poucos que freqüentavam escolas na região (VALDEZ, 2002, p. 8).

FIGURA 23. Grupo Escolar José de Paiva, após a ampliação.



Fonte: Acervo da Escola Municipal Modelo “14 De Maio”, 2016.

A fonte iconográfica 23 apresenta já o novo prédio do Grupo Escolar José de Paiva após reformado, nesse momento seu nome já era Papa João XXIII. Essa imagem registra um momento de descontração, de atividade lúdica, porém a paisagem é parecido com uma vista “desértica” (terra e poeira, ausência de árvores, isolamento), não se parece com um pátio lúdico, higiênico e apropriado para as crianças brincarem. Mas, mesmo assim as crianças parecem satisfeitas num espaço que já são acostumadas a brincarem de futebol, com roupas normais do dia a dia. O que mostra que o uso do uniforme não era exigido poderia ser apenas nas apresentações escolares como na fotografia da apresentação do dia 7 de setembro, ou talvez a questão do uso do uniforme deste Grupo Escolar dependesse da dinâmica de cada diretor.

O ensino público chegou a Cachoeira Dourada em 1960, e até o final dessa década já existiam três Grupos Escolares, contribuindo com a construção de determinados valores e costumes idealizados que iam além do ensino de ler e escrever. Pensando assim, devemos tentar entender como foi o cotidiano dessas escolas desde o início de sua implantação até o início da década de 1970, as dificuldades que enfrentaram no decorrer desse tempo, as suas práticas pedagógicas, as suas comemorações festivas e cívicas e as representações que carregaram em seu dia a dia.

CAPÍTULO III

VIDA ESCOLAR COTIDIANA EM CACHOEIRA DOURADA, 1960–1971

Falar da vida escolar diária em Cachoeira Dourada é pensar que se iniciou anteriormente, com a criação do primeiro Grupo Escolar, o Tombo D'água, com as escolas particulares nas residências das professoras e as escolas isoladas nas fazendas, porém vamos colocar nossas lentes focadas a partir da década de 1960. Podemos imaginar uma cena, até então, inédita que ocorreu nesta comunidade: os pais levando seus filhos para uma instituição escolar, algo novo no cotidiano daquela população. Os prédios dos Grupos Escolares com sua nova arquitetura passaram a fazer parte do cenário do distrito goiano, e entendemos que essas edificações também tiveram uma função importante para toda a sociedade cachoeirense que foi a inserção da escola pública na região, institucionalizando-se a alfabetização (escola primária) e possibilitando novo tipo de inserção social dessas crianças. Souza (1998, p. 123) ao se referir aos primeiros Grupos Escolares afirmou que estes tiveram uma grande importância na arquitetura das cidades do início da República, as escolas passaram a ocupar lugares distintos, como “novos templos” de progresso, “templos do saber”.

[...] o edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente (SOUZA, 1998, p. 123)

Guardadas as devidas proporções, os Grupos Escolares em Cachoeira Dourada da década de 1960 também modificaram a vida cotidiana local, promovendo a reflexão da população sobre os novos espaços. Muitas outras fontes levantadas nessa pesquisa mostram cenas do cotidiano de Cachoeira Dourada e seus Grupos Escolares, mas são fontes de natureza diferentes, já que não foi possível localizar os mesmos tipos de fontes para cada escola. Enquanto foi possível achar fontes como boletins e cadernos de ex-aluno de uma escola, em outra só encontramos atas, livros de matrícula e de ponto, ou seja, documentos que mostram diferentes lados da vida escolar. Mas encontramos algumas fotografias de todas as instituições. Este é um problema sempre recorrente para os pesquisadores, encontrar fontes nos arquivos escolares. Algumas escolas cuidam de manter seus documentos antigos em arquivos. Outras já não se importam muito em preservar suas memórias.

Essas diferenças de fontes dificultaram fazer um estudo comparativo da vida escolar entre as três escolas para saber como era o cotidiano das escolas públicas e da escola que tinha um vínculo “privado”, para se conhecer melhor a relação entre as esferas pública e privada do local. Principalmente compreender o processo de funcionamento do segundo Grupo Escolar decorrente da parceria público e privado, que era mantido por um consórcio de empresas construtoras da UHE para os filhos dos seus funcionários, estava assim cumprindo LDB de 1961, que dizia que as grandes empresas eram responsáveis pela escolarização dos filhos de seus funcionários. Já o terceiro grupo era uma escola estadual e mantido pelo governo municipal, apesar disso, foi possível fazer uma leitura de alguns aspectos que aconteceram em um Grupo Escolar público e outro “particular” no contexto da discussão sobre a relação público e privado na educação que permitem entender um pouco da vida escolar em Cachoeira Dourada de Goiás.

Os livros de registros que foi possível serem consultados de dois Grupos Escolares contemplam um caderno contendo atas de reunião, recibos, termos e circulares, entre outros, e no caso do Grupo Escolar público encontramos livro de ponto e livros de matrícula. Já sobre o Grupo Escolar “privado” foi possível achar somente um livro de matrícula e livros de ponto, em uma dessas fontes foi encontrado um bilhete de uma mãe destinado a uma professora, a folha de caderno ficou preservada dentro do livro. Através dessas fontes foi possível fazer algumas reflexões sobre o processo de registros escritos de atividades do dia a dia da escola, desde a etapa de matrícula até as contribuições para o caixa escolar.

3.1 Registros de atividades dos Grupos Escolares

O Livro de atas de resultados finais – entre os anos 1965–1970, do grupo Tombo D’água é um caderno de cem folhas com registros manuscritos. O livro apresenta vários registros, dentre eles atas de reuniões, das festividades, de exames finais, de formaturas, de matrículas, de posse da diretora e termos de compromisso, admissão de funcionários, recebimentos de material pedagógico e de limpeza, recebimentos de mantimentos para merenda, relato de doação da construção de uma cantina.

Esses registros são muito interessantes porque possibilitam pensar em algumas questões. Uma delas é a seguinte: porque não ter um livro para cada tipo de registro visando organizar os registros da escola? Ou seja, não seria mais racional ter um livro de atas de reunião (escolar, de professores, pais e mestres), um livro de termos de visita e um de termos de entrada de professores, e outro livro de recibos? Penso que isso facilitaria a organização e a escritas desses livros na secretaria. Assim, o fato de ter um livro somente para vários tipos de documentos pode ser devido ao caso de que os materiais eram escassos, ou seja, tinham que aproveitar ao máximo cada caderno brochura adquirido para uso. Mesmo esta escola sendo

estadual certamente seus recursos eram poucos, pois recebiam da caixa escolar contribuições em forma de material escolar, como mostra esta citação de ata:

Recebi os materiais abaixo discriminados destinados a Caixa Escolar do Grupo Escolar Tombo D'água: 49 (quarenta nove) lápis preto/ 49 (quarenta nove) lápis preto/23 (vinte e três) borrachas/32 (trinta e dois) lápis preto/ 50 (cinquenta) *cadernos*/ 2 (duas) caixas de lápis de cor/ 1 (uma) caixa de giz [sic]/ 12 (doze) canetas/ 2 (duas) caixas de lápis de cera (RIBEIRO, 1965, p. 28; grifo nosso).

O Livro de atas de resultados finais – anos 1965–1970 não foi preenchido até a última página (faltaram dez páginas). O Quadro 4 mostra períodos em que aconteceu a escrita de atas neste livro.

QUADRO 4. Mapa das reuniões no Grupo Escolar Tombo D'água

Data	Assunto da Ata	Quem escreveu
20 /2/ 1965	Matrícula dos alunos	Maria Bueno – Professora e Diretora
01/3/1965	Adesão da diretora ao Grupo Escolar	Maria Bueno – Professora e Diretora
01/3/1965	Comparecimento do número de alunos por série.	Maria Bueno – Professora e Diretora
20/3/1965	Termo de visita da delegada de ensino	Maria Bueno – Professora e Diretora
20/3/1965	Ata de posse da diretora	Maria Bueno – Professora e Diretora
01/04/1965	Recibo de matérias de limpeza	Maria Bueno – Professora e Diretora
01/04/1965	Entrada de funcionários no Grupo Escolar	Maria Bueno – Professora e Diretora
27/04/1965	Visita da Inspetora da merenda escolar	Maria Bueno – Professora e Diretora
28/04/1965	Reunião de corpo docente	Maria Bueno – Professora e Diretora
09/05/1965	Festa do dia das mães	Secretário da presente reunião: Tabelião: Domingos Theodoro (pai de aluno)
02/08/1965	Entrada de professor no Grupo Escolar	Maria Bueno – Professora e Diretora
02/08/1965	Atividades realizadas pelos professores no Grupo Escolar	Maria Bueno – Professora e Diretora
15/08/1965	Entrada de zeladora no Grupo Escolar	Maria Bueno – Professora e Diretora
07/09/1965	Festividades sobre a Independência do Brasil	Secretário da presente reunião Topógrafo : Nicomedes Lindolfo de Freitas (pai de aluno)
23/09/1965	Festividades do dia da árvore	Ozório Antônio de Castro – Professor
08/10/1965	Entrada de professor no Grupo Escolar	Maria Bueno – Professora e Diretora
20/10/1965	Construção de uma cantina pela subprefeitura.	Maria Bueno – Professora e Diretora
05/11/1965	Recebimento de material para o caixa escolar	Maria Bueno – Professora e Diretora
23/11/1965	Contribuição dos alunos para pagamento de provas finais.	Maria Bueno – Professora e Diretora
22/11/1965	Recibo de materiais escolares da secretaria de Educação.	Maria Bueno – Professora e Diretora
25/11/1965	Diversas atas de exames finais.	Professor regente de cada série
05/15/1965	Entrega de diplomas dos formandos do 4º ano	Secretário da presente reunião: Tabelião: Domingos Theodoro (pai de aluno)
25/05/1968	Reunião de pais e mestres	Hélio Afonso Ribeiro – Professor
07/09/1968	Festividades sobre a Independência do Brasil	Hélio Afonso Ribeiro – Professor
16/08/1969	Reunião de mestres	Hélio Afonso Ribeiro – Professor
17/08/1969	Reunião de pais e mestres	Crinaura Terezinha Lopes – Diretora
20/09/1969	Reunião de mestres	Crinaura Terezinha Lopes – Diretora
21/09/1969	Reunião de pais e mestres	Hélio Afonso Ribeiro – Professor
09/11/1969	Reunião de pais e mestres	Crinaura Terezinha Lopes – Diretora
10/11/1969	Diversas atas de exames finais.	Professor regente de cada série
28/11/1970	Diversas atas de exames finais.	Professor regente de cada série

Fonte: Grupo Escolar Tombo D'Água (1965–1970)

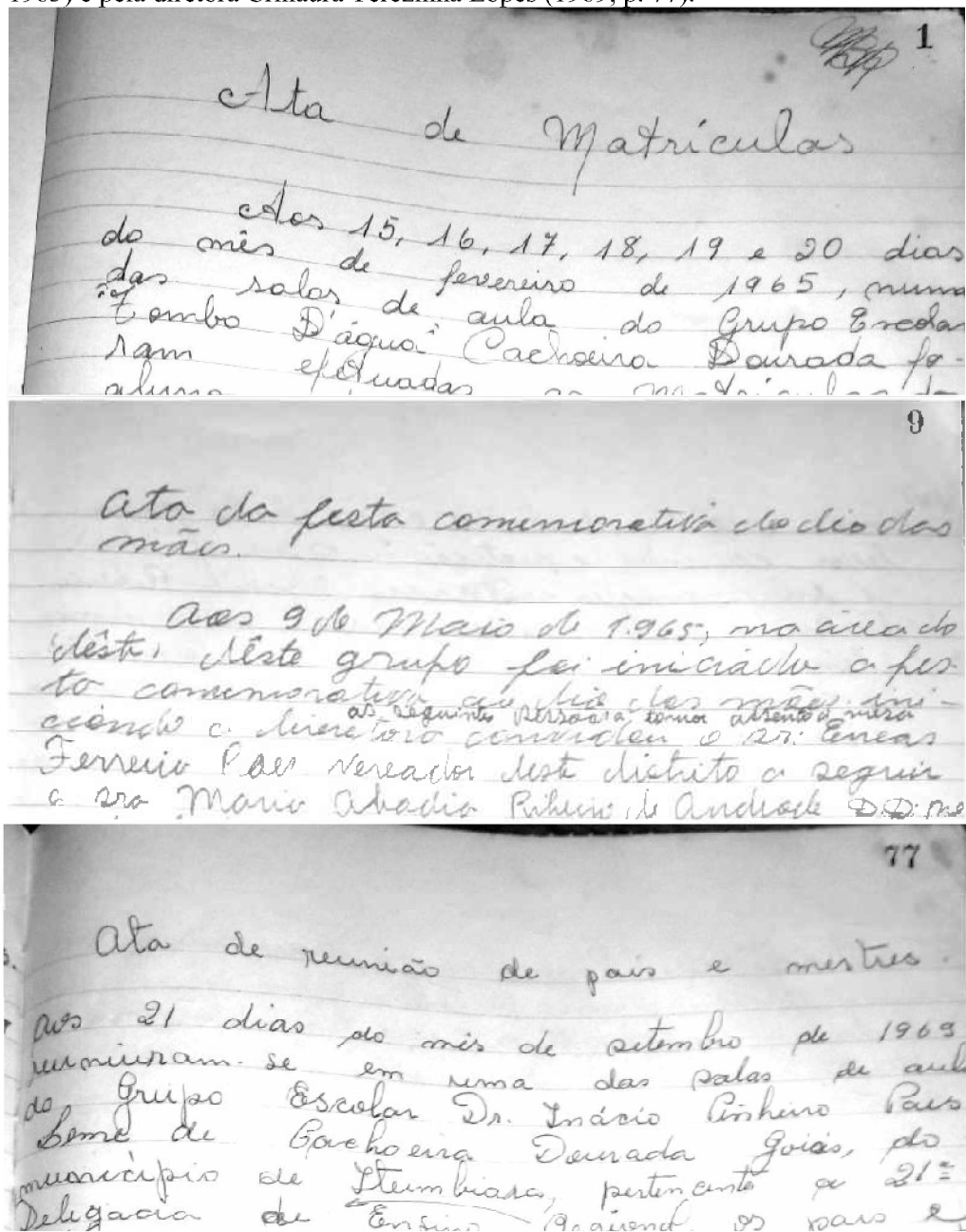
A maioria das atas era feita pela diretora, professores e pais de alunos presentes nas reuniões, pelo que pesquisamos eram escolhidos os que tinham habilidades com a escrita. Outra observação é que não aparece nenhuma ata escrita pela secretaria do Grupo Escolar. Em outras anotações encontrei o nome da secretaria Eny do Prado, uma aluna recém-formada do Grupo Escolar Tombo D'água. Portanto a mesma deveria estar aprendendo ainda a função de secretaria já bem no final da década de 1960. Como podemos ver no Quadro 4, foram utilizadas 90 folhas desse livro de atas que continham 100 folhas numeradas.

Outra observação é que no ano de 1965 todos os acontecimentos eram registrados nesse livro, entendemos que em 1966 a diretora saiu de licença e a professora que a substituiu não registrou mais nenhum acontecimento ocorrido neste Grupo Escolar. E no final da década de 1960 também quase não houve atas de cunho pedagógico. O uso deste livro foi mais para o registro das avaliações, ou seja, dos Exames finais, onde era anotado o nome de cada aluno, as médias e a palavra aprovado ou conservado (conservado significava o mesmo que reprovado).

Pelas caligrafias presentes no livro, podemos afirmar que muitas pessoas escreveram no livro, dentre diretoras, professores e cidadãos da comunidade escolar. Pelo fato de que as diretoras assumiam a responsabilidade da escrita das atas e de outros documentos, por isso, acreditamos que tinham poucos funcionários além das professoras, quer dizer, faltava pessoal para preencher documentos da burocracia escolar. Portanto a diretora acumulava as atividades de direção e docência e ainda de secretaria, fazendo atas, matriculando aluno, dentre outros.

Pode ser também que para fazer esse tipo de registro fossem necessárias pessoas mais familiarizadas com esse tipo de documento. Podemos pensar que para fazer uma ata de reunião a pessoa precisa ter capacidade de memorizar as falas e montar um texto com rapidez, ter conhecimentos de gramática, ortografia e termos técnicos, dentre outros. Talvez por isso alguns pais que tivessem mais habilidades para escrever ficassem responsáveis por fazer a ata de três reuniões, pois eles não pertenciam ao grupo de funcionários deste Grupo Escolar, então pode ser que fosse um dos poucos moradores do Distrito que tivessem capacidade para fazer uma ata (FIG. 24).

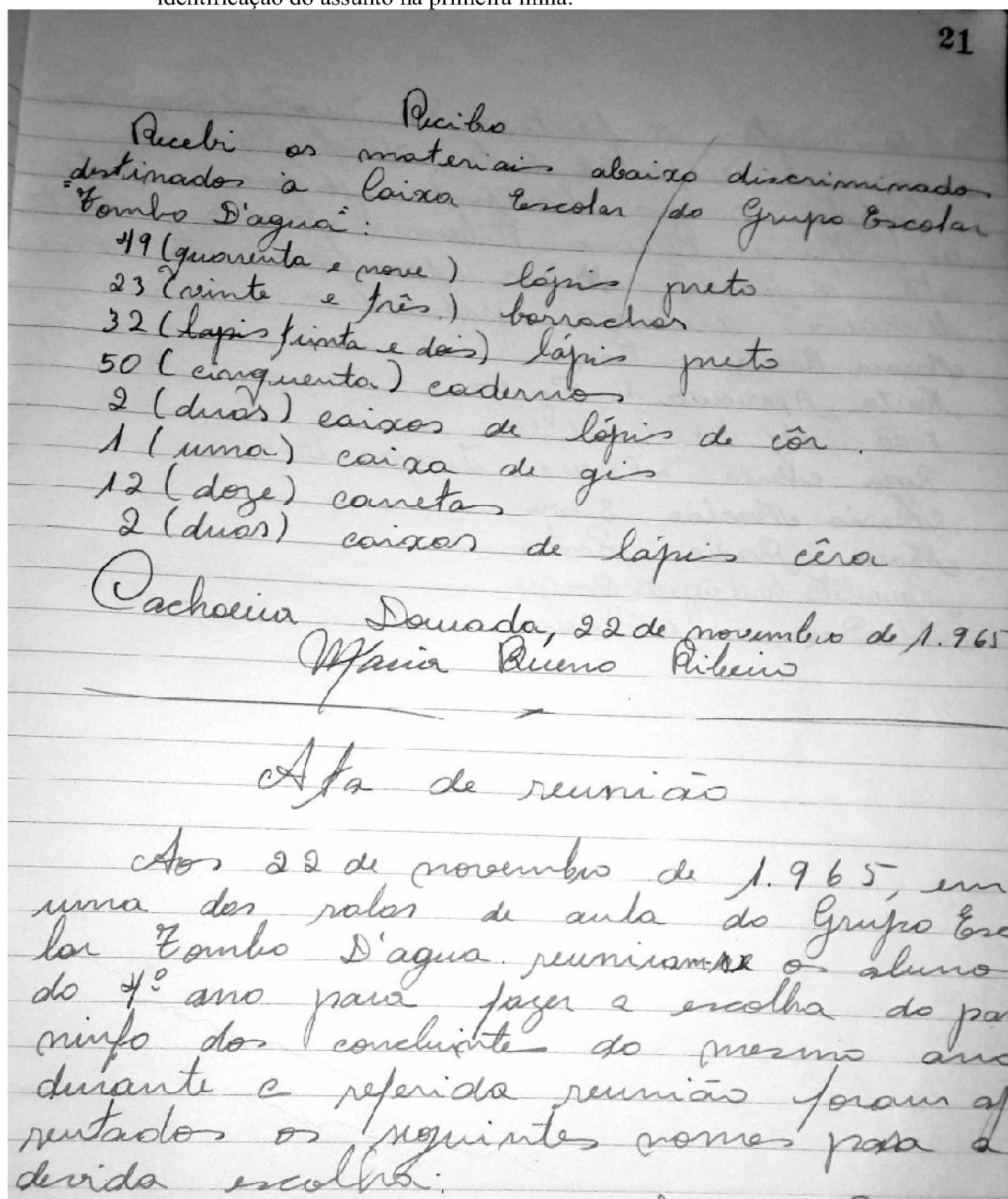
FIGURA 24. Atas do Grupo Escolar Tombo D'água feitas e assinadas pela diretora Maria Bueno Ribeiro (p. 1, 1965), por seu marido, Domingos Theodoro Ribeiro (p. 9, 1965) e pela diretora Crinaura Terezinha Lopes (1969, p. 77).



Fonte: Grupo Escolar Tombo D'água (1965, p. 1; 9; 77)

As atas, os recibos, os termos e demais documentos foram anotados sequencialmente e sua separação foi feita mudando de página em muitas vezes e em algumas vezes pondo um traço separando um texto do outro, como no caso de uma ata e um recibo. No geral o livro apresenta organização dos tipos de textos identificando na primeira linha o assunto, ou seja, se é ata, se é recibo, que em geral são os que têm mais de uma página (FIG. 25).

FIGURA 25. Aproveitamento da mesma folha para anotar recibo e ata; sequência de páginas com identificação do assunto na primeira linha.



Fonte: Grupo Escolar Tombo D'água (1965, p. 1; 9; 77)

A quinta pessoa que escreveu no livro foi na época da direção da professora Maria Bueno, a escrita foi de um recibo de doações para a caixa escolar (FIG. 26). O que está diferente é que a diretora iniciou a redação e terminou, mas deixou que alguém anotasse nomes de alunos no meio. Pode ser que esse alguém tenha assumido a redação porque a demanda era tão grande que a diretora tinha de fazer outros serviços da secretaria.

Pensando que a diretora da escola exercia diferentes atividades, pode ser que tenha deixado outra pessoa anotando os nomes de alunos que contribuíram para a caixa escolar para cuidar de algum outro serviço, e depois voltou para concluir a redação e assinar o registro do recibo. Esses nomes escritos nesta ata eram os que contribuíram para comprarem as provas dos exames finais da Subsecretaria Estadual de Morrinhos. Essas atas e outros documentos anotados no livro foram escritos na maioria pela diretora Maria Bueno e a mesma era também professora.

O livro de matrícula do Grupo Escolar Cachoeira Dourada que encontrei era do ano de 1964, continha 50 folhas e foram preenchidas 31 páginas, todas elas escritas pela diretora Terezinha Tannús. Já o livro de matrícula do Grupo Escolar Tombo D'água, de 1967 a 1968 continha 50 páginas e foram preenchidas 42. As escritas que existem nele parecem ter sido preenchidas por vários professores, pois nele aparecem caligrafias parecidas com as de outras fontes pesquisadas como diários e registros dos professores dos anos de 1965 a 1969.

Ao ler um dos registros do Livro de Ata do Grupo Escolar Tombo D'água, logo na primeira leitura a diretora Maria Bueno estava relatando a atividade ocorrida naquele dia. “Aos 15, 16, 17, 18, 19 e 20 dias do mês de fevereiro de 1965, numa das salas de aula do Grupo Escolar Tombo D'água em Cachoeira Dourada, foram efetuadas as matrículas dos alunos, pelas professoras” (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965, p. 1).

Esse fato nos leva a pensar nas instalações do Grupo Escolar. Entende-se pela fala da diretora que não tinha uma secretaria com espaço suficiente nesse Grupo Escolar, porque as matrículas estavam acontecendo numa das salas de aula. Tal prática nos leva a pensar que o espaço escolar não foi bem pensado ou planejado para a realização de todas as práticas escolares (burocráticas ou pedagógicas), pois a sala de aula é lugar da prática e do processo ensino-aprendizagem e não da prática de documentação escolar. Nesse caso, é importante entender a construção dos prédios dos Grupos Escolares de Cachoeira Dourada, ainda mais quando se dizia que o governo goiano de Otávio Lage (1966–71) construiu, “[...] nas cidadezinhas e distritos quase que desconhecidos da capital [...] modernos Grupos Escolares, de engenharia da melhor” (BASTOS, 1971, p. 143).

3.2 Arquitetura dos Grupos Escolares de Cachoeira Dourada

A arquitetura escolar representa uma época histórica manifestam-se através de suas construções, os significados e representações dos pensamentos de uma determinada época da sociedade. Ao observarmos as edificações das escolas podemos entender vários sentidos e significações históricas de um povo no tempo e no espaço. Segundo Argan (1998) a arquitetura é tudo o que pertence a edificação e é com suas técnicas que se formam a entidade

social da cidade. “Assim como a pintura é figurativa, a arquitetura é por excelência representativa”. E o mesmo aconteceu com alguns dos primeiros Grupos Escolares de várias cidades do país que se tornaram verdadeiros palácios arquitetônicos

A edificação escolar produz conhecimento histórico e memória, ao observarmos essas instituições podemos ver nelas um repleto significado de representações, ou seja, como as pessoas reconhecem a sociedade que vivem. Assim a arquitetura escolar passa a ser um objeto de pesquisa para a investigação histórica. Sabemos que todo prédio escolar foi projetado e desenhado por uma pessoa que imaginou ali acontecer algumas atividades relacionadas ao convívio de pessoas de um determinado grupo.

De acordo com Souza (1998), os Grupos Escolares foram escolas importantes para a formação educacional de muitos brasileiros. Essas escolas passaram a ocupar lugares distintos nas cidades com sua imponente arquitetura chamados de “novos templos” ou “templos do saber”.

O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente (SOUZA, 1998, p. 123).

O estudo da arquitetura dos edifícios escolares serve para aprofundar pesquisas sobre as instituições escolares. Temos de ser cautelosos aos espaços presentes nesses estabelecimentos: salas de aula, pátios, bibliotecas, laboratórios, cantinas e quadras e outros que possam aparecer. São importantes. Não são neutros. Trazem um sentido e uma história. Sabemos que a escola é o local de transferência/construção de valores para dada sociedade. Sobre o pátio da escola Faria Filho (2014) nos fala sobre a importância do pátio escolar ser separado da rua para poder manter a ordem e proteger as crianças dentro do espaço escolar.

A busca em separar a escola da rua implicou também, e fundamentalmente, na criação do pátio escolar, um espaço de transição, inexistente nas escolas isoladas e que permitia, ao mesmo tempo, fazer com que os (as)alunos saíssem da rua, dando-lhes maior segurança e afastando-os(as) de sua influência maléfica, mas também permitia evitar que adentrassem a sala de aula no mesmo ritmo que vinham da rua. [...] Nesse sentido, o pátio escolar, presente nas “plantas tipo” de todos os Grupos Escolares, significava a “passagem” de uma ordem à outra, de uma cultura a outra, onde a fila cumpria o importante papel de imposição de uma postura espaço-corporal necessária à ordem escolar (FARIA FILHO, 2014, p. 94).

Realmente o espaço que foi delimitado entre o pátio e a rua foi bem planejado pelos arquitetos e pensadores da educação desde o final do século XIX, com a criação dos Grupos Escolares. Esse espaço escolar é um lugar de surpresas e acontecimentos que às vezes nem os professores sabem dos valores e ações as quais os alunos são envolvidos ao se socializarem.

Em 1971, a imprensa disse que o governo Otávio Lage deixaria Goiás com um saldo de mais de duas mil escolas primárias, nesse mesmo ano, a denominação “Grupos Escolares” deixaria de existir com a reforma promovida pela Ditadura Militar. O modelo arquitetônico foi ilustrado com a fotografia da Figura 27:

FIGURA 27. Grupo Escolar criado pelo governo de Otávio Lage e apresentado com modelo de escola criada no interior de Goiás



Fonte: Bastos (1971, p. 143).

Essa fonte iconográfica mostra um espaço escolar bem separado da rua pela cerca de tela e talvez de arame farpado em cima, um pátio gramado e com um parque equipamentos de brincadeira como: balanço e gangorra infantil. Também vemos um prédio de dois andares com uma arquitetura que se difere da casa antiga ao fundo, como no caso do telhado e das janelas, e também com abastecimento de energia elétrica. Segundo os autores Viñao Frago e Escolano (1998), o espaço escolar é um importante acontecimento social e material pertencente a história da escola que possui também uma função educativa. “O espaço não é neutro. Sempre educa” (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 75).

Para Escolano, a arquitetura escolar “cumpre determinadas funções culturais e pedagógicas” e pode ser considerada como um constructo cultural e histórico, uma vez que “define o espaço em que se dá a educação formal e constitui um referente pragmático que é utilizado como realidade ou como símbolo em diversos aspectos do desenvolvimento curricular”.

Esse modelo arquitetônico é diferente da edificação do Grupo Escolar Tombo D’água (FIG. 28) e parecido com o Grupo Escolar Cachoeira.

FIGURA 28. Grupo Escolar Tombo D’Água 1960, posteriormente Grupo Escolar Dr. Inácio Pinheiro Paes Leme – 1970



Fonte: Subsecretaria Estadual de Educação de Itumbiara. Fotografia: não identificado

A Figura 28 exhibe a primeira escola pública graduada de ensino primário de Cachoeira Dourada, a escola: Grupo Escolar Tombo D’água começou composto por quatro salas de aulas, sendo um professor para cada sala. O número inicial de alunos era de 160. Foi o responsável por disseminar o ensino elementar na região desde o início da década de 1960. Possivelmente a primeira diretora e os primeiros professores dessa escola, passaram por momentos difíceis no início de seu funcionamento. Pois tiveram que organizar e oferecer uma educação pública e com o mínimo de qualidade para toda a comunidade.

Ao observar na fonte iconográfica vemos que no Grupo Escolar Tombo D'água havia um amplo espaço embora de terra, e não grama, não existia um muro cercando a escola da rua e das outras casas, o limite era um cerca com arames, como era costume na maioria das casas na época. Também não existia energia elétrica, o que era de espantar porque no Distrito já existia uma UHE que gerava energia e a transmitia para outras cidades, inclusive a capital de Goiás – Goiânia e a capital do Brasil – Brasília.

Analisando a arquitetura do Grupo Escolar Tombo D'água, é perceptível a diferença com o grupo construído pelo governador Otávio Lage, por sua vez também diferente dos primeiros Grupos Escolares criados na cidade de São Paulo e também nas outras capitais dos estados brasileiros. A desigualdade da arquitetura desse Grupo Escolar construído em Cachoeira Dourada se dá talvez pelo fato de dividir os poucos recursos municipais entre as escolas municipais e estaduais. Provavelmente ao vivenciarem tal situação, os políticos procuraram economizar na compra dos materiais de construção, criando então uma escola menos aprimorada. Contrastando com os primeiros Grupos Escolares, como assinala Souza (SOUZA, 1988).

O Estado designava para os municípios goianos construírem com as verbas municipais as escolas estaduais, sendo esta a história do começo deste Grupo Escolar. O município de Itumbiara arcou por muito tempo com algumas das despesas desta escola. Os políticos goianos entre as décadas de 1950 a 1960 justificavam aos prefeitos do município a carência de recursos estaduais para investir e implantar os Grupos Escolares, embora soubessem da importância e necessidade deles para ensinar a ler o grande número de analfabetos que existiam nesta época no Brasil.

De tal modo, que entraram em acordo os representantes políticos de cada município, e construíram as escolas estaduais com verbas municipais. Portanto o município de Itumbiara arcou com as despesas de todo o prédio e também contratou novos professores e funcionários. Com o passar dos anos o Estado começou a se responsabilizar pelas despesas desse Grupo Escolar (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965–1970).

Então, diferente dos Grupos Escolares e dos grupos construído no governo de Otávio Lage, analisando as estruturas arquitetônicas do Grupo Escolar Tombo D'água, como já dissemos que ela era uma escola estadual subvencionada pelo município de Itumbiara, construída no final da década de 1950, esta escola apresentava uma arquitetura parecida com a de algumas das escolas rurais, escolas isoladas ou reunidas em Goiás. Como mostra esta fonte iconográfica da escola rural de Jaraguá em Goiás, sendo esta de 1892.

FIGURA 29. Escola Rural na fazenda Itajá, Jaraguá, Goiás



Fonte: Acervo de documentos da Rede de Estudos de História da Educação de Goiás. Arquivo acessado em 20 de junho 2017.

Nesse sentido, podemos pensar que a arquitetura do Grupo Escolar tem seus significados de acordo com os contextos. Então o Grupo Tombo D'água parecia com antigos prédios escolares, no caso as escolas isoladas, e não com a modernização das escolas através dos prédios com arquitetura imponente. Podemos pensar que era um Grupo Escolar, mas parecido com uma escola isolada.¹⁹

O contrário é o que aconteceu com o segundo grupo: Grupo Escolar Cachoeira Dourada construído em 1963 pela CELG, em 1968 passou a se chamar Instituto Novo Goiás - Ingo. Foi uma escola projetada para os filhos dos funcionários, apresentou uma estrutura diferenciada quanto ao primeiro Grupo Escolar Tombo D'água.

FIGURA 30. Etapa de construção do Grupo Escolar Cachoeira Dourada, 1963



Fonte: Acervo particular: Terezinha Ribeiro Tannús

Sua arquitetura foi mais arrojada para a época na quente região goiana, oferecia amplas e arejadas salas de aulas com extensas janelas compostas de muitos vidros, nos

¹⁹ Escola isolada foi um padrão de escola em que as aulas ficavam a cargo de um professor, que também cuidava de questões da escola muitas vezes e leciona em sua casa, ou então em espaço alugado que alugava. Na escola isolada estudavam alunos de idades e graus de conhecimento variados. Era um modelo de escola marcado pela falta de professor qualificado, material adequado e de alunos, cuja frequência era escassa (GIL, 2011).

banheiros foram colocados grandes espelhos e pedras de mármore nas pias. Os corredores eram cobertos com pilastras de concreto. Nessa fotografia percebemos que essa parte do pátio não era calçada, mas do outro lado deste pavilhão tem um pátio coberto e cimentado. Inicialmente o Grupo Escolar Cachoeira Dourada não possuía cercas, o espaço escolar era todo aberto e no início de suas atividades os alunos não tinham merenda escolar e assim aproveitavam o espaço aberto no horário do recreio e iam até às suas casas para lancharem. (MORADOR, 7).

A diretora Terezinha Tannús relata a entrada dos alunos no primeiro dia de aula no Grupo Escolar Cachoeira Dourada, recém construído na Vila Operária.

No dia 5 de maio de 1964 todos nós fomos para a “Escolinha” pela manhã e em fila formada de dois em dois, nos dirigimos para o novo e definitivo Grupo Escolar Cachoeira Dourada. A construção constituía de seis amplas salas com grande quadro verde, um belo pátio coberto, banheiros masculino e feminino, uma pequena cozinha e área de serviço. Do outro lado ampla sala, banheiro e três salas para a diretoria. As professoras e os alunos vibravam com o espaço e conforto individual de cada um (TANNÚS, s. d., p. 11).

Na época que ergueram a terceira escola, o Grupo Escolar José de Paiva (ver FIG. 6, cap. 2), o distrito de Cachoeira Dourada apresentava um número maior de moradores, estavam estabelecendo a terceira etapa da UHE no final da década de 1960. Neste momento havia um desejo de progresso e modernização em toda a população, a maioria estava empregada na construção da UHE ou no comércio local, assim havia nas pessoas um sentimento de esperança com vários planos futuros. E a construção de mais um Grupo Escolar era um prestígio político para o município.

O Grupo Escolar José de Paiva foi instalado pelo município de Itumbiara em convênio com o MEC-PNE, no final da década de 1960, representando já uma arquitetura diferenciada do Grupo Escolar Tombo D'água. Sendo mais parecida com a escola construída pela CELG, com amplas janelas de vidro, corredores coberto, apresentava um telhado diferente da primeira escola e mais parecido com o segundo Grupo Escolar. Os corredores eram cobertos e o pátio para os alunos brincarem era de terra.

Representações pedagógicas nos Grupos Escolares de Cachoeira Dourada

Os republicanos do início do século XX encarregaram os Grupos Escolares de desenvolver uma função social, a escola teria então o papel de inculcar nos cidadãos brasileiros os valores de civilidade, moralidade e ainda desenvolver atividades pedagógicas diferenciadas das antigas escolas isoladas. A principal característica dos Grupos Escolares

segundo Souza (1998) era fazer a diferença na educação dos homens brasileiros, objetivando legitimar o regime Republicano.

Dentro do espaço escolar existiam várias representações que envolviam as crianças, as famílias e também a comunidade, todos participantes direta ou indiretamente do projeto de constituição da nacionalidade brasileira. Alguns dos valores incutidos eram: os cultos aos heróis da pátria, a ordem e bons costumes e a valorização do trabalho. A escola passou a ser então um local em que o estado pudesse repassar seus discursos e intenções políticas, influenciando a população através do seu currículo.

Para que a população pudesse adquirir os novos hábitos de civilidade teriam que ir até a escola e participar deste novo espaço. Com esse fim, desse modo, foram pensadas e organizadas as festas cívicas. O calendário festivo se estendia ao longo do ano, incluindo a recepção a personagens ilustres e autoridades, além da celebração de datas comemorativas. “Dentre as práticas utilizadas nessas celebrações estava o canto de hinos patrióticos” (NASCIMENTO, 2006, p. 162).

A escola consecutivamente foi e é um espaço de autoridade, uma localidade de apropriações de conhecimentos, valores e comportamentos instituídos por diferentes membros de uma comunidade. Foi através dos Grupos Escolares que muitas crianças passaram a ter mais noções de: higiene, limpeza, respeito à hierarquia, amor pela escola acima de tudo aprenderam a ter uma noção de tempo diferenciada daquela que havia em casa ou nas escolas isoladas. Uma das principais funções dessa escola era a intensa importância que se dava aos significados e aspectos do cotidiano escolar: o uniforme, o caderno, as comemorações, os hinos e etc. Além do ler escrever e contar (SOUZA, 1998).

Algumas dessas características foram possíveis de se encontradas nas fontes dessa pesquisa, sendo elas a ideia de ordem e civismo como na organização de filas de alunos para cantar hinos do Brasil, na comemoração de cívicas e na celebração de datas comemorativas, além disso mostraram aspectos do cotidiano escolar como o uso de uniforme e de caderno. São materiais que caracterizam o Grupo Escolar como um espaço que tem normas, suas formas de fazer a atividade escolar, dentre outros. Com a chegada dos Grupos Escolares em Cachoeira Dourada no início da década de 1960, a comunidade cachoeirense os receberam satisfatoriamente por representarem símbolos de progresso ainda na segunda metade do século XX, especialmente para um Distrito recém-organizado e tendo uma grande perspectiva de trabalho para sua população, que era a construção da UHE. As famílias queriam muito que seus filhos estudassem no novo Grupo Escolar, para poderem futuramente ter um bom emprego na UHE.

Souza (1998, p. 91) confirma:

Os republicanos deram à educação um lugar de destaque, sendo o Grupo Escolar representante dessa política de valorização da escola pública; dessa forma, eles conferiam a um só tempo: visibilidade à ação política do Estado e propaganda do novo regime republicano. Criar um grupo escolar tinha um significado simbólico muito maior do que a criação de uma escola isolada, cuja precariedade mais se assemelhava às condições da escola pública no passado imperial com o qual o novo regime queria romper. Em certo sentido, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades aliava-se às grandes forças míticas que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência e na civilização.

Essas instituições continuaram a representar tal imaginário social depois de tantos anos, assim, nesse ambiente de novidades e de curiosidades que os pais dessa região traziam seus filhos para estudarem no primeiro Grupo Escolar de Cachoeira Dourada – Tombo D’água. Recebeu alunos estudantes das escolas rurais, próximas dessa comunidade e outros de escolas particulares que existiam nas casas nesse Distrito. E muitos deles vieram estudar pela primeira vez, pudemos observar na leitura do livro de matrícula desta escola do ano de 1962, nele havia alguns alunos matriculados com idade mais avançada nas séries: Pré-inicial, 1º ano e também no 2º ano. O desejo social de acesso a escola era bastante difundido na sociedade local, isso pode ser constatado pela diversificação das atividades profissionais dos pais dos alunos matriculados nessa escola, vejamos o quadro a seguir.

QUADRO 5. Profissões dos pais de Cachoeira Dourada, 1964–8

Alfaiate	Eletrotécnico	Mecânico
Apropriador	Encanador	Motorista
Apontador	Encarregado de almoxarife	Montador
Auxiliar Contábil	Encarregado de concreto	Operador de máquinas
Auxiliar de manutenção	Encarregado Escavação	Pedreiro
Armador	Fazendeiro	Pescador
Auxiliar Topografia	Feitor	Pintor
Barbeiro	Fiscal	Servente
Bombeiro	Fiscal de Concreto	Sinaleiro
Cabeleireira	Guarda	Soldador
Carpinteiro	Guarda Fiscal	Telegrafista
Doméstica	Lavrador	Torneiro
Draguista	Marteleiro	Topógrafo
Eletricista	Marceneiro	Tratorista
Escriturário	Meeiro ou agregado	Vaqueiro

Fonte: Grupo Escolar Cachoeira Dourada (1964, livros de matrícula); Grupo Escolar Tombo D’água (1967–68, livros de matrícula).

É visível as variedades de profissões que existiam no Distrito de Cachoeira Dourada na década de 1960. E a maioria das famílias era oriunda de outros lugares que possivelmente já tivessem trabalhado em outras construções como essas da UHE. Analisando Quadro 5, vimos várias profissões que já não existem mais como: marteleiro, meeiro e outras comuns existentes numa comunidade como: barbeiro, cabelereiro e doméstica, essas são existentes até hoje. Pode – se pensar que vieram para este povoado de Cachoeira Dourada trazendo suas diferentes culturas, e também levaram consigo alguns costumes locais quando foram embora.

Pelas atividades que foram desenvolvidas nos Grupos Escolares na década de 1960 à 1970, observamos que inicialmente houveram dificuldades na implantação e organização do ensino público primário. Mas também foi uma época de grandes expectativas na região, pois a construção da UHE era um investimento governamental altíssimo. Portanto a criação dos Grupos Escolares em Cachoeira Dourada foi uma consequência desse processo vindo para o interior de Goiás desde meados da década de 1950.

Essas instituições com suas práticas educativas envolveram toda uma comunidade e impuseram seus valores. Pois, ao adentrar nesses estabelecimentos o indivíduo tinha que se inserir num novo ambiente composto por algumas regras e hábitos. Algumas dessas regras eram mais rígidas, mas, deveriam ser seguidas por todos para seguindo os preceitos da época, formarem cidadãos brasileiros no ambiente escolar.

Os três Grupos Escolares do então Distrito: Tombo D'água, Cachoeira Dourada e José de Paiva, revelam muitas memórias de fatos acontecidos nas várias famílias cachoeirenses e nas famílias de migrantes, especialmente, observando-se, suas representações pedagógicas e conceitos sociais repassados ao passar desse tempo. Estes valores foram inculcados consciente ou inconscientemente na personalidade dos moradores daquele período, construindo assim uma memória coletiva que pode ser percebida na história política, econômica e social dessa localidade.

Segundo Halbwachs (2006), as lembranças das práticas sociais vividas por um determinado grupo de pessoas são chamadas de memórias coletivas. E que “cada um dos grupos tem uma história.” E são essas histórias que apresentam que se tornam memórias coletivas. Por memória coletiva o sociólogo Maurice Halbwachs (2003, p. 30) conceitua:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.

A adesão da memória individual e da memória coletiva se tornam imprescindíveis ao sujeito. É preciso utilizar das duas memórias para que os fatos do passado sejam melhores recordados dentro de suas minúcias. É melhor que haja então um elo entre a memória individual e a coletiva para que tenhamos um melhor entendimento das práticas do passado. Assim, tivemos o privilégio de ler as memórias da diretora Terezinha Tannús, e também de ter algumas conversas informais com outros membros dessa comunidade. Portanto obtive um melhor entendimento da criação dos Grupos Escolares em Cachoeira Dourada dentro deste período pesquisado.

De acordo com Faria Filho (2014), a instalação do Grupo Escolar foi um “espetáculo único e político” que contava com a participação de todos. Quando havia festas hasteavam a bandeira e cantavam o hino nacional, tinham apresentações com temas sobre: respeito ao próximo, respeito as árvores e aos animais. Outros temas importantes também eram moralidade e higienismo, falava-se também sobre a prevenção do alcoolismo, do jogo e do fumo. As autoridades eram convidadas a virem até a escola para assistirem todas as vezes que tinham alguma comemoração. “Além das festas, dos exames e da entrega de notas dos boletins, ocorriam em cerimônias cívicas” (FARIA FILHO, 2014, p. 88).

As festividades no Grupo Escolar Tombo D’água aconteciam sempre com alguns convidados: o pároco da Igreja católica brasileira padre Eurides Moreira, políticos e pessoas influentes do Distrito além dos familiares, professores, alunos e outros cidadãos.

De acordo com o livro de atas dessa escola, a primeira comemoração do ano foi o dia das mães, os estudantes apresentavam variadas canções, poesias e números artísticos. A segunda comemoração era o dia 7 de setembro, nesse dia homenageavam o dia da Independência do Brasil. A cerimônia começava com o canto do Hino da Independência do Brasil e depois seguiam as outras exposições de poesias e canções, todas elas reverenciando a grandeza da Pátria (GRUPO ESCOLAR TOMBO D’ÁGUA, 1965–70).

A Figura 31 retrata como acontecia comemorações do Dia das Mães no escola Tombo D’água. A mesa estava organizada com vasos e flores, seguramente serviria de palco

para as apresentações das crianças. A direita está a professora e diretora Dona Maria Fernandes Paes Leme e do lado esquerdo estavam os convidados: políticos e pessoas influentes do Distrito e ao fundo as mães, professoras, e os alunos maiores atrás e menores na frente.



Fonte: Arquivo Particular: Lúcia Helena F. Paes Leme, Cachoeira Dourada-GO, 2017.

No Grupo Escolar Cachoeira Dourada encontramos essas fotografias de uma comemoração do dia 7 de setembro do ano de 1964. As crianças todas uniformizadas e com bandeiras erguidas. Estavam divididas em três grupos cada uma delas com letras grandes formando o nome das empresas consorciadas da obra da UHE: CONVAP, MENDES e CELG. Esta foi uma homenagem da diretora Terezinha Tannús juntamente com as professoras, em agradecimento às empresas mantenedoras do Grupo Escolar.

FIGURA 32. Desfile 7 de Setembro do Grupo Escolar Cachoeira Dourada, 1964



Fonte: Acervo particular: Celso Ribeiro da Luz

A diretora Dona Terezinha Ribeiro Tannús foi a primeira diretora do Grupo Escolar Cachoeira Dourada, nasceu e viveu sua infância em Ipameri, situado no sudoeste do estado de Goiás. E estudou no Colégio e Escola Normal Nossa Senhora Aparecida, Seu pai foi tenente do exército desta mesma cidade. Quando terminou seus estudos logo se casou com o Sr. Sebastião Tannús, e assim vieram para Cachoeira Dourada trabalhar como funcionário da empresa CELG, chegando aqui quando soube que dona Terezinha era normalista logo a mesma foi convidada pelas empresas empreiteiras da obra da UHE, em 1962 para ser diretora da escolinha no canteiro de obras da UHE, ainda em Minas Gerais. Segundo ela no início dessa escola foi muito difícil, mas depois com o passar dos anos se tornou a melhor escola de Cachoeira Dourada. Com um ensino de qualidade obtendo muitos elogios de toda a população. Sobre a primeira apresentação dos alunos do Grupo Escolar Cachoeira Dourada em 1964 a diretora disse:

Nossas crianças não sabiam o que era participar de uma comemoração cívica, pois nunca tinham tido esta oportunidade, por isso não podíamos deixar passar o primeiro sete de Setembro sem comemorá-lo. Embora trabalhassem com dificuldade de encontrar até material de papelaria, porque teria que vir de Itumbiara, pois não tínhamos uma em Cachoeira Dourada (TANNÚS, s. d., p. 12).

Outra comemoração importante nessas instituições era o dia da árvore, no Grupo Escolar Tombo D'água há registros dessa festa nas anotações do Livro de Registro, nele a diretora Maria Bueno redigiu uma ata dizendo sobre as comemorações desse dia festivo. “Esta solenidade era um dia muito importante para todos, pois teremos que conservar as árvores existentes na cidade”. Explicou aos alunos também sobre a necessidade de plantarem outras mudas de árvores. Depois dessa palestra de conscientização convidou os alunos para o plantio de árvores no pátio da escola para preencher os lugares que estavam sem árvores (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965–1970).

É importante ressaltar que o conteúdo da ata não faz referência ao corte de árvores para formar o lago da usina. Podemos pensar que essa “consciência ecológica” não remetia a relação entre capitalismo (a construção da usina) e a destruição do ambiente porque esta era necessária para trazer benefícios ao distrito. Esse tipo de exemplo podia criar uma imagem negativa em relação à usina na população, por mais que essa imagem significasse pouco para os administradores e o governo estadual, pois é como se o distrito de Cachoeira Dourada não existisse, isso porque sua população veio a ter o benefício da energia elétrica anos depois da usina começar produzir eletricidade, que foi canalizada para Brasília inicialmente. Também

pensar que era uma “consciência ecológica” que resultou justamente da constatação de desmatamento intenso na região. Diante da impotência para evitar o estrago e de poder falar mal do governo (era época de ditadura), restava então tentar diminuir o estrago com conscientização dos alunos (das crianças) da importância de conservar (não desmatar) as mais árvores e plantar mais.

Ao ler sobre esta prática pudemos perceber o quanto esta representação do plantio de mudas de árvores ficou arraigada nas escolas da nossa comunidade. Esta é uma prática pedagógica adotada pelas escolas do nosso município, perpetuando assim até os dias de hoje. Como Maurice Halbwachs aponta, seria esta uma representação pedagógica que ficou enraizada na memória coletiva da população de Cachoeira Dourada? Provavelmente essa e outras atividades pedagógicas estão presentes no dia a dia das nossas escolas desde os primórdios da educação em Cachoeira Dourada. Portanto, podemos entender que a memória individual e coletiva também faz parte da nossa práxis pedagógica.

Depois do dia da árvore chegava o mês das comemorações do dia das crianças e dia dos professores. Era uma data festiva e alegre para as crianças dos grupos Escolares de Cachoeira Dourada. Cada escola fazia sua comemoração algumas vezes comemoravam todas as séries juntas, outras vezes eram comemoradas na sala de aula individualmente a professora e seus alunos apenas. Este foi o caso da fonte iconográfica de número 30, nessa imagem a professora Nercília Ribeiro da Luz do 1º ano do Grupo Escolar Tombo D’água comemora o dia das crianças com seus alunos.

FIGURA 33. Festa do dia das crianças, Grupo Escolar Cachoeira Dourada

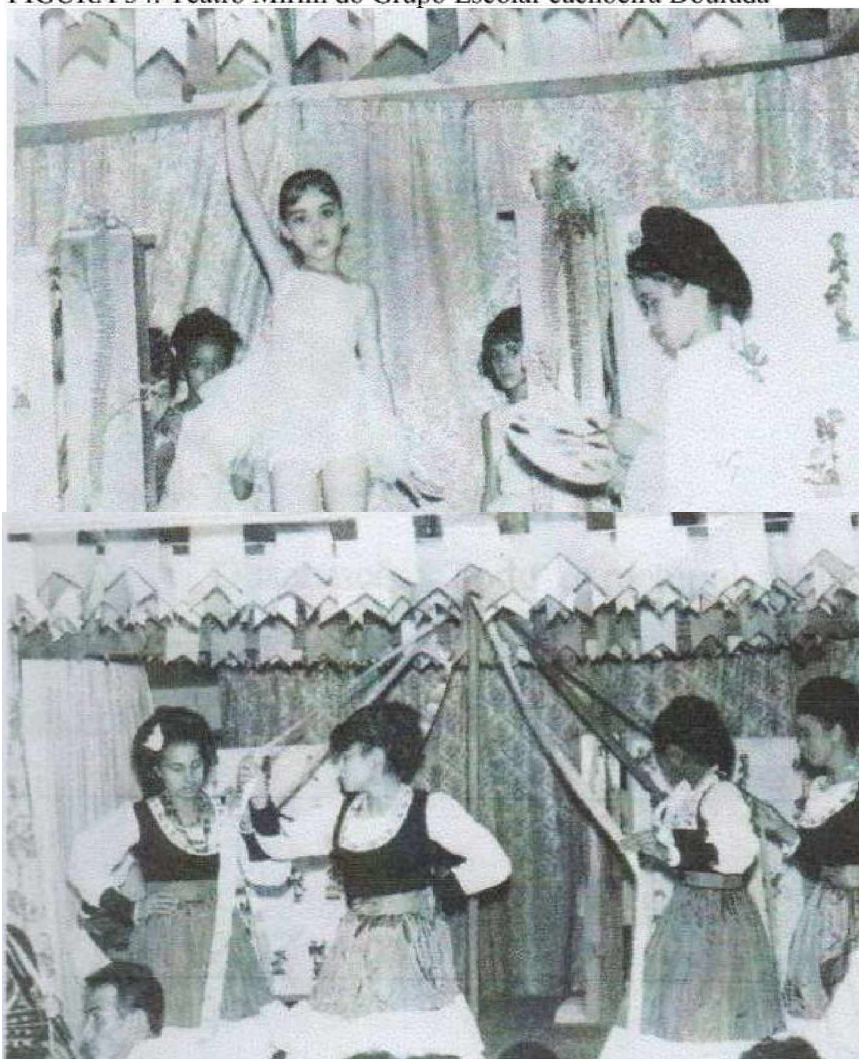


Fonte: acervo particular de Celso Ribeiro da Luz

Podemos observar toda a dedicação e carinho da docente em preparar essa festa para seus alunos. Há na imagem um bolo posto em andares em homenagem às crianças. Vemos que não há crianças negras, e sim pardas e brancas. Na mesa há várias guloseimas para receber os alunos do 1º ano, é perceptível a presença de crianças de várias idades, porém esses menores provavelmente eram convidados. No quadro-negro há umas letras desenhadas artisticamente com as palavras 12 de outubro em alusão ao dia das crianças.

Em 1967 teve uma grande apresentação dos alunos do Grupo Escolar Cachoeira Dourada, em comemoração ao dia das crianças e dia dos professores. A diretora e professoras foram até as cidades vizinhas em Minas Gerais, Ituiutaba, e Canápolis. Lá elas conversaram e trocaram experiências sobre várias apresentações e assim trouxeram novidades para o Grupo Escolar, novos números de para apresentarem: músicas, teatro e danças (TANNÚS, s. d., p. 25).

FIGURA 34. Teatro Mirim do Grupo Escolar cachoeira Dourada



Fonte: Acervo particular: Terezinha Ribeiro Tannús

Foram apresentados os seguintes números: ‘Criança Feliz’, “Dominó”, “Balet: O sonho de um pintor – Música: Andorinha da Áustria – Strauss”, “O menino do amendoim – José Messias”, “Baialado: As borboletas”, “Poesia: O velho mestre – Reneé Barreto”, “Baialado: A linda Rosa Juvenil”, “Entre o Céu e a Terra – Frei Solitário”, “Dança das Fitas – música: Gaúcho eu sou – Faria Correa”, “ Encerramento: Todo o elenco”, Letra: Minha Terra é Pindorama, Música: Torna Sorriento. Essas apresentações devem ter ficado muito bem apresentadas, escolheram números apreciados em diferentes culturas. Que possivelmente era essa a realidade dessa escola, porque seus alunos vinham de vários lugares do país. Ainda sobre essas apresentações a diretora Dona Terezinha mencionou:

O teatro foi apresentado num salão da Mendes Jr., que construiu um palco para nossa apresentação. Os ingressos foram cobrados, com a renda para o Grupo Escolar. A cooperação e o empenho de todos foram de um valor inestimável, sem o qual jamais conseguiríamos tanto êxito (TANNÚS, s. d., p. 25).

De acordo com Cynthia Veiga (2016), os Grupos Escolares eram incumbidos de propagar o gosto pela Arte. Formando o cidadão para a civilidade e objetivando adquirir conhecimentos. O discurso republicano dizia que só com essas atividades culturais e que as apresentações para os pais e familiares. Todos passam a adquirir uma ideia, ou seja, um sentimento de Cultura Nacional. Assim a autora assegura que:

[...] a importância de trazer para a escola o folclore e as “artes populares” entende aí a possibilidade de comunhão nacional, que vai ser um tema preponderante entre as elites intelectuais das primeiras décadas republicanas. Os intelectuais se dedicam à “busca de uma identidade coletiva para o país, pois o lamento era o mesmo – “não existe nação porque não existe povo brasileiro [...] (VEIGA, 2016, p. 413)

As professoras e diretoras trabalhavam dobrado para ensaiar seus alunos para fazerem uma boa apresentação. Assim a última festa do ano nas escolas de Cachoeira Dourada eram as formaturas, a cerimônia do Grupo Escolar Cachoeira Dourada acontecia primeiramente no pátio da escola, porém depois da edificação do Clube da empreiteira CONVAP, as festividades passaram a ser neste clube. A diretora D. Terezinha como era religiosa costumava pedir para celebrar uma missa em agradecimento ao término do ano letivo. Logo após a missa convidava os paraninfos da turma do 4º ano para compor a mesa e entregar os certificados. Geralmente os paraninfos e convidados para a mesa eram: primeiramente o superintendente da CELG seguidos do pároco de Itumbiara, da diretora e algumas professoras ou secretária do Grupo Escolar (TANNÚS, s. d., p. 15).

FIGURA 35. Formatura do Grupo Escolar Cachoeira Dourada, 1966



Fonte: Acervo particular: Terezinha Ribeiro Tannús

Antes da formatura do Grupo escolar Tombo D'água era feita uma reunião para escolher o paraninfo dos concluintes do 4º ano primário. Alguns dos nomes sugeridos para paraninfar a turma eram de políticos, moradores antigos, comerciantes e religiosos. A votação era feita entre alunos do 4º ano e professores do Grupo Escolar. Eram os pais que arcavam com as despesas dos uniformes para a cerimônia de entregas de diplomas como fala a diretora Crinaura Terezinha Lopes em 1969 numa reunião de pais e mestres (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965–1970).

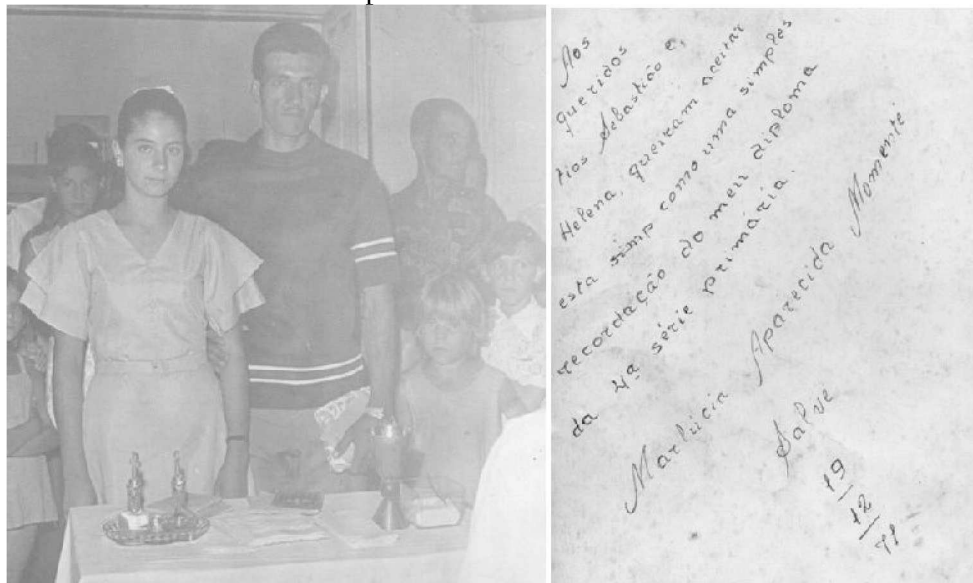
FIGURA 36. Formatura do Grupo Escolar Tombo 'água



Fonte: Arquivo Particular: Lúcia Helena F. Paes Leme

Mesmo com poucas fontes do Grupo Escolar José de Paiva, entendemos através da Figura 36 que as práticas escolares dessa escola seguiam as mesmas dos outros Grupos Escolares de Cachoeira Dourada. Nesta fonte iconográfica uma formatura da aluna Marlúcia Aparecida Momenté, formanda da 4ª série do Grupo Escolar José de Paiva, com um paraninfo ao seu lado tendo outras pessoas assistindo o evento ao fundo.

FIGURA 37. Formatura do Grupo Escolar José de Paiva



Fonte: Arquivo Particular: Everson Antonio Ferreira

Era comum nas formaturas dos Grupos Escolares ministrarem uma missa em agradecimento ao término do ano letivo, assim vimos nessa mesa onde a formanda estava para receber seu certificado os aparatos da eucaristia. Em Cachoeira Dourada há registros antigos da influência da Igreja Católica desde o seu início como um pequeno povoado. Certamente era costume da maioria dos cachoeirenses em quaisquer festividades ou comemorações convidarem o pároco.

A Igreja também foi uma instituição importante na formação dessa população, trazendo com suas reuniões um encontro entre a população local e os migrantes que foram chegando. O Grupo Escolar também era uma porta de entrada para a evangelização desses alunos das mais variadas regiões. Mesmo a escola sendo laica, vimos em vários momentos nas fontes dos Grupos Escolares pesquisados a presença do pároco da Igreja Católica Brasileira ou do Padre da Igreja Apostólica Romana.

FIGURA 38. Catequese e procissão de Ramos – Igreja Católica Brasileira



Fonte: arquivo particular — Everson Antonio Ferreira

Nesta Figura 38 vimos muitas crianças no início da década de 1960, esses eram alunos dos Grupos Escolares e participantes da catequese na Igreja Apostólica Brasileira, que tinha o Padre Eurides com seu representante religioso. Certamente ir a igreja e participar das missas era uma das poucas atividades que essas crianças faziam nos finais de semana, quando não iam para a escola.

As duas primeiras diretoras dos Grupos Escolares de Cachoeira Dourada professavam a fé Católica, como estudaram em escolas religiosas passaram para o grupo tais influências religiosas. Provavelmente essa religiosidade foi uma das práticas repassadas pelos Grupos Escolares que se tornaram costumes na comunidade cachoeirense. Sobre a influência da fé católica a diretora Terezinha Tannús do Grupo Escolar Cachoeira Dourada assim deixou registrado:

Desde que iniciei minhas atividades no Grupo Escolar, seja em Minas ou Goiás, sempre tive costume religioso de rezar com os alunos no pátio, onde formavam filas todos os dias. Antes da entrada rezávamos uma oração Consagração à Nossa Senhora e ao anjo da guarda (TANNÚS, s. d., p. 19).

Antes da construção da Igreja Católica São José dos Operários na Vila dos Operários da CELG, a Diretora Terezinha Tannús era catequista sendo sua aula ministrada no Grupo Escolar Cachoeira Dourada aos finais de semana, os representantes da Igreja Católica encontraram mais uma vez esse espaço no Grupo Escolar para disseminar seus valores religiosos. Ao término das aulas de catequese fazia a cerimônia da primeira comunhão “celebrada pelo Monsenhor Lima” (TANNÚS, 2003, p. 24).

FIGURA 39. Cerimônia de primeira comunhão dos alunos realizada no pátio do Grupo Escolar Cachoeira Dourada.



Fonte: acervo particular — Jomar Reis de Medeiros; Terezinha Ribeiro Tannús

O questionamento que podemos fazer é quanto essa forte presença da igreja católica numa escola mantida com financiamento público, porque a educação no país já havia sido declarada como laica. Também podemos pensar que era simpatia do governo goiano pelas relações entre educação e a igreja. Em seu livro *Otávio Lage, empreendedor, político, inovador*, o jornalista Jales Naves (2014, p. 93; 102) escreve que:

Otávio Lage manteve, durante os cinco anos em que esteve no Palácio das Esmeraldas, excelentes relações com a Igreja Católica em Goiás. Em especial com o bispo auxiliar, dom Antônio Ribeiro de Oliveira, depois Arcebispo de Goiânia, que nomeou presidente do Conselho Estadual de Educação em sua gestão. [...] Otávio admirava muito o trabalho de educação da Igreja, seus educandários e acreditava na eficiência dessa ação educativa. Sempre falava desse assunto com dom Antônio, inclusive sugerindo trazer irmãs religiosas para dirigir colégios do Estado.

Dessa forma, podemos entender que a presença da igreja na educação era oficial nas escolas de Cachoeira Dourada. As fontes iconográficas mostram a presença dos desfiles cívicos, como de apresentação de alunos do Grupo Escolar José de Paiva em desfile na década de 1970 (FIG. 40). Assim, na fotografia vemos que a apresentação reforçou os mitos fundadores do povoado e Distrito, com representações fomentando assim a história local. Em primeiro lugar apareceu um pescador e em seguida a construção da UHE representada pela distribuição de energia da empresa CELG.

FIGURA 40. Desfile do Grupo Escolar José de Paiva (esq.) e do Grupo Escolar Papa João XXIII década de 1970



Fonte: Arquivo Escola Modelo 14 de Maio; acervo particular de Everson Antonio Ferreira

Segundo Ramos (2015), em seu estudo sobre a construção da identidade nacional pelos militares pode ser entendida através do que foi chamado ufanismo, suas principais características deste no regime militar com propaganda diferente, com temas não doutrinários. A intenção era fazer campanhas para enaltecer o país e os valores brasileiros, com a mobilização do povo com a ideia de amor à pátria. A grande fonte de inspiração para a promoção da identidade nacional pelos militares foram os chamados “explicadores do Brasil”, como Gilberto Freyre, para quem a identidade nacional estava sendo formada e que deveria ser estimulada a todo o momento. Foi com essa visão que os militares apresentaram sua ideia de formação de identidade nacional. Para isso buscaram apontar traços dessa identidade, por exemplo, o futebol, o carnaval, os heróis nacionais, a juventude, o respeito aos pais e aos idosos. Além disso, segundo Ramos (2015), o governo militar estimulou a valorização da produção cultural patriótica, do folclore e do civismo, e também buscou construir uma imagem do Brasil como país grande não em dimensão, mas nas belezas e riquezas naturais, na produção industrial, dentre outros.

A imagem da direita demonstra outro desfile das escolas de Cachoeira Dourada, este aconteceu na Avenida Osmar Garcia nesse Distrito. Chama atenção as crianças uniformizadas nas cores: azul marinho e branco e Conga azul e algumas caracterizadas com outras roupas. Segundo Silva (2006), o uniforme apresentava-se com várias finalidades: vestir-se adequadamente com intuito de moralizar os estudantes, manter o controle e a da higiene nas instituições, igualar as vestimentas para que não aparecessem diferenças entre os estudantes e utilizar o uniforme também como um ato disciplinar.

A maneira de vestir dos estudantes fazia parte das práticas escolares, era um símbolo da escola pública, ou seja, uma cultura de cada instituição. O uniforme também faz parte da memória dos estudantes desde sua infância até a adolescência. Porque muitas famílias não tinham condições de comprar o uniforme completo, alguns nem chegavam a matricular-se. Já outros conseguiam doações do Caixa Escolar dessas para adquirirem seu uniforme. Visto que os recursos da caixa escolar “[...] eram insuficientes para amparar todos os necessitados e havia uma seleção para amparar alguns daqueles muitos que necessitavam de auxílio.” (SILVA, 2006, p. 213), em relação à escola primária, tentar promover a igualdade entre os alunos de periferia com os de classe média ou das escolas apenas nos vestuários parece ser uma ilusão.

De acordo Silva (2006), durante a propagação da escola primária o país passava por processos de desenvolvimento de industrialização e civilidade. As cores azuis e brancas que aparecem nesta segunda imagem, da Figura 40, foram instituídas primeiramente nas escolas

paulistas entre os anos de 1950 a 1970. Além disso, o azul e branco pode ser visto como uma forma de referência às cores da Bandeira Nacional, ou seja, a uma ideia de patriotismo do governo militar nas escolas.

Observando ainda nesta imagem, vimos que os calçados dos estudantes uniformizados era o Conga, este fez parte do uniforme dos alunos por vários anos nos Grupos Escolares em Cachoeira Dourada. Esse fato merece ser comentado. Inicialmente, os calçados usados que faziam parte dos uniformes escolares eram de couro, apresentando assim um custo a mais para os pais. Numa estratégia de marketing, segundo Rodrigues (2007) e Silva (2006), em 1959 a empresa Alpargatas S. A. lançou uma campanha na *Revista do Professor* (1934–1965): “Criança Calçada, Criança Sadia!”. A campanha era pela uniformização dos calçados dos alunos com o uso do Conga e de incentivo para as famílias comprarem o calçado.

Segundo Rodrigues (2007, p. 10) entre 1910 e 1958, “[...] devido ao processo de fabricação e matérias-primas utilizadas, a categoria de tênis não possuía um bom conceito no mercado”. A partir de 1959, começou a fabricação de calçados para o dia a dia, e o tênis Conga Esporte foi lançado. “Composto por lona e borracha, tratava-se de um artigo moldado, com bom acabamento, durável e diferente. Tinha como principal público consumidores estudantes, devido à sua característica de oferecer durabilidade, leveza e flexibilidade para o uso diário”. Nessa perspectiva, segundo essa autora, na décadas de 1960 e 70 o Conga passou a ser de “[...] uso obrigatório em uniformes escolares e desfiles de 7 de Setembro, a marca Conga atinge seu pico de vendas com aproximadamente 20.000.000 de pares comercializados no ano de 1970”. Essa quantidade de pares de Conga fica ainda relevante se considerarmos que era de cerca de 30 milhões, em 1960, e mais de 39 milhões, em 1970, a população na faixa etária 0 a 14 anos, ou seja, a população em idade escolar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS/IBGE, 2000, s. p.).²⁰

²⁰ Para o Conga ser de uso obrigatório nas escolas e nos desfiles, podemos pensar que foi preciso negociar com o governo militar, pois isso significava lucro para a empresa indústria Alpargatas, fabricante do tênis Conga. Sua história mostra que a empresa tinha relações comerciais antigas com o Exército. De acordo com Chaves (2006, p. 86–88), “Em 1942, a empresa procurou compensar o efeito negativo na demanda provocado pela II Guerra Mundial, com o fornecimento de material para as forças armadas”. Segundo esse autor, a Alpargatas tinha fornecido ao Exército na Revolução Constitucionalista de 1932, “[...] o que facilitou a conciliação da oportunidade de curto prazo com os interesses de longo prazo da empresa”. Assim, podemos pensar que a empresa tinha uma abertura (relações comerciais antigas) para propor o Conga como calçado ideal obrigatório para o aluno brasileiro no âmbito da educação pública.

Parta Chartier, quando a instituição escolar reúne determinadas práticas sociais, assim como o ensino do canto dos hinos patrióticos, os desfiles cívicos, e as festividades escolares. Estas práticas aguçam os sentimentos dos alunos que certamente produzirão sentimentos emotivos e essas emoções continuarão durante toda a sua vida, perpetuando suas lembranças. E esta certamente será a construção de uma memória coletiva de uma comunidade, ou seja, de uma determinada sociedade (CHARTIER, 1991).

3.3 A didática aplicada nas escolas cachoeirenses

Segundo Cunha (2016) o aparecimento da ginástica, da higiene, da educação física, entre outros, eram atividades que a escola incorporou no horário de aulas, com intenção de repassar valores e costumes aos educandos do início do século XX. A partir de então a escola começa a pensar em ser uma continuação aprimorada do lar. O ensinamento higienista preocupava com as doenças e lugares insalubres que viviam essas crianças, e também com a fadiga e repouso dos alunos durante as atividades escolares. Tais ideias adentraram ao currículo do Grupo Escolar tendo elas um ideal científico e republicano, objetivando ensinar o cidadão brasileiro a adquirir novos e melhores costumes em seu ambiente familiar.

A educação escolar ocupava, então, um papel sobremaneira destacado. Cabia à escola regenerar todos os que estivessem submetidos a condições “subculturais”, inserir crianças e jovens – e mesmo adultos – na trilha da normalidade para que pudessem contribuir para o progresso do país (CUNHA, 2016).

Esses ideais continuaram a fazer parte das atividades pedagógicas nos Grupos Escolares em todo o Brasil por muito tempo. Através dessa pesquisa pudemos observar que essas práticas pedagógicas estiveram presentes também nas escolas de Cachoeira Dourada desde o começo da década de 1960 até o final da década de 1970. Sobre os Grupos Escolares Faria Filho (2014) nos diz sobre a importância representativa dos Grupos Escolares:

Os Grupos Escolares e o processo de organização deles significavam, portanto, não apenas uma nova forma de organizar a educação, mas, fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares (FARIA FILHO, 2014, p. 47).

Desde a criação do primeiro Grupo Escolar em Cachoeira Dourada já existia a preocupação com as aulas de ginástica conforme podemos ver nesta fonte iconográfica de 1962 do Grupo Escolar Tombo D'água.

FIGURA 41. Grupo Escolar Tombo D'água, aula de ginástica, 1962



Fonte: acervo particular: Neda Gomes Paes Leme

Como se vê, os alunos do Grupo Escolar Tombo D'água no início da década de 1960, as crianças estavam todas uniformizadas. As meninas estão em um número maior, vestidas com jardineiras e gravata de cor escura, blusa e meias brancas e com sapatos escuros. Em conversa informal com o Morador, 8, que estudou nessa escola desde os primeiros anos de 1960, não se lembra desse uniforme como oficial, provavelmente devem ter feito esse uniforme para serem fotografados nessa ocasião especial. A maioria delas com corte de cabelos curtos. Já os meninos estão vestindo calça comprida e alguns de calça curta, as cores estão variadas entre o claro e o escuro. A camisa branca e sapatos escuros. A Diretora D. Juracy Gomes Paes Leme se encontra ao fundo desta fotografia.

Uma das práticas usadas pelos Grupos Escolares também era o momento cívico, as professoras organizavam os alunos em fila para cantar o Hino Nacional. Nessa prática pedagógica era ensinados valores como postura e reverência à bandeira e à pátria. Com a finalidade de ensinar os educandos a serem cidadãos que apresentassem civilidade, moralidade e patriotismo.

FIGURA 42. Momento cívico dos alunos do Grupo Escolar Cachoeira Dourada



Podemos ver pela foto que nos anos de 1960 o conga ainda não tinha chegado às escolas de Cachoeira Dourada, pois o que os alunos usavam parece ser sapato pretos de couro

Fonte: acervo Particular: Celso Ribeiro da Luz

Esses são alunos do Grupo Escolar Cachoeira Dourada, eles estão em fila no pátio para cantar o Hino Nacional. As professoras estão ao fundo ao lado de cada turma, separando as filas por gênero, também é possível ver que havia poucos alunos negros. Todos estão uniformizados com bermuda curta na cor escura e camisa branca, sapatos e meias escuras. Sobre aquisição do uniforme dessa escola, os pais eram os responsáveis por comprá-los, quanto aqueles que não podiam adquiri-lo segundo a primeira diretora, ela comprava o tecido e as professoras que eram costureiras confeccionavam os uniformes. Logo as crianças mais carentes ficavam também uniformizadas. (TANNÚS, s. d., p. 21).

Numa das reuniões de pais e mestres do Grupo Escolar Tombo D'água, foram apresentados alguns problemas pela diretora. Um dos problemas era a indisciplina dos alunos do 3º e 4º ano, foi explicado aos pais que o aluno seria avaliado a partir daquele momento também através do seu comportamento. Outro problema que estava acontecendo era a chegada dos estudantes antes do seu horário de aula no Grupo Escolar. Enquanto que havia também atrasos em relação ao início das aulas. Deixaram claro que não seria admitida qualquer indisciplina com o horário. Era pedido aos professores que organizassem as filas disciplinarmente no horário de saída da sala entre o pátio até o portão (GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA, 1965–1970).

A formação de professores para os Grupos Escolares de Cachoeira Dourada era um problema a ser solucionado. Como já foi dito no capítulo II os professores dos Grupos Escolares não eram todos formados, muitos vinham de escolas isoladas que tinham uma prática pedagógica diferente do que era exigido pelos Grupos Escolares. Outras professoras eram alunas do 4º ano primário que começavam a trabalhar na mesma escola em que se formaram.

Outro problema enfrentado pelos Grupos Escolares na década de 1960 a 1970 eram as salas cheias, problemas de aprendizagens e indisciplinas. Embora essas sejam situações que vivenciamos até os dias de hoje nas escolas atuais. Mesmo com o déficit de professores capacitados as diretoras contavam com a experiência e boa vontade da maioria deles. Assim relata a diretora do Grupo Escolar Cachoeira Dourada:

A orientação pedagógica às Sras professoras era quase diária, pois algumas tinham apenas o primário, outras o ginásio incompleto (1º grau) e neste ano de 1964 apenas Dona Vera e Dona Maria do Rosário eram normalistas. [...] “O corpo docente era formado por esposas, filhos ou parentes dos funcionários, por isso havia sempre troca de um ano para outro ou até mesmo de semestre para semestre. Era difícil conservar as professoras e até mesmo orientá-las. Durante cinco anos tive apenas cinco colegas normalistas, não foi fácil, foi bem difícil... Mas o gosto pela profissão e a boa vontade daquelas que desejam aprender ajudava a vencer os obstáculos. Os que não tinham esse dom logo se afastavam (TANNÚS, s. d., p. 16).

Vimos que nessa escola havia um momento de reflexão pedagógica entre os professores. Nos Grupos Escolares as diretoras tinham uma preocupação com o planejamento dos professores. Encontramos essas preocupações numa ata de reunião do Grupo Escolar Tombo D'água, “foi feita uma reunião com o corpo docente e decidiram

que o planejamento seria feito semanal e entregue para a diretora vistoriar toda segunda-feira”, esta era a fala da diretora Maria Bueno (GRUPO ESCOLAR TOMBO D’ÁGUA, 1965–1970)

Além das atas, a escrituração escolar de livros de matrícula e de ponto, atas, diários e boletins; a escrita discente em cadernos de atividades e provas; assim como a escrita de pais e mães materializada em bilhetes, cartas e afins endereçados à escola são documentos e fontes importantes para a escrita da história da educação no Brasil, sobretudo à história das práticas e do cotidiano escolares. O historiador pode recompor as formas de funcionamento escolar por meio de registros documentais impressos e manuscritos. Trata-se de uma escrita de pessoas comuns, uma escrita do dia a dia. Dela se pode extrair elementos que evidencia consensos e fatos construídos em torno da escola por sua comunidade, com efeito, este trabalho busca construir uma compreensão com base na leitura analítica de caderno e boletim de aluno, além de um bilhete de mãe destinado a uma professora.

Cadernos e boletins seria então parte das “escritas ordinárias”.²¹ “Escritas ordinárias” são escritas sem atributos da ciência ou da literatura e produzidas por pessoas comuns, ou seja, sem o prestígio do cientista, do literato ou do jornalista, por exemplo. Segundo esse autor, elas estão associadas a momentos coletivos ou pessoais, a rotinas de ocupações cotidianas e têm uma única função que lhes absorve e unifica: deixar os traços do fazer cotidiano (FABRE, 1993).

Os boletins apontam a relação entre disciplinas e notas, as quais dão margem para problematizar a eficiência da ação do professor e do aluno; da escrita de cadernos de atividades e de provas se poderia derivar as medidas tomadas e os meios adotados para melhorar a eficácia das ações escolares discentes e docentes e seus resultados. As pesquisadoras Ana Chrystina Venancio Mignot e Maria Teresa Santos Cunha (2006) salientam que, no Brasil, a importância das escritas ordinárias como objeto de pesquisa se projetou em estudos de pouco mais de uma década atrás. Até então, eram pouco apreciadas por pesquisadores. Ao tratar das escritas cotidianas e ordinárias na perspectiva da cultura escolar, Cunha destaca que os materiais produzidos por alunos

²¹ “Escritas ordinárias” incluem elementos não pertencentes ao universo da educação propriamente dito, tais como diários íntimos, caderno de contas, livros de família, memórias, livros de receitas, bilhetes etc. Como tal, têm sido tratados pela história da cultura escrita.

são vestígios que guardam memórias da educação escolarizada e possibilitam rastrear o conjunto de códigos culturais nele escritos (CUNHA, 2007). Além disso, permitem ao pesquisador reconhecer um sistema de regras culturalmente construídas e encarnadas nas concepções da pedagogia; o que seria útil para uma:

[...] tentativa de significar e construir uma História da Educação através de uma história cultural das práticas movida pelo interesse de compreensão e conversão de objetos socialmente “insignificantes” em objetos socialmente “importantes” através de um relato histórico problematizado com uma operação historiográfica (CERTEAU, 1982) que comporta um exercício arquivístico que oferece chances para uma dada construção da realidade escolar (CHARTIER, 1994) que postula o estudo da história dos usos e das práticas do escrito escolar (CUNHA, 2007, p. 83).

Em conversas preliminares e informais com ex-alunos, ex-professora e ex-diretora, foi possível ter acesso a registros documentais da escola que foram guardados por eles. As conversas e os documentos levantados dão margem para dizer que essas instituições escolares — assim como qualquer outra — foi não só um ambiente de encontros, aceitação e convívio entre os corpos discente, docente, administrativo e funcional — além de pais e mães, mas também um local de produção e acesso a saberes organizado. Nas relações que tais sujeitos mantêm com seus objetos em suas práticas no funcionamento da escola, produzem uma cultura material, específica, particular, inédita, cujas manifestações documentais a projetam como central para escrever uma história da educação brasileira que seja cada vez mais abrangente e detalhada.

Uma possibilidade é considerar “objetos socialmente ‘insignificantes’” como caderno²² de aluno como fontes importantes entender historicamente, por exemplo, a prática discente e docente, pois permitiram registrar o aprendizado. Segundo Antonio Viñao, os cadernos escolares são fontes não menos complexas que outras, as quais, durante as últimas três décadas, figuram no cruzamento de três campos historiográficos relacionados e complementares: a história da cultura escrita e a história da educação (VIÑAO, 2008). Mignot e Cunha (2008, p. 28) afirmam que o

²² Historicamente, a escrita passou por vários objetos até chegar ao caderno. Foram muitas mudanças. Antes existia o uso de tabuinhas de madeira cobertas de cera, frequentes nas escolas da antiguidade greco-romana. Depois os alunos passaram a utilizar areia fina para escrever; e somente no século XVIII a ardósia a substituiu. Houve mudanças também do dedo para a caneta de pena e da ardósia veio a ideia para o quadro negro que era coletivo. Cf. Hébrard (2001) e Mignot (2008).

caderno, “objeto quase invisível que guarda a memória da educação” é uma fonte apropriada para discorrer a respeito dos alunos, professores, pais, avaliações, projetos pedagógicos, e os valores difundidos e todo o processo de ensino aprendizagem.

No dizer de Santos (2002), é possível perceber a correlação entre escrita, caderno e controle do tempo. Faria Filho (2014), nos fala de como era imposto aos diretores e professores o horário de desenvolvimento de cada aula. Havia uma inspeção nas escolas para observar a prática do tempo escolar:

É, pois, esse tempo artificial apropriado e ordenado pela razão humana, que os regulamentos do ensino vão buscar se impor às professoras, diretoras, aos (às) alunos (as) e, mesmo às famílias. Não por acaso, esse processo ocorre no interior de um movimento social de racionalização do tempo, próprio às relações capitalistas que se estabeleciam (FARIA FILHO, 2014, p. 105).

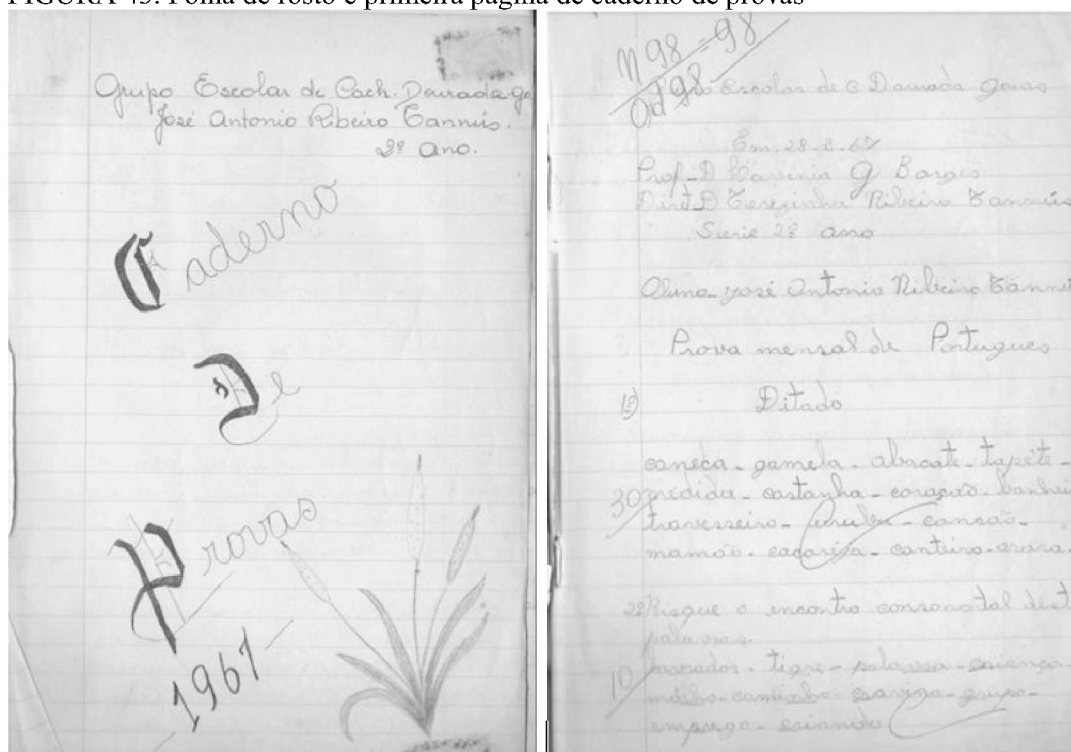
Assim o caderno “[...] é o mais nítido comprovante ou documento, tanto da frequência quanto da produtividade de cada aluno sobre determinado conteúdo escolar” (SANTOS, 2002, p. 28). Os diretores passaram a ter mais controle das atividades realizadas dentro da sala de aula; a acompanhar de perto o professor: com a sequência do currículo, o fazer pedagógico, as formas de ensinar e até a divisão do tempo entre uma atividade e outra. O caderno serviu como instrumento de avaliação profissional do docente, pois registra o tempo disciplinar: da “exatidão”, da “aplicação”, da “regularidade”, das “virtudes fundamentais” (FOUCAULT, 1987, p. 147).

O caderno se firmou no Brasil na passagem do século XIX para o século XX, ou seja, acompanhou a modernização da educação pública traduzida no surgimento dos grupos escolares (SANTOS, 2002). Desde então, o caderno é ferramenta didática presente nas etapas da vida escolar, da pré-escola à pós-graduação. Em cada uma, tem funções, finalidades e significados diferentes. No século XIX, havia um caderno de registro escrito cada dia por um aluno diferente (HÉBRARD, 2001).²³

Como se pode deduzir, o caderno é um objeto da cultura escolar que nos dá pistas de como era o cotidiano escolar de cada instituição. Mais que um material didático, o caderno é um elo entre escola e família, pois através dele pais e mães podem acompanhar a aprendizagem dos filhos, as relações com professores. Isso fica patente em “caderno de provas” que compõe as fontes da pesquisa acima referida.

²³ Hoje esse caderno é chamado de volante, e seu uso difere conforme a época, a região e as escolas. Há as que adotam cadernos separados para cada disciplina, ditado, leitura, cálculos, redação, tarefas de casa, tarefas de sala, cadernos de provas, caderno de caligrafia. Outras juntam duas disciplinas em cada caderno, ou caderno de sala e caderno de casa; e assim vão utilizando.

FIGURA 43. Folha de rosto e primeira página de caderno de provas



Fonte: acervo particular de José Antonio Ribeiro Tannús.

Materialmente, o caderno é do tipo brochura e encapado com plástico verde. Refere-se à segunda série do ano de 1967. Isso sugere que a escola então adotava caderno de provas como procedimento da avaliação discente, ao fim de cada bimestre. Em conversas informais com o MORADOR 7 (o dono do caderno), ele me disse que copiava no caderno as questões de prova escritas na lousa e depois as respondia. O caderno era, então, entregue à professora, para que fizesse a correção, marcada com caneta vermelha.

A correção se nota na indicação do tradicional “C” de certo e do “X” de errado. Em cada questão corrigida na prova a professora anotava o valor obtido. As disciplinas as quais estudavam e faziam as provas eram: Aritmética, Linguagem, História e Ciências. Naquele bimestre, a avaliação de Linguagem incluiu ditado, encontro vocálico, separação de sílabas, acentuação, tipos de frases e redação; a de Matemática, números pares e ímpares, adição e multiplicação, numeração decimal, numerais romanos, situações problemas envolvendo subtração, multiplicação, dúzia e meia dúzia; a de História, grandes feitos, descobrimento do Brasil e os índios; a de Geografia, conceitos de rural e urbano e os tipos de casa; a de Ciências, animais e sua utilidade.

Outro documento escolar importante é o boletim, pois indica conteúdo disciplinares estudadas naquela época, além das notas bimestrais. Isso fica patente em boletins fornecidos por um ex-aluno da escola referida acima (FIG. 44).

FIGURA 44. Boletins de ex-aluno.

Grupo Escolar de C. Dourada
(Canteiro de Obras das Centrais Elétricas de Goiás)
CACHOEIRA DOURADA – GOIÁS

Nome: Celso Ribeiro da Luz SÉRIE: 3ª TIPO: PROF. J. C. Faria de Araújo

	Março	Abril	Mai	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	1ª Prova	2ª Prova	Média Final	Média de Promoção	ASSINATURA DOS PAIS	Observações
COMPORTAMENTO	80	80	80	80	70	70			70	70			Antônio Ferreira da Luz Antônio Ferreira da Luz Antônio Ferreira da Luz Antônio Ferreira da Luz Antônio Ferreira da Luz Antônio Ferreira da Luz Antônio Ferreira da Luz Antônio Ferreira da Luz Antônio Ferreira da Luz Antônio Ferreira da Luz	Sua nota é ótima
Religião	-	-	-	-	-	-			-	-				
Português	69	60	75	58	77	70	68	71	78	72				
Aritmética	81	50	95	75	85	45	71	33	67	57				
Est. Sociais	75	60	67	40	75	75	73	70	55	66				
Ciências	65	77	50	40	90	90	68	90	90	82				
Média	72	61	73	63	81	70		66	72	69				
Classificação	8º	15º	11º	13º	6º	19º		16º	12º	10º				
Comportamento	21	17	21	21	22	21		20	20					
Faltas	-	-	-	-	-	-		-	-					

FOI APROVADO AO 1º Ano Primário COM A MÉDIA 69

Prof. J. C. Faria de Araújo Elisa M. M. Antunes
Professora Diretora

INSTITUTO NOVO GOIÁS
Curso Primário

Cachoeira Dourada — Goiás

	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Ag.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	MÉDIA FINAL	Assinatura do Pai ou Responsável
Linguagem		46	45									Antônio Ferreira da Luz
Aritmética		25	40									
Ciências Naturais		80	25									
Estudos Sociais		25	65									
Comportamento		90	65									
Gratificação			40									
Média		50	43									
Classificação		15º	14º									
O aluno foi _____ com a média _____												
Professor: _____ Diretor: _____												

As disciplinas incluíam Estudos Sociais, Ciências, Português e Aritmética. Havia Religião, embora pareça não ter havido atividades, como sugerem os traços que preenchem os espaços para indicar notas. Comportamento e frequência eram avaliados e constavam como nota.
Fonte: acervo de Celso Ribeiro da Luz.

Segundo Faria Filho (2014) o boletim foi criado como um mecanismo para atentar o interesse da família pela escola. O mesmo tinha que voltar para a escola assinado pelos pais ou responsáveis. Mas ao mesmo tempo nesta época nota-se um grande empenho por parte dos pais a procura da escola primária, nota-se pelo o aumento cada vez maior de alunos nos

Grupos Escolares. Por esse documento, foi possível obter dados importantes. À parte dados próprios do boletim — notas, nomes das disciplinas, série escolar e aprovação —, foi possível notar mudança de nomenclatura: de Grupo Escolar para instituto; assim como a oferta de níveis escolares: em 1969, havia aulas de primeira a quarta série. Mais que isso, foi constatar que escola pertencia a um canteiro de obras da CELG. As sondagens acerca da história da escola em conversas informais com a população apontaram esse fato, que o boletim veio afirmar por escrito. Também relevante nas informações constantes nos boletins é a menção à “contribuição para caixa escolar”. Em conversa com a primeira diretora, ela disse que a escola passou por momentos difíceis que levaram à criação da caixa escolar. Cada pai depositaria uma quantia para ajudar nas despesas. A organização da caixa escolar, sua obrigatoriedade e o seu funcionamento são questões que restam abertas para a pesquisa. A primeira diretora fala como foi o início do caixa escolar:

No princípio foi desanimador com tantas dificuldades financeiras por todos os lados. Quase desisti. Amenizando a situação o consórcio CONVAP – MENDES ofereceu Cr\$40,00 (quarenta cruzeiros) para formar o caixa escolar. (TANNÚS, s. d., p. 20).

À época da construção da UHE, chegaram famílias diversas para trabalhar. Um livro de matrícula da escola pesquisada de 1964 permite ver que os pais dos alunos provinham de estados como Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo; Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, Ceará, Alagoas, Piauí e Pernambuco.

Ao chegarem, matriculavam os filhos na escola que foi criada para educar a prole de funcionários das empreiteiras. À medida que estas terminavam as etapas da obra às quais foram incumbidas, ou quando um funcionário era demitido, o aluno também saía dessa escola. “Ao chegar o fim do primeiro semestre do ano de 1968, nossos alunos estavam reduzidos com a saída dos funcionários em função do final da obra” (TANNÚS, s. d., p. 27).

Disso se pode deduzir que as relações sociais eram curtas, porém intensas, embora fossem passageiros e descontínuos os períodos letivos dos alunos que se viam obrigados a acompanhar seus pais. Mais que isso, pode-se discutir a proposição de um cotidiano escolar marcado por culturas e costumes variados, níveis de aprendizagens diversos e pais com graus distintos de escolarização. Esse último aspecto se mostra em um bilhete manuscrito (FIG. 45) que ficou preservado no meio do livro de matrícula. É a mensagem de uma mãe em resposta ao recado de uma professora que questionava a ausência de uma dos filhos dela.

FIGURA 45. Bilhete de mãe destinado a uma professora encontrado por acaso no primeiro livro de matrícula da escola pesquisada.

10. Nelcira, recebi seu recado sobre a falta de Geraldo na aula, se ele está faltando com o dever devido estar com o pé enfiado e em flamação. Não é possível que uma mãe vai obrigar seu filho numa coisa que não pode. Mande o Leacy, avisar aos os o motivo da falta, de Geraldo na aula: portanto pode cortar ele, mas o Leacy não pode cortar, aonde não cabe um, não pode caber o outro: depois vou mandar ele ao médico para saber se meu menino tem direito de ser expulso da aula: para os os corte expulso, um aluno da aula é preciso saber o motivo: não é assim como os os pensam, pode cortar, o menino, é um favor que me faz. Eu faço tanto caso, que as alunas do 2º ano de minha Terra, dão aula melhor do que as professoras que tem por aqui.

Mercê.

Fonte: acervo da Escola Estadual Instituto Novo Goiás.

Como se lê, ela questionou uma norma da escola. À parte o conteúdo e o tom de indignação do texto, destaca-se a capacidade de escrita da mãe. Seu texto excede o espaço delimitado pela pauta, o que permite supor que escrevia com fluência — tinha muito a dizer, talvez pelo hábito de escrever cartas a parentes. As rasuras, a sobreposição de letras, a escolha de palavras e o uso da pontuação sugerem uma pessoa atenta ao que escreve alguém que relê o que escreveu para ter certeza de que disse o que gostaria de dizer. Uma mãe ciente da importância da escrita como forma de expressão, talvez, fosse uma pessoa atenta à educação dos filhos; e talvez daí viesse sua segurança para questionar a qualidade da educação oferecida pelas professoras “que tem por aqui” e prescindir da educação escolar ao dizer que, se um filho fosse cortado, o outro também o seria. Além disso, esse bilhete aponta um pouco das formas de comunicação entre escola e pais de alunos. Não foi possível saber se o recado da professora foi escrito ou falado para o aluno e nem se o primeiro recado da mãe dizendo sobre a falta de um dos filhos foi escrito ou falado e repetido pelo filho para a professora.

Podemos pensar que o primeiro recado foi dado e que a professora só cobrou a frequência porque o número de faltas foi elevado, a ponto de motivar o corte do quadro de alunos. É de conhecimento geral que inflamações em partes como joelho e pé, que suportam muita pressão tendem a levar tempo para diminuir e deixar a pessoa em condições de se locomover. Dessa forma, pelo tom da mensagem manuscrita, que mostra um pouco de desdém pela educação de Cachoeira Dourada, provavelmente a mãe se sentiu ofendida pela cobrança e ameaça de corte, uma vez que já havia avisado a escola que um dos filhos iria faltar de aula. Pode ser que se sentiu como se fosse uma mãe que não cuidava direito da educação dos filhos, uma mãe desatenta, que não se preocupava com a frequência, quando ela estava justamente cuidando das condições de saúde do filho, e isso certamente era mais importante para uma mãe do que a frequência escolar.

Talvez a ida ao médico não fosse para avaliar o pé do filho, mas para pegar um “atestado” de que ele não podia fazer esforço como o de andar por causa do inchaço, ou seja, que não podia frequentar a escola, daí que a eventual expulsão do aluno seria injusta. Essa possibilidade aponta então a autoridade do médico como a pessoa que poderia decidir um fato da educação ao invés da diretora da escola. É como se a mãe achasse que a escola era incapaz de avaliar a situação do filho dela e fazer um julgamento justo sobre a doença do filho. Essa mãe tinha total descrédito pela escola, mas será que era porque não estavam aceitando suas justificativas, por isso ficou contrariada? Ela afirmava que as alunas de 2º ano da terra dela, (provavelmente do segundo ano de normal ou magistério) “davam aula melhor” que

professoras atuantes, apesar da mãe não dizer que são as professoras do Grupo Escolar Cachoeira Dourada.

A leitura desses documentos feita até então não pretendeu esgotar as possibilidades de análise. Cada um tem especialidades e características que demandam um olhar mais aprofundado, a ser desdobrado em pesquisas futuras. De imediato, permitem compreender um pouco do funcionamento da escola em Cachoeira Dourada e pode também adentrar no cotidiano escolar, um ambiente formado por pais, alunos e professores. Essas fontes encontradas nos arquivos escolares e nos arquivos particulares nos serviram para tentar compreender como foi uma parte da vida escolar das instituições de Cachoeira Dourada durante esse período pesquisado. Esses documentos colaboraram para a escrita da história dos Grupos Escolares nesse Distrito, reconstruindo um tempo histórico que estava apenas na memória de quem o viveu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primórdios da história de formação do Distrito e da história da educação de Cachoeira Dourada-GO estão vinculados a interesses políticos. Tal entendimento decorre das leituras de referenciais da história da educação no Brasil e também da história de Goiás, paralelo a leitura que fizemos das fontes levantadas para esta pesquisa. Assim a criação dos Grupos Escolares nessa pequena comunidade do interior goiano na década de 1960, se deu também por interesses políticos.

Cachoeira Dourada se tornou Distrito devido a construção de uma UHE, ou seja, para acolher a demanda de uma população que se envolveu com a grande obra que levaria anos para sua conclusão. Esta obra decorreu através de acordo político entre o governador de Goiás Pedro Ludovico e Juscelino Kubitschek, que na época era governador de Minas Gerais e que emprestou verba para a etapa inicial para a construção da UHE. De acordo com as fontes consultadas sobre essa construção e seus financiamentos, pode-se pensar que o fato da UHE enviar energia para Brasília foi resultado de acordos políticos desses dois políticos. Porque a princípio falava-se apenas em mandar energia para Goiânia capital do estado, algumas cidades de Goiás e de Minas Gerais. A UHE era estatal, mas resultou de acordos entre a iniciativa pública e iniciativa privada.

No campo educacional, nesse período, uma medida de grande impacto foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que obrigou as empresas empreiteiras ligadas as construção da UHE a se tornarem mantenedoras de um Grupo Escolar, que era uma instituição de natureza pública, originada com ideais republicanos de popularização do ensino.

Como até meados dos anos de 1950, Cachoeira Dourada não passava de um pequeno povoado às margens de um rio, onde viviam pescadores e também camponeses que viviam de lavrar a terra para sobreviverem. Acreditamos que até então não havia interesse dos políticos em construir uma instituição escolar nesse povoado, de forma que as poucas escolas isoladas localizavam-se em microrregiões onde havia fazendeiros de maior influência. Na I etapa da construção da UHE, foi que ergueram um Grupo Escolar com uma arquitetura pensada para abrigar o público disperso pelas escolas isoladas da região. Por isso podemos pensar que a criação do Grupo Escolar Tombo D'água foi uma ação que visava atender a legislação da época, mas também aos interesses da mão de obra atraída pela grande construção, de maneira que pode-se afirmar que foram os interesses estratégicos da economia e da política que fomentaram as ações educacionais em Cachoeira Dourada de Goiás. Assim, os trabalhadores

ligados a UHE podiam vir para trabalhar e trazer suas famílias de forma que no povoado já existia escola para as crianças.

A situação peculiar resultante desse cenário é que passaram a coexistir dois tipos de escolas subvencionadas pelo Estado: um Grupo Escolar estadual e mantido pelo município e por empresas prestadoras de serviço para a estatal CELG. Essa coexistência deixa entrever uma ponta de contradição, como o governo em 1960 não tinham condições de manter o Grupo Escolar Tombo D'água, em 1963 esse mesmo pode investir consideravelmente na construção do segundo grupo: O Grupo Escolar Cachoeira Dourada. Sua arquitetura pelo que analisamos foi bem mais arrojada para época em relação à edificação da primeira escola no município. Fica visível a intersecção do público com o privado no campo da educação não apenas local mas também nacional: os limites do financiamento; a estruturação escolar; a composição do corpo docente, administrativo e funcional, a organização escolar e as práticas pedagógicas e didáticas ao final da década de 1960 se destacava nessa escola pela imbricação das esferas público e privada mais do que nos outros Grupos Escolares do Distrito.

Podemos pensar que eram situações parecidas no caso dos Grupos Escolares. Independente se a escola era a pública ou aquela mantida também por empresas particulares, o que pode ser visto de acordo com as fontes é uma situação de necessidade em que as escolas têm de improvisar. Por exemplo, as diretoras dos Grupos Escolares tinham de executar muitas atividades tais como lecionar, fazer serviço de secretaria e cuidar da direção. Chamou atenção a presença da igreja nos Grupos Escolares de Cachoeira Dourada. Essas instituições tinham outras semelhanças, elas passavam por dificuldades financeiras, mesmo que um recebesse verba de duas fontes. A caixa escolar foi um fator ressaltado nas fontes, com a contribuição de muitos alunos, principalmente no Grupo Escolar Tombo D'água, significando que as verbas do município não eram suficientes diante da demanda do Distrito que era crescente. Essas escolas cumpriram seu papel de escolarizar e formar a população, que crescia consideravelmente.

O que nos chamou atenção foi que essas escolas reforçaram os ideais republicanos nessa população que estava se formando através das comemorações e práticas cívicas, como os desfiles, teatros formaturas e outras festas comemorativas. Esses valores se ligavam ao patriotismo, ao higienismo e a fé (muito embora o Estado fosse declarado laico). É interessante percebermos que os objetivos dos Grupos Escolares constituíram nas escolas algumas regras: as regras sociais, educacionais e civis, e que essas foram refletidas por um grupo de intelectuais no final do século XIX e início da república. A finalidade deles seriam o molde da população brasileira de acordo com seus ideais, pensando bem todas as atividades

dos Grupos Escolares eram intencionais, e quem colocava essas práticas no currículo para os diretores e professores repassarem aos alunos e familiares. É perceptível a sobrevivência desses ideais mais de meio século depois em Cachoeira Dourada com a chegada dos Grupos Escolares. A intenção deles seria de orientarem as crianças e adultos de cada localidade a seguirem esses princípios, ao que tudo indica em muitos casos tiveram êxito nessa tarefa.

De certo modo as festas comemoradas nos Grupos Escolares era uma ação ideológica de reforço da hegemonia de governo, como nessa época a maioria da população não possuía meios de comunicação (radio ou TV) para terem contato com tais ideias, as instituições escolares foram utilizadas para tal. Por elas passavam filhos, pais e outros cidadãos assim a escola se portou enquanto veículo dos discursos políticos de uma forma diferente. Embora essas festas também tivessem um papel de revelar todo o funcionamento dessa instituição, desde o resultado das práticas escolares até os assuntos sobre a aprovação e reprovação dos alunos, eram ideias impostas aos pais mostrando a importância do ensino aprendizagem.

Embora a arquitetura de um dos Grupos Escolares de Cachoeira Dourada fosse mais diferenciada do que de outros, mesmo assim eram inferiores ao compará-los com os prédios e as instalações dos primeiros Grupos Escolares do país. A escola que era mais bem representada pela sua arquitetura era o Grupo Escolar Cachoeira Dourada, que em 1968 já se chamava Instituto Novo Goiás – INGO. Pode ser que essas escolas tenham se diferenciado a partir dos anos de 1970, isso porque o INGO foi ganhando prestígio social a partir da ideia de que era uma escola diferenciada e com mais investimentos resultando em qualidade de ensino.

Tais considerações se baseiam na percepção de informações veiculadas no espaço social investigado, ainda em 2014, a partir de conversas informais com moradores da Cachoeira Dourada a fim de sondar a possibilidade de recorrer a fontes orais para desenvolver esta pesquisa, o que nos levantou pistas sobre a imagem que parece permear o imaginário da população de que o Instituto Novo Goiás: educação de qualidade. Eis alguns argumentos: “Ah! Os professores eram tudo melhor”; “Só de ver o prédio novo dava vontade de estudar lá”; “Os alunos eram filho de engenheiro”, e assim por diante.

Com o passar do tempo a CELG investiu bastante na escola INGO, tinham um bom resultado quando prestavam exames, nas outras escolas para prosseguirem seus estudos fora do distrito. Houve uma época em que todos os estudantes do município de Cachoeira Dourada queriam frequentar uma escola como o INGO. E essa era uma ideologia que o governo de Goiás implantava dizendo ser essa escola um exemplo para o restante das escolas em Goiás. Todos trabalhavam e estudavam com muito orgulho e desempenho.

Como as políticas mudaram o rumo dessa escola? No ano de 1997 a UHE de Cachoeira Dourada foi privatizada, o estado de Goiás ficou apenas com uma parte da distribuição de energia pertencendo à empresa CELG. Com isso a história dessa escola começou a mudar, em 2004 ela foi municipalizada. A escola INGO depois de municipalizada foi perdendo algumas séries ficando apenas com o ensino fundamental inicial até o ano de 2016, no presente ano (2017) a escola foi fechada pela Secretária Municipal de Educação. Segundo o poder público local a manutenção da escola INGO ficou inviável e seu prédio passou a abrigar o CEMEI Marinha Martins Rodrigues.

Inicialmente esta pesquisa tinha o objetivo principal de contar a história da Escola Instituto Novo Goiás – INGO. Não se conhece a história do início dessa escola, a não ser os que conviveram e estudaram desde os seus primórdios. Embora a maioria desses alunos não esteja mais na cidade já que muitos deles eram filhos de barrageiros e viviam mudando de obra em obra com seus pais. Porém, alguns funcionários das empreiteiras e da CELG criaram vínculos com o lugar e se fixaram em Cachoeira Dourada. Dessa maneira, entendemos que muitas das memórias dessa escola se encontram por vários lugares do país.

Acreditamos por fim, que as dificuldades em se levantar a história do INGO por falta de fontes documentais e testemunhais nos levou a acertada decisão de investigar os principais marcos da história da educação de Cachoeira Dourada, pois desde a década de 1950, com a construção de uma UHE, vieram muitos trabalhadores de outros estados juntamente com suas famílias morar nesse Distrito. Então era preciso pesquisar as demais escolas já que no conjunto foram apenas três naquele período. Tal decisão possibilitou ampliar a visão do processo histórico educacional do então Distrito, relacionando a existência de uma escola com os outros Grupos Escolares.

De acordo com a leitura de alguns autores, ao situar esta pesquisa no âmbito nacional e estadual vimos que é preciso estudar com mais proximidade a historiografia do estado de Goiás, que possui muitas lacunas. Esse estudo foi muito gratificante para o entendimento e compreensão do momento histórico em que a educação de Cachoeira Dourada foi inserida e como se delineou. Quais eram os discursos e as práticas que estavam sendo adotadas naquele momento desde o final da década de 1950 até o início da década de 1970. Todas as leituras dos autores aqui reunidos se complementaram para esta escrita.

Ao apreender os conceitos da história dos Grupos Escolares, passamos a compreender melhor o discurso republicano, no modelo único proposto para essas escolas. Os valores e significações ocorridos dentro dessas instituições visavam a prosperidade da nação. As contribuições dessas escolas são perceptíveis nas áreas sociais, políticas e educacionais, pois

foram impressas no cotidiano local. Seguindo essas regras os estudantes guardaram consigo a experiência escolar das práticas pedagógicas, adquirindo então responsabilidade para o trabalho através dos tempos escolares, exercícios, calendários, avaliações e disciplina.

De certa forma, podemos dizer que esta foi a primeira reflexão escrita sobre as práticas escolares e seu cotidiano em Cachoeira Dourada. Portanto, podemos constatar que há lacunas na historiografia goiana sobre as instituições escolares, principalmente em nossa região. Há uma necessidade de continuação dessa pesquisa para aprofundar melhor sobre as práticas vivenciadas nessas escolas, só assim poderemos enriquecer nossa historiografia tanto local quanto regional, desse modo, poderá conhecer melhor o papel desempenhado por cada membro educacional da comunidade cachoeirense.

REFERÊNCIAS

- A NOITE. *Itumbiara, riqueza do sertão*. Goiânia, GO, 18 de julho de 1944.
- A NOITE. Rio do Janeiro, RJ, 29 de junho de 1954.
- ALMEIDA NETO, Sidney Pereira de. *Itumbiara, um século e meio de história*. Itumbiara: Terra, 1997, 99p.
- ARGAN. Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ASSIS, Antero Cícero de. *Relatório apresentado a Assembléia legislativa Provincial Exmo. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis Presidente da Província em 1º de junho de 1873*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>>. Acesso em: 15 jul.2003.
- BARCELLOS, Marta. *Cachoeira dourada 50 anos meio século de energia*. Cachoeira Dourada: edição Endesa, 2008.
- BASTOS, Danilo. Goiás de 1966 a 1971. *O Cruzeiro*, Rio do Janeiro, RJ, ano XLIII, n. 8, 24/2/1971, p. 140–5.
- BASTOS, Danilo. Quem enxerga longe vê Goiás. *Cruzeiro*, Rio do Janeiro, RJ, 8 de dezembro de 1971, ano XLII, n. 49, p. 63 [64–70].
- BRAGA. Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados p. 324–25.
- BRETAS, Genesco Ferreira. História da Instrução Pública em Goiás. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991, p. (576-590)
- CACHOEIRA DOURADA. Prefeitura participa das comemorações do centenário do fundador de Cachoeira Dourada, 21/8/2013. Disponível em: <http://www.sessaoonline.com.br/camara/v1/?p=noticias_ver&id=388>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- CAMPOS, Elton. Goiás tem juventude em seu govêrno. *O Cruzeiro*, Rio do Janeiro, RJ, 4 de março de 1961, ed. 21, p. 84–5.
- CARVALHO, Rosana Areal de; VIEIRA, Livia Carolina. a caixa escolar e a bandeira republicana de educação para o povo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO — O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., de 9 a 12 de novembro de 2008, Aracaju – Sergipe – Brasil UFS/UNIT, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/384.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

CATANI, Denice Bárbara. Estudos de história da profissão docente. In: *500 anos de educação no Brasil.*, 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, n. 1, vol. 5, p. 173-191 jan./abr. 1991.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2. ed. Goiânia: ed. UFG; 2001.

CHAVES, Alexandre Farias. *Desafios da longevidade saudável: um estudo de caso na São Paulo Alpargatas S. A.* Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Alexandre_Chaves.pdf. Acesso em: 30 jul. 2017.

CHAVES, Camilo. *Caiapônia*. Rio do Janeiro: A Noite, 1943.

CORREIO DE SÃO PAULO. *Peixe que aterroriza os pescadores*. São Paulo, SP, sexta-feira, de abril de 1937, ano v, n. 1.438.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *A Cachoeira dourada, um futuro centro turístico nacional*. Uberlândia, MG, n. 183, ano 17, quarta-feira, 3 de setembro de 1941.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *A cachoeira Dourada: um futuro centro turístico nacional*. Uberlândia, MG, quarta-feira, 3 de setembro de 1941, ano 17, n. 183.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *O Interventor Pedro Ludovico, patrocinará a realização desse nosso sonho*. Grandes personalidades do País a ela favorável. Uberlândia, MG, ano II, n. 315, 12 de abril de 1939.

CRUZ, Marta Vieira. *Brasil nacional-desenvolvimentista (1946–1964)*. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_083.html. Acesso em: 22 jul. 2014.

CRUZ, Marta Vieira. *Brasil nacional-desenvolvimentista (1946–1964)*. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_083.html. Acesso em: 22 jul. 2014.

CUNHA, Marcus Vinicius da. A Escola contra a Família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. São Paulo: Autêntica, 2003, p. 447–68.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 — Especial, out. 2007, p. 832 [831–55]. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 jul. 2014.

DIÁRIO DA TARDE. *Notícias da Secretária da Educação*. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 22 abr. 1959.

DOURADO, L. F. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2006.

FAGUNDES, Marcelo. In Aurelino José Ferreira Filho. *Índios do Triângulo Mineiro: História, arqueologia, fontes e patrimônio pesquisas e perspectivas*. Uberlândia. ed. UFU, 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19–34, maio./jun./jul./ago. 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906–1918)*. Uberlândia: ed. UFU, 2014.

FEICHTENBERGER, Alois. Goiânia, Acervo, MIS-GO, 1937.

FERNANDES, Marilena Julimar. *Percursos de memórias: a trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira*. 2003. 129 fl. Dissertação (mestrado em História) — Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987, p.147.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução de: VEIGA NETO, Alfredo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

GIL, Natália. Escola isolada e grupo escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais Natália Gil. *Estatística e Sociedade*, Porto Alegre, p.166-181, n.1 nov. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade/article/download/24543/14201>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

GOIÁS. [Documento de concessão de aposentadoria — processo 5.2-04312/62]. 1 fl. Datiloscrita. Goiânia, 6 de setembro de 1962. Arquivo Público de Goiânia.

GOMES, Angela de Castro. Em Marcha para o Oeste, O Brasil e a utopia da conquista dos sertões. In: HISTÓRIA do Brasil-Nação: 1808–2010. Olhando para dentro (1930–1964). v.4. Fundacion Mapfre. Objetiva. 2013.

GOMIDE, Cristina Helou. *História da transferência da Capital: Goiás para Goiânia*. Goiânia: AGEPEL/UEG, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França — séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 1, p. 115–41, jan.–jun. 2001.

ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Goiânia, a mais nova capital do Brasil. Rio do Janeiro, RJ, novembro de 1949, p. 141–5.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Biblioteca. *Cachoeira Dourada Goiás – GO* [histórico]. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/cachoeiradourada.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tendências demográficas no período de 1950/2000*. Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Goiânia, GO, domingo, 21 de dezembro de 1952, ano I, n 23.

JUNQUEIRA, Ivanilda Aparecida Andrade. Olhares sobre a cidade: Uberlândia (1940–2005). In: ENCONTRO REGIONAL (ANPUH-MG), 18., 24 a 37 de julho de 2012, Mariana, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1339617708_ARQUIVO_TRABALHOOlharessobreacidade.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Discurso* — proferido em Goiânia, a 24 de janeiro de 1959 ao receber o título de cidadão honorário de Goiás. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1959/06.pdf/view>>. Acesso em: mar. 2016.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOUREIRO, Walderês Nunes. *Qualidade da educação e privatização de recurso público*. Goiânia: ed. UFG, 2011, p. 18.

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 413 p.

MACHADO, Maria C. G. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2002.

MAGALHÃES, Diógenes. *Discurso*. Diário do Congresso Nacional. Rio do Janeiro, DF, Sábado, 27 de novembro de 1948, “Seção 1”, p. 12.434–6. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2865>>. Acesso em: maio 2016.

MARIZ, Ignez. Itumbiara — Estado de Goiás. *Eu Sei Tudo*, Rio do Janeiro, RJ, ano 33, n. 3, agosto de 1949.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; CUNHA, Maria Teresa Santos. Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as. *Revista Educação em Questão*, Natal: ed. UFRN, v. 25, n. 11, jan.–abr. 2006.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Mapa do Analfabetismo no Brasil, [2002?], 39p, arquivo em pdf. Disponível em: <www.oei.es/historico/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização no Brasil (1893–1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 157–165.

NAVES, Jales. *Otávio Lage: Empreendedor, político, inovador*. Goiânia: Naves, 2014.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas: Alínea, 2009.

PALACÍN, Luís Maria Augusta de Sant’Anna Moraes. *História de Goiás*. 6. ed. Goiânia: ed. UCG, 1994.

PEREIRA, Sebastião Lázaro. O desenvolvimento do centro-sul do estado. In: _____. *De fazendeiros e agronegocistas: aspectos do desenvolvimento capitalista em Goiás*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006, p. 79–84.

PINHEIRO, Aurélio. A cachoeira Dourada. *Revista da Semana*. Rio do Janeiro, RJ, ano XXXV, n. 28, 23 de junho de 1934, s. p.

QUEIROZ, Gilberto José de Faria. A modernização da agricultura em Goiás: uma revisão literária das transformações socioespaciais. In: _____. *A modernização agrícola e transformações socioespaciais em Goiás: desigualdades e concentração no desenvolvimento regional no período 1930 a 2007*.

RAMOS, Diego da Silva. Propaganda e ufanismo na ditadura militar brasileira — a apropriação do discurso ufanista pelo sindicalismo docente de Niterói. *Contemporânea*, ano 5, n. 8, v. 2, p. 1–30, 2015. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/3_diego_da_silva_ramos.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2017.

ROCHA, Hélio. *Memória da energia em Goiás*. Goiânia: ed. do autor, 2005.

ROCHA, Hélio. *Memória da energia em Goiás: Celg 50 anos*. Goiânia: s. e., 2005.

RODRIGUES, Joana Nóbrega. *Estratégias de marketing para reposicionamento do tênis conga no mercado brasileiro*. 2007. 42p. Trabalho de conclusão (Estágio Supervisionado em Administração) — Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba.

Disponível em:

<http://www.ccsa.ufpb.br/sesa/arquivos/monografias/2006.2/ADMINISTRACAO_DE_MARKETING/ESTRATEGIAS_DE_MARKETING_PARA_REPOSICIONAMENTO_DO_TENIS_CONGA_NO_MERCADO_BRASILEIRO.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.

RODRIGUEZ, Helio Suevo. A importância da estrada de ferro para o estado de Goiás.

Revista UFG [dossiê ferrovias], Goiânia, dez. 2011, ano XIII, n. 11, p. 69–74. Disponível em:

<http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2011/arquivos_pdf/dossie_a_importancia.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SANTOS, Vera Mendes. *O nascimento dos cadernos escolares: um dispositivo de muitas faces*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) — Universidade do Estado de Santa Catarina.

SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do século XX no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Maria T. *O público e o privado na história da educação brasileira*. Concepções e práticas educativas. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 167–76.

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. 2. ed. Goiânia. Cânone. 2005.

SILVA, Henrique. Cachoeira Dourada. *Kosmos*, Rio do Janeiro, RJ, anno III, n. 4, abr. 1906.

SILVA, Katiene Nogueira da. “*Criança calçada, criança sadia!*”: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29062007-152705/pt-br.php>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SOUZA, R. F. de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa F. de. *Alicerces da pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890–1976)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das letras, 2006, p. 26-48.

SOUZA, Rosa Fátima. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 118-9.

UNGARELLY, Dante. Brasília uma das maiores obras do mundo. *Jornal de Notícias*, sexta página, terça-feira, ano III, n. 392, 6 de janeiro de 1959.

VALDEMARIN, Vera T. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa F.; VALDEMARIN, Vera T; ALMEIDA, Jane S. *O legado educacional do século XIX*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 104.

VALDEZ, D. *Retratos da educação escolar em Goiás no século XX*, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0345>>. Acesso em: jan. 2017.

VALDEZ, Diane; BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. *Produção em história da educação em Goiás*. In: SÁ, Elizabeth Figueiredo; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (Org.). Fontes, pesquisa e escrita da educação no Centro-Oeste. Cuiabá: UFMT, 2012.

VARGAS, Getúlio. [Discurso de] *31 de dezembro de 1937* — No limiar do ano de 1938 — saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio da Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/08.pdf/view>>. Acesso em: abr. 2017.

VARGAS, Getúlio. *No limiar do ano de 1938* — saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/08.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

VIDA COTIDIANA. *De Goyaz*. Rio do Janeiro, RJ, junho de 1936, s. p.

VIDAL, Diana G. (Org.). *Grupos escolares no Brasil: cultura escolar primária e escolarização da infância*. Campinas: Mercado das Letras, 2006; SOUZA, R. F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: ed. UNESP, 1998; NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: FNME, 1974.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed.; Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

VINHAO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 2008.

WIKPEDIA. *Cachoeira Dourada* (Goiás). Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeira_Dourada_\(Goi%C3%A1s\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeira_Dourada_(Goi%C3%A1s))>. Acesso em: abr. 2016.

XAVIER, Libânea Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. *Revista brasileira de história da educação*, n. 5, jan./jun. 2003 p. 240 [234–51].

■ DADOS DA PESQUISA

GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA. Ata de reunião, 20 de março de 1965. Arquivo da Escola Estadual Modelo. Cachoeira Dourada.

GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA. Ata de reunião, 5 de novembro de 1965. Arquivo da Escola Estadual Modelo. Cachoeira Dourada.

GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA. Livro de atas de resultados finais – anos 1965–1970. Brochura, pautado, encapado, 100 fl.

GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA. *Livro de matrícula 1967–1968*. 100 p. Encadernação em capa dura.

GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA. Livro de ponto funcionários 1970, 50 caderno ata folhas.

ITUMBIARA Câmara Municipal *Lei 1535*, 1957.

ITUMBIARA Câmara Municipal. *Lei municipal n.º 76*, junho de 1950.

ITUMBIARA. Câmara Municipal. *Lei 114*, 1952. Datiloscrito. Fotocópia, - 79 folhas. Arquivo Público de Itumbiara, GO.

ITUMBIARA. Câmara Municipal. *Lei 189*, 1955. Datiloscrito. Fotocópia. Arquivo Público de Itumbiara, GO.

ITUMBIARA. Câmara Municipal. *Lei n.º 252*, 1958. Datiloscrito. Fotocópia. Arquivo Público de Itumbiara, GO.

ITUMBIARA. Câmara Municipal. *Lei 245-74*. Dispõe sobre a criação da Escola Municipal do Primeiro Grau Papa João XXIII, no Distrito de Cachoeira Dourada e dá outras providências. 1974. Datiloscrito. Fotocópia. Arquivo Público de Itumbiara, GO.

ITUMBIARA. Câmara Municipal. *Lei 535*, 1957. Datiloscrito. Fotocópia. Arquivo Público de Itumbiara, GO.

RIBEIRO, Maria Bueno Ribeiro. Ata de exame. In: GRUPO ESCOLAR TOMBO D'ÁGUA. Livro de atas de resultados finais – anos 1965–1970. Brochura, pautado, encapado, 100 fl., p. 2.

TANNÚS, Terezinha. *Memorial*. Goiânia, GO, s. d, 75 p. Digitado, impresso, encadernação em espiral.

■ Fontes orais — conversas realizadas em 2015 e 2016

MORADOR 1 — E. P. Nasceu na região de Cachoeira Dourada, em 1943.

MORADOR 2 — E. B. G. Chegou ao povoado de Cachoeira Dourada em 1950.

MORADOR 3 — N. G. P. L. Nasceu na região de Cachoeira Dourada, em 1949

MORADOR 4 — D. G. M. Chegou ao povoado em 1952

MORADOR 5 — M. A. A. S. Chegou ao povoado de Cachoeira Dourada na década de 1950

MORADOR 6 — L. F. M. C. Nasceu em Cachoeira Dourada de Minas Gerais

MORADOR 7 — J.A. R. T. Nasceu na região de Cachoeira Dourada

MORADOR 8 — M.A.P.F. Chegou ao povoado em 1960

■ Fonte iconográficas

Acervos particulares

Celso R. Luz

Jairo A. R. Tannús.

Odênia Menezes,

Lúcia Helena F. Paes Leme

Nelson Antônio Ferreira.

Acervos institucionais

Colégio Estadual “Inácio Pinheiro Paes Leme”.

Colégio “Modelo 14 de Maio”

Escola Estadual Instituto Novo Goiás.

Subsecretaria Estadual de Educação de Itumbiara- GO